FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Clara Lima de Oliveira

A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NOS MUNICÍPIOS MINEIROS

Belo Horizonte

2021

Clara Lima de Oliveira

A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NOS MUNICÍPIOS MINEIROS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Administração Pública.

Orientador: Helena Teixeira Magalhães Soares

Belo Horizonte

2021

Oliveira, Clara Lima de.
O48v A vigilância socioassistencial nos municípios mineiros [manuscrito] / Clara Lima de Oliveira. – 2021.
[12], 129 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2021.

Orientador: Helena Teixeira Magalhães Soares

Bibliografia: f. 102-106

1. Assistência social – Brasil. 2. Bem estar social – Brasil. 3. Política Nacional de Assistência Social (PNAS) – Brasil. I. Soares, Helena Teixeira Magalhães. II. Título.

CDU 36(81)

Clara Lima de Oliveira

A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NOS MUNICÍPIOS MINEIROS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Administração Pública.

Aprovada na Banca Examinadora

Profa. Helena Teixeira Magalhães Soares (Orientador)
Fundação João Pinheiro / Diretoria de Políticas Públicas

Profa. Aparecida Maciel Silva Shikida (Avaliadora)
Fundação João Pinheiro /
Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Prof. Leonardo Carvalho Ladeira (Avaliador)
Fundação João Pinheiro /
Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Belo Horizonte, 25 de novembro de 2021.

A todos que tirarem um tempinho de suas vidas para lerem esse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que me apoiaram ao longo do período de desenvolvimento desta monografia e durante toda a jornada que foi a formação no Curso Superior de Administração Pública. À Helena, minha orientadora, que me aconselhou, não apenas academicamente, e foi uma grandíssima companheira e motivadora ao longo desse período. À minha família e amigos, que não me deixaram desistir e que me escutaram reclamar e comemorar a cada pequeno passo. À equipe da DVS, em especial à Suzanne, por ter me sugerido tema tão querido e pela parceria em todos os aspectos durante a pesquisa. Aos meus amigos da faculdade, parceiros de lutas e de glórias: gente, agora vai, estamos formando! Ao Bernardo, por me incentivar em todos os momentos, e ser meu companheiro. Escrever um trabalho de conclusão de curso não é tarefa fácil. Contar com vocês como rede de apoio foi fundamental, obrigada.

"Antes de ser concretizada, uma ideia tem uma estranha semelhança com a utopia"

Jean-Paul Sartre

RESUMO

As políticas sociais se constituem em respostas do Estado às demandas sociais na garantia dos direitos sociais. A política de assistência social compõe o tripé da seguridade social (Saúde, Previdência e Assistência Social) com o propósito de atender a quem dela precisa. Portanto, exige-se a leitura do território para que os dados gerados sejam suficientes ao planejamento, execução e monitoramento das ações, o que é feito pela Vigilância Socioassistencial. Definido em legislação específica, a Vigilância Socioassistencial (VS) precisa estar ligada ao nível de gestão e manter relação com os demais setores de execução da política. Por outro lado, o reconhecimento dessa política significa a existência de segmentos populacionais em situação de vulnerabilidades que demandam ações públicas. O objetivo deste estudo é compreender o *locus* da função de vigilância socioassistencial na política de assistência social, e mais especificamente conhecer o atual estágio de desenvolvimento da área nos municípios mineiros. Para compreender o papel da vigilância nas políticas ancorou-se o pensamento do estado de bem-estar social à moda brasileira, discutido por atores como Sposati (2007) que discute sobre o papel das políticas sociais, Cury (2002) que discorre sobre a incorporação dos direitos sociais no Estado brasileiro, dentre outros. A metodologia consistiu no levantamento de dados primários em 490 municípios no período de agosto à outubro de 2021, com formulário *online* contendo itens referentes à estrutura física, pessoal, o conhecimento e reconhecimento do setor na política de assistência social em nível de município. Os dados secundários foram retirados do CensoSuas e os documentos referentes às premiações realizadas pelo Ministério da Cidadania nos últimos quatro anos sobre o desempenho da VS. Como resultado foi possível perceber que a maioria dos municípios mineiros não conta com a função de vigilância socioassistencial estruturada em seu órgão gestor e não considera sua atuação efetiva na área, o que compromete o desempenho desta política no município e a real inferência nas condições de vulnerabilidades as quais estão sujeitas segmentos populacionais.

Palavras-chave: Assistência Social, Vigilância Socioassistencial, Minas Gerais, Municípios mineiros, Direitos sociais, Regulação Social, Regulação Social Tardia

ABSTRACT

Social policies constitute State responses to social demands to guarantee social rights. The social welfare policy makes up the tripod of social security with the purpose of serving those who need it. Therefore, it requires the reading of the territory so that the data generated are sufficient for the planning, execution, and monitoring of actions, which is done by the Social Assistance Surveillance. Defined in specific legislation, the Social Assistance Surveillance needs to be linked to the management level and to maintain a relationship with the other policy execution sectors. On the other hand, the recognition of this policy means the existence of population segments in situations of vulnerability that demand public actions. The objective of this study is to understand the locus of the social assistance surveillance function in the social assistance policy, and more specifically to know the current stage of development of the area in the cities of Minas Gerais. To understand the role of surveillance in the policies, we anchored the thought of the Brazilian style welfare state, discussed by actors such as Sposati (2007) who discuss the role of social policies, Cury (2002) who discusses the incorporation of social rights in the Brazilian State, among others. The methodology consisted of a primary data survey in 490 municipalities from August to October 2021, with an online form containing items related to the physical structure, personnel, knowledge, and recognition of the sector in the social welfare policy at the municipal level. The secondary data were taken from the CensoSUAS and the documents referring to the awards given by the Ministry of Citizenship in the last four years on the performance of the social assistance surveillance. As a result, it was possible to notice that most of the municipalities of Minas Gerais do not have a structured social assistance surveillance function in their management body and do not consider its effective performance in the area, which compromises the performance of this policy in the municipality and the real inference in the vulnerability conditions to which population segments are subjected.

Keywords: Social Assistance, Social Assistance Surveillance, Minas Gerais, Minas Gerais Municipalities, Social Rights, Social Regulation, Tardy Social Regulation

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Número de Municípios que preencheram os questionários do CENSO SUAS – Minas Gerais – 2010 – 2019 59

Gráfico 2. Caracterização do Órgão Gestor de Assistência Social nos municípios de Minas Gerais (2013-2019) 60

Gráfico 3. Municípios de acordo com o modo como a Gestão do SUAS está constituída como subdivisões administrativas na estrutura do Órgão Gestor – Minas Gerais, 2013-2019. 61

Gráfico 4. Municípios de acordo com o modo como a Vigilância Socioassistencial está constituída como subdivisões administrativas na estrutura do Órgão Gestor – Minas Gerais, 2013-2019. 62

Gráfico 5. Municípios de acordo com o modo como a Vigilância Socioassistencial está constituída como subdivisões administrativas na estrutura do Órgão Gestor – Minas Gerais e Brasil - 2019. 63

Gráfico 6. Proporção de municípios que possuem profissionais exclusivos para a área de Vigilância Socioassistencial. Minas Gerais, 2013-2019. 64

Gráfico 7. Proporção de municípios com cada uma das áreas que compõe o SUAS do Município. Minas Gerais, 2021 68

Gráfico 8. Proporção de municípios com cada um os equipamentos dispostos pelo SUAS do Município. Minas Gerais, 2021. 69

Gráfico 9. Proporção de municípios de acordo com como está estruturada a Vigilância Socioassistencial. Minas Gerais, 2021. 70

Gráfico 10. Proporção de municípios de acordo com quem coordena a Vigilância Socioassistencial. Minas Gerais, 2021. 71

Gráfico 11. Distribuição dos municípios a partir de se possuem equipes exclusivas para a vigilância socioassistencial. Minas Gerais, 2021. 72

Gráfico 12. Distribuição dos municípios a partir de se utilizaram recursos financeiros para a vigilância socioassistencial. Minas Gerais, 2021. 75

Gráfico 13. Proporção de municípios a partir de quais ações da vigilância socioassistencial realizam. Minas Gerais, 2021 76

Gráfico 14. Proporção de municípios que disseram não realizar ações da vigilância socioassistencial a partir de quais ações da VS realizam. Minas Gerais, 2021 77

Gráfico 15. Distribuição dos municípios de acordo com se realizaram ou não diagnóstico socioterritorial. Minas Gerais, 2021 78

Gráfico 16. Como ocorre o fluxo de informações no SUAS dos municípios. Minas Gerais, 2021 79

Gráfico 17. Como são utilizados os dados no SUAS dos municípios. Minas Gerais, 2021 80

Gráfico 18. Nível de conhecimento da gestão e dos(as) técnicos(as) sobre o papel da vigilância para a política de assistência social no município. Minas Gerais, 2021 81

Gráfico 19. Como é o fluxo de coleta, distribuição e análise de informações sobre as demandas da população e sobre o resultado das políticas de assistência no município. Minas Gerais, 2021 82

Gráfico 20. O município executa a vigilância de forma efetiva. Minas Gerais, 2021 . 83

Gráfico 21. Os recursos financeiros são suficientes para o município implementar, manter e executar a ações de vigilância socioassistencial. Minas Gerais, 2021 ... 84

Gráfico 22. Os recursos humanos que compõe o SUAS no município são suficientes para implementar, manter e executar a ações de vigilância socioassistencial. Minas Gerais, 2021 85

Gráfico 23. A estrutura física que compõe o Órgão Gestor no município é suficiente para implementar, manter e executar a ações de vigilância socioassistencial. Minas Gerais, 2021 86

Gráfico 24. Com a atual realidade e contexto do município, é possível desenvolver as atividades de vigilância socioassistencial. Minas Gerais, 2021 87

Gráfico 25. O(A) gestor(a) municipal ou algum(a) profissional já participou de capacitação sobre a vigilância. Minas Gerais, 2021 88

Gráfico 26. A capacitação sobre a vigilância foi ofertada por quem. Minas Gerais, 2021 89

Gráfico 27. Os principais desafios para implementação e execução da vigilância no município. Minas Gerais, 2021 90

Gráfico 28. Ações realizadas pelos municípios de acordo com como a vigilância socioassistencial está estruturada no órgão. Minas Gerais, 2021 91

Gráfico 29. Efetividade da atuação da vigilância socioassistencial nos municípios mineiros de acordo com como está estruturada no órgão. Minas Gerais, 2021 92

Gráfico 30. Como são utilizados os dados coletados nos municípios mineiros de acordo com como está estruturada no órgão. Minas Gerais, 2021 93

Gráfico 31. Maiores desafios para a implementação, manutenção e execução da vigilância socioassistencial nos municípios mineiros de acordo com a estruturação da área no município. Minas Gerais, 2021 (Porcentagem) 94

Gráfico 32. Efetividade da atuação da vigilância socioassistencial nos municípios mineiros de acordo com seu porte. Minas Gerais, 2021 (Porcentagem) 95

Gráfico 33. Quem executa as ações da vigilância socioassistencial nos municípios mineiros de acordo com seu porte. Minas Gerais, 2021 (Porcentagem) 96

Gráfico 34. Efetividade da atuação da vigilância socioassistencial de acordo com quem executa as ações da função nos municípios mineiros. Minas Gerais, 2021 (Porcentagem) 97

Gráfico 35. Maiores desafios para a implementação, manutenção e execução da vigilância socioassistencial nos municípios mineiros de acordo com seu porte. Minas Gerais, 2021 (Porcentagem) 98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição dos municípios e população de Minas Gerais, segundo o porte. Ano: 2015 49

Tabela 2. Distribuição dos municípios participantes por regional SEDESE/MG em relação aos municípios de Minas Gerais por regional SEDESE/MG. 66

Tabela 3. Distribuição dos municípios participantes por regional SEDESE/MG em relação aos municípios de Minas Gerais por regional SEDESE/MG. 67

Tabela 4. Relação entre quem coordena a vigilância socioassistencial e se o município possui equipe destina à área. Minas Gerais 2021. (%) 74

Tabela 5. Recursos Federais Desembolsados por municípios mineiros de acordo com o seu porte. Minas Gerais 2019. 99

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1. Distribuição territorial dos municípios que participaram da Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial. 65

Figura 1. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 1-2) 107

Figura 2. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 3-4) 108

Figura 3. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 5-6) 109

Figura 4. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 7-8) 110

Figura 5. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 9-10) 111

Figura 6. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 11-12) 112

Figura 7. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 13-14) 113

Figura 8. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 15-16) 114

Figura 9. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 17-18) 115

Figura 10. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Página 19-20) 116

Figura 11. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 21-22) 117

Figura 12. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 23-24) 118

Figura 13. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 25-26) 119

Figura 14. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 27-28) 120

Figura 15. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 29-30) 121

Figura 16. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 31-32) 122

Figura 17. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 33-34) 123

Figura 18. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 35-36) 124

Figura 19. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 37-38) 125

Figura 20. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Página 39) 126

Figura 21. Mapa e listagem dos municípios que responderam à Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 1-2) 127

Figura 22. Mapa e listagem dos municípios que responderam à Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 3-4) 128

Figura 23. Mapa e listagem dos municípios que responderam à Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 5-6) 129

Figura 24. Mapa e listagem dos municípios que responderam à Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 7-8) 130

Figura 25. Mapa e listagem dos municípios que responderam à Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 9-10) 131

Figura 26. Mapa e listagem dos municípios que responderam à Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 11-12) 132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

VS	Vigilância Socioassistencial
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DVS	Diretoria de Vigilância Socioassistencial – SEDESE/MG
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do SUAS
SEDESE/MG	Secretaria Estadual De Desenvolvimento Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
p.p	Pontos Percentuais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13

2 O QUE FAZ O MODELO DE ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL? 17

2.1 Da Revolução Industrial aos dias atuais 17

2.2 O welfare state como via econômica-social 23

2.3 O modelo de estado de bem-estar à moda brasileira 27

2.4 Regulação social tardia e as políticas de proteção social como resposta 31

3 A PERSPECTIVA DOS DIREITOS SOCIAIS 36

4 A POSITIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL: POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 40

4.1 Processo de formalização da política de assistência social 41

4.2 Vigilância Socioassistencial 44

5 METODOLOGIA 51

5.1 Metodologia quantitativa: Pesquisa de Campo 52

5.2 Metodologia quantitativa: dados secundários 53

5.3 Metodologia qualitativa: análise documental 54

5.4 Método de análise dos dados 54

6 DESCRIÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS 56

6.1 Dados qualitativos 56

6.2 Análise quantitativa 58

6.2.1 Censo SUAS 58

6.2.2 Pesquisa da Vigilância Socioassistencial 64

6.3 Análise dos Resultados 90

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 100

REFERÊNCIAS 102

APÊNDICES 107

Apêndice A - Formulário Pesquisa de Vigilância Socioassistencial 107

Apêndice B – Mapa dos municípios participantes da Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial.....127

1 INTRODUÇÃO

A Assistência Social enquanto uma política pública regulamentada e, assim, direito garantido a quem dela precisa é algo recente no Brasil. Foi a última política a ser reconhecida, dentre as que compõem o tripé da Seguridade Social: saúde, previdência social e assistência social. O seu reconhecimento na esfera constitucional alterou a visão a respeito das ações sociais como um direito e não mais como benesse, e passa-se a assegurar mínimos sociais a partir de um conjunto de ações desenvolvidas na esfera pública e/ou privada. Desde então, muitos foram os avanços nessa política e nos estudos sobre a assistência social: como a formulação da política nos municípios e o controle social através da participação das entidades e trabalhadores. No entanto, por se tratar de uma política ainda recente no âmbito dos direitos sociais, existe grande *gap* entre a tradicional perspectiva sustentada no assistencialismo e a diretriz do direito social, influenciando sua programação e realização que, por vezes, fica à mercê de correntes políticas dos administradores públicos. (MARTINELLI, SANTOS, SILVA, 2015)

Enfrentar este *gap* exige compreender a realidade da política e da população. A produção de informações, de forma a possibilitar o conhecimento sobre o território e subsidiar a gestão da política, compõe o processo de monitoramento e avaliação. A vigilância socioassistencial (VS), estabelecida como uma das funções básicas da política de Assistência Social, é responsável por desenvolver capacidade e meios técnicos para que os administradores públicos possam compreender a distribuição das situações de vulnerabilidades e risco social nos territórios, contribuindo para o planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Trata-se de uma função fundamental para a viabilização dos direitos socioassistenciais, pois permite a construção de instrumentos e práticas para o direcionamento da política de assistência social

> No atual estágio de desenvolvimento do SUAS[1] tornam-se cada vez mais visíveis os desafios referentes ao fortalecimento da gestão e qualificação dos serviços; desafios estes cujo enfrentamento pressupõe a organização efetiva da Vigilância Socioassistencial. O desenvolvimento de capacidades de planejamento e gestão torna-se crucial para o amadurecimento da assistência social como política pública setorial, a qual compete garantir ou mediar o acesso a direitos sociais específicos. (BRASIL, 2013, p. 7)

De acordo com o CensoSUAS[2] de 2019, a maior parte dos municípios mineiros (72,14%) não possuía o setor de vigilância socioassistencial estabelecido de maneira formal em sua estrutura administrativa. A partir desse quadro inicial, levanta-se a hipótese de que a função de vigilância socioassistencial tal como está estabelecida hoje encontra-se fragilizada em sua atuação; o que pode representar, portanto, um grave problema para a Assistência Social no Estado. Além disso, há a hipótese que existe, ainda, um grande desconhecimento sobre a vigilância e suas atribuições, o que pode levar a um não reconhecimento de sua importância enquanto instrumento de planejamento.

Entendendo-se que as políticas sociais são respostas do Estado para a manutenção da ordem social, política e econômica; o contexto atual dos segmentos populacionais em situação de vulnerabilidades sociais acena para a importância desta política. Conforme o Boletim de Conjuntura da DIEESE (2021), a pandemia de COVID-19 aprofundou a desigualdade social no Brasil, aumentando o número de pessoas em situação de extrema pobreza, entre o início de 2019 e o início de 2021 cerca de 1,2 milhão de pessoas ingressaram nessa faixa de renda, o que correspondeu a um aumento de 9%.

Diante deste pêndulo contraditório que traz de um lado a política de assistência social, reconhecida constitucionalmente como política pública para atendimento a quem dela

---

[1] SUAS – Sistema Único de Assistência Social

[2] CensoSUAS é uma pesquisa sobre os serviços, programas e benefícios ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social, que é realizada anualmente, desde 2007, por meio de questionários disponibilizados em um aplicativo eletrônico.

precisa e do outro a situação de pobreza de parte considerável da população, emerge a importância de se reconhecer o setor de Vigilância Socioassistencial como instrumento importante para a intervenção social do Estado a estas mazelas. Neste sentido, este estudo tem como objetivo compreender se a função de vigilância socioassistencial da política de assistência social, da forma como está operacionalizada pelos municípios, está sendo suficiente para dar subsídios para o planejamento da política local, entendendo-se que exige uma estrutura técnica e a validação da importância desse órgão.

Pretende-se, portanto, neste estudo, descrever a atual estrutura das áreas de vigilância socioassistencial, nos municípios do estado de Minas Gerais, em relação ao que se propõe e ao que realmente tem sido capaz de operacionalizar, bem como o *locus* desse setor na gestão municipal. Ou seja, trata-se de ter um diagnóstico sobre a forma como a área está sendo operada nos municípios do estado de Minas Gerais. Para além do objetivo principal, têm-se como objetivos específicos:

- Discutir o reconhecimento dos direitos sociais no processo de formação do Estado Democrático de Direito no Brasil, tendo como referência o *Welfare State* e sua contraposição no Brasil.

- Localizar a Política de Assistência Social como uma das políticas de seguridade social, sua organização, com ênfase na função da Vigilância Socioassistencial.

- Descrever o *modus operandi* da Vigilância Socioassistencial nos municípios mineiros, visando identificar fatores favoráveis e desfavoráveis da forma que se encontra institucionalizada.

- Identificar as implicações da forma de operacionalização da VS como suporte para o planejamento, monitoramento e resultados da PNAS

A metodologia adotada para o alcance destes objetivos foi híbrida. Quanto ao método quantitativo: utilizou-se de dados primários obtidos a partir da pesquisa de campo realizada em parceria com a Diretoria de Vigilância Socioassistencial – SEDESE/MG (DVS), e dados secundários extraídos de fontes oficiais do Ministério da Cidadania, tais como o desembolso financeiro para os municípios e o CensoSUAS. A parte

qualitativa envolveu: análise documental de registros das experiências mineiras, premiadas na Mostra de Experiências em Vigilância Socioassistencial, bem como da legislação que orienta a atuação da política. O estudo se pautou em referências teóricas na vertente dialógica, tendo como perspectiva trazer o contexto da realidade que se encontram as vigilâncias em nível municipal, as contradições no âmbito de sua institucionalização e funcionamento.

Como teoria científica, para respaldar o estudo, buscou-se a perspectiva dos direitos sociais e sua incorporação na legislação brasileira, reconhecendo-se que se trata de um processo de construção social e histórica, alinhado à perspectiva de direitos civis e políticos. Em uma sociedade como a nossa, que se alicerçou no modelo econômico escravocrata seguido do modelo social bem-estar à moda brasileira, o reconhecimento dos direitos sociais em nível de igualdade aos demais direitos exige a reorganização do aparato institucional governamental como via necessária para a materialização da concepção de estado de direito amplo. Outrossim, o termo de regulação social tardia calcado por Sposati (2003) discute o *gap* entre o parâmetro constitucional e os meandros sociais como consequência do processo de formação do Estado democrático brasileiro, o que impõe o desafio de posicionamento de uma política que tenta reduzir as desigualdades sociais.

O estudo está dividido em seis partes, além desta Introdução. No capítulo 2 discute-se a formação do Estado de Bem-Estar social, e sua "importação à brasileira", bem como a apresentação da teoria de Regulação Social Tardia e suas interpretações para o caso do Brasil. No capítulo 3 há uma retomada da incorporação dos direitos sociais na legislação brasileira, e uma discussão sobre a garantia desses atualmente. O capítulo 4 apresenta a Política de Assistência Social em sua formação enquanto política de seguridade social, e sua formatação atual; com foco no setor de vigilância socioassistencial. A metodologia está explicada no capítulo 5, com a explicação dos métodos utilizados e a justificativa para tal. O capítulo 6 traz a apresentação e discussão dos dados obtidos, tanto na parte qualitativa, quanto na quantitativa; e a análise dos resultados. Por fim, no capítulo 7 estão as considerações finais do trabalho.

2 O QUE FAZ O MODELO DE ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL?

A sociedade como conhecemos hoje passou por diversas transformações e foi construída ao longo dos séculos. O surgimento do modo de produção capitalista, traz consigo grandes avanços e melhoras nas condições de vida gerais, porém em seu âmago também há a desigualdade social, a exploração da classe trabalhadora e a pobreza em sentido amplo. O século XX, junto com as Guerras Mundiais e as crises cíclicas do modo capitalista de produção, altera a dinâmica da sociedade, as ideologias, as relações humanas e sua organização. Segundo Salvador (2008), a luta trabalhista por melhores condições de vida e situação de trabalho digna introduz a ideia de um padrão determinado de proteção social entre 1945 e 1975 nos países centrais. Essa determinação foi possibilitada pela intervenção do Estado a partir dos modelos das políticas keynesianas. Tais políticas se propõe à reforma do orçamento público, na parte do financiamento: alterando o sistema tributário, tornando-o direto e progressivo; e na parte de gastos: edifica-se a seguridade social, articulando seguros sociais, saúde e auxílios assistenciais. Nos países periféricos as transformações chegam nas décadas posteriores, e de maneiras distintas, criando modelos político-econômicos únicos. Neste interim situa-se o caso do Brasil, que lida com os efeitos de sua regulação social, tal como foi feita, para a população, principalmente no que se diz aos direitos sociais. O presente capítulo se propõe a discutir, de forma breve, este percurso societal a partir da Revolução Industrial até o surgimento do *welfare state*, suas conexões, bem como os efeitos gerados para a população, em sua parcela mais fragilizada no Brasil, emergindo a regulação social tardia.

2.1 Da Revolução Industrial aos dias atuais

A vida em sociedade é moldada, entre outros fatores, por sua economia e modo de produção; desde na maneira como distribuímos e acumulamos recursos, bem como nas próprias relações sociais. A transição do sistema de servidão para o modo de produção capitalista transforma completamente a organização da sociedade. A grande novidade do sistema capitalista não foi o mercado em si; as trocas, o lucro e o acúmulo de riquezas sempre existiram, no entanto, o que difere nesse novo sistema econômico é que a organização da sociedade como um todo se sustenta e se mantém por meio do mercado. (HEILBRONER, 1996. *apud* SANTANA; 2007)

A terra, o trabalho, o próprio tempo e o capital são transformados em mercadoria, desassociando a economia das questões sociais e políticas, e transformando completamente as relações sociais. O desenvolvimento do modo de produção capitalista envolveu o acúmulo dos meios de produção por parte da sociedade, e assim afetou as relações entre as parcelas da sociedade, dividindo-as em classe dominante, possuinte do capital e da maior parte dos recursos, e classe dominada, dependente da classe dominante para obter recursos através da venda de sua força de trabalho. Percebe-se, assim, que a desigualdade social é algo inerente do próprio sistema produtivo capitalista, e assim coloca em coexistência uma polaridade: a riqueza e a pobreza. (MOTA, 2008)

> Mas o surgimento de novas assimetrias e hierarquias sociais que provocaram a desarticulação social, gerando o agravamento das condições de vida da maioria da população, não deve ser associado exclusivamente à mudança do sistema econômico. Para esse novo sistema ser edificado, foi preciso, simultaneamente, montar uma comunidade política que substituísse a anterior. Essa nova comunidade fundamentava-se no utilitarismo, promovendo uma autonomização do econômico, distanciando-se do imbricamento deste ao político e social, característico da Idade Média. (SANTANA, 2007. p.41)

A Revolução Industrial significou um marco na história em todas as suas dimensões. Até o período pré-industrial, estudiosos consideram que a população mundial permaneceu próxima ao modelo estacionário, com taxa de natalidade e taxa de mortalidade em equilíbrio quase perfeito. As descobertas da ciência moderna no campo da medicina principalmente, a expansão comercial e dos meios de transporte e a intensificação de instrumentos e máquinas que otimizaram a produção agrícola e industrial aconteceram em consonância ao crescimento rápido da população mundial que, mais recentemente, vem apresentando uma desaceleração.

No final do século XVIII, Thomas Malthus observou que a população mundial se encontrava em crescimento acelerado e incitou a reflexão sobre entre o crescimento populacional em projeção geométrica em relação à produção de alimentos em projeção aritmética, o que geraria fome e misérias. Para os teóricos desta linha, a humanidade estaria fadada à miséria e caos social caso não houvesse controle da natalidade. No entanto, a partir do século XX, o avanço da medicina, o controle de doenças infectocontagiosas e o desenvolvimento tecnológico reverteu o cenário de

projeções catastróficas. A população mundial que vinha crescendo exponencialmente desde a Revolução Industrial entra na fase da chamada transição demográfica quando as quedas das taxas de mortalidade ocorrem e em seguida a queda das taxas de natalidade, em períodos diferentes, em quase todos os países. (LAM, 2011)

Em paralelo, a produção de alimentos no mundo aumentou consideravelmente. Período de 1961 a 1980: população mundial aumentou 43% e a produção de alimentos aumentou 56%. A produção de alimentos em 2009 foi 3,1 vezes que o nível em 1961, enquanto a população era 2,2 vezes o nível de 1961. Na década de 60 a preocupação foi com a Índia, ênfase dada por Paul Elrlich em *The Population Bomb* que, juntamente com outros estudiosos, fizeram a previsão de fome no país na década de 80. Porém, a Índia teve uma produção de alimentos plana até meados de 1960, com a produção per capita caindo 7% entre 1961 e 1967. Com a introdução de sementes híbridas da Revolução Verde, a produção cresceu nas décadas de 1970 e 1980, resultando em 1990 em uma produção 2,3 vezes que o nível de 1961, enquanto a população cresceu em 1990 era 1,9 vezes mais que o nível de 1961. Em 2009, a produção de alimentos na Índia foi 3,6 vezes o nível de 1961 enquanto a população era 2,6 vezes. Resultado líquido da produção *per capita* de alimentos em 2009 foi de 37% acima do nível de 1961. (LAM, 2011)

A África Subsaariana também teve resultado surpreendente. Em 2009 a produção de alimentos foi 3,3 vezes o nível de 1961 (um aumento maior do que para o mundo todo), porém a população aumentou mais rápido, atingindo 3,6 vezes mais que a população de 1961. Como tinha ocorrido declínio na produção de alimentos entre 1970 e 1980, o aumento na produção de alimentos per capita não foi suficiente. Ou seja, não se trata exclusivamente de uma relação população x pobreza. A condição de desigualdade social assume dimensões da relação população x acesso a recursos disponíveis. (LAM, 2011)

> As condições de vida de um indivíduo e/ou família, seja para a garantia de bem-estar, seja para o desenvolvimento econômico de um país, extrapolam o acesso a bens de consumo. Para se conseguir medir o grau de vulnerabilidade em âmbito micro ou macro, deve-se agregar à situação de renda evidências que traduzam condicionantes desafiadores à superação da ausência ou limitação do acesso a bens e serviços com dignidade. A ampliação do conceito de pobreza à concepção de vulnerabilidade se deu no esteio do desenvolvimento

> econômico e tecnológico da sociedade. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; 2019. p.5)

O entendimento sobre o conceito de pobreza foi se alterando ao passar dos anos: até o século XIX era compreendida apenas como insuficiência de renda para alimentação de subsistência, ou seja, a satisfação de suas necessidades físicas; a partir dos anos 1950, a noção de pobreza passa a englobar algumas outras condições de sobrevivência, como o acesso à educação, saúde, saneamento, que afetavam o desenvolvimento econômico do países; a pobreza passa a ser compreendida como uma privação relativa na década de 1980, entendendo que essa privação poderia ocorrer em diversas esferas da vida. Aos poucos foram agregadas outras perspectivas de efeitos da restrição de acesso a bens e serviços, principalmente no que se diz a inserção e contribuição com a sociedade. Adiciona-se também o entendimento sobre a vulnerabilidade, ou seja, as condições subjetivas e objetivas que se sobrepõem ao indivíduo restringindo-o no acesso aos bens; as condições subjetivas dizem sobre a inserção do indivíduo na sociedade; e as objetivas dizem sobre o acesso a direitos universais. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; 2019)

> A ideia de vulnerabilidade social indica uma predisposição à precarização, vitimização, agressão. Oliveira associa a ideia de vulnerabilidade social à carência de direitos, pois "ainda que políticas sociais públicas sejam uma das exigências mais prementes para a atenuação de várias vulnerabilidades, elas não esgotam o repertório de ações que se situa muito mais no campo dos direitos" (OLIVEIRA, 1994). Numa sociedade complexa a vulnerabilidade social não é só econômica, ainda que os de menor renda sejam mais vulneráveis pelas dificuldades de acesso aos fatores e condições de enfrentamento a riscos e agressões sociais. (SPOSATI; 2009, p.34)

A compreensão de que a pobreza envolve a inserção do indivíduo na sociedade vai de acordo a abordagem das Capacidades de Amartya Sen (2010 *apud* BARRETO; SANTOS; CARVALHO 2018), que diz sobre o funcionamento da sociedade e a capacidade dos indivíduos de participarem desse. Seguindo a compreensão de Sen, pobre seria aquele privado de sua própria liberdade, excluído da sociedade por não obter oportunidade de sua inclusão social e sem poder converter sua renda numa vida digna. Além disso, a pobreza pode ser mensurada com um caráter relativo ou absoluto. A pobreza relativa diz sobre a exclusão de um por não conseguir manter o padrão de vida dos demais, assim são relativamente pobres, porém conseguem manter condições de vidas mínimas; a absoluta diz sobre aqueles que não conseguem

garantir suas necessidades básicas. Assim, é necessário considerar bens não monetários ao se falar do bem-estar e vida digna dos indivíduos, olhar apenas renda é insuficiente para se medir pobreza.

> Para Kageyama e Hoffmann (2006), a ideia central é que a pobreza tem uma dupla natureza: de um lado, deve-se ao subdesenvolvimento regional e local, que impõe privações em condições básicas de existência, como luz elétrica, água encanada e instalações sanitárias, e dificuldade de acesso aos serviços de saúde e educação; de outro lado, a pobreza tem raízes nas características demográficas e nas limitações do capital humano e financeiro das famílias, que prejudicam a capacidade de elevar a renda familiar. Ainda segundo os autores, a superação do primeiro aspecto depende mais de investimentos públicos e privados em infraestrutura e serviços básicos; o segundo aspecto teria que ser atacado em duas frentes: na melhoria da educação fundamental, incluindo programas de controle da natalidade e de normas de higiene, e na melhoria das condições de acesso ao mercado de trabalho, seja pelo crescimento dos empregos assalariados, seja pelo apoio às atividades autônomas, ou pela diversificação das fontes de renda da família. Para os autores, conhecer o número e a localização dos grupos de pobres em que predomina uma ou outra dimensão, e acompanhar sua trajetória em um período relativamente longo, é importante para o planejamento das ações de combate à pobreza, sobretudo em termos do melhor direcionamento dos gastos e investimentos, em termos de focalização dos grupos prioritários para as intervenções do poder público. (BARRETO; SANTOS; CARVALHO 2018. p.5)

O crescimento exponencial da desigualdade social, principalmente a partir do capitalismo industrial, gerou condições de vulnerabilidades que abateram a população de forma geral com salários não suficientes às condições de sobrevivência da família aos moldes do período anterior, com acesso à terra e produção familiar. O capitalismo financeiro atual acirrou tais condições, visto que o processo de produção é sucumbido à financeirização da economia, o que significa a exclusão de parte considerável da população por não terem capacidade de acesso a bens e serviços. A exemplo, a produção mundial de alimentos é suficiente para o abastecimento da população mundial, porém a sua forma de distribuição e acesso geram fome e insegurança alimentar. (INDIANOLI, 2016)

Ao longo da história, a classe trabalhadora, cada vez mais afetada, passa a exigir intervenções do Estado sobre a situação de sua exacerbada exploração, reivindicando acesso a bens e serviços que garantissem as condições mínimas para seu bem-estar: como trabalho, habitação, saúde e educação. (DATIVO, 2017) Por um lado perverso,

a consolidação de direitos sociais e trabalhistas e oferta de serviços públicos, ao mesmo tempo que ajudam na proteção dos trabalhadores, possibilitam o surgimento de teorias que tentam compatibilizar o capitalismo com o bem-estar, democracia e o lastro político da social-democracia. (MOTA, 2008)

> A partir deste enfrentamento, ganha força a presença do Estado social visando neutralizar os conflitos de classe. Para isso, dentre outras medidas, a ação estatal passava a ofertar uma série de serviços que eram antes prestados pelo próprio movimento dos trabalhadores (assistência, seguridade etc.). Dessa forma, buscava-se dissuadir os trabalhadores de se insurgirem contra o capitalismo, compensando-os com os serviços estatais e a possibilidade do poder de compra através do pleno emprego. O compromisso do Estado social é a pacificação dos conflitos de classe que deve ser obtido através do poder estatal democraticamente legitimado, que é interposto para o zelo e a moderação do processo natural do desenvolvimento capitalista. (HABERMAS, 1987, p. 107 *apud* SANTANA, 2007, p.58)

Com o desenvolvimento do Estado Liberal, há uma separação entre Estado e Sociedade, tendo o primeiro suas funções reduzidas e limitadas à garantia de direitos, sendo os principais: o direito à liberdade e à propriedade. (COLUSSI; 2007) A superação da monarquia traz a separação dos poderes e inicia a construção da democracia nos moldes modernos, com a ideia de bem comum e vontade geral (ou da maioria), mas também traz um desvio da fonte de perigo e ameaça às liberdades individuais, antes o Estado e então a própria sociedade e sua vontade, conflito ao qual o Estado Liberal deveria se manter neutro, seguindo seu princípio de não intervenção. (MATTEUCCI, 1997)

> Esta é a principal característica do Estado Liberal. O indivíduo deve ser responsável pelo seu bem-estar. Prevalece a liberdade e a competitividade. A miséria é uma situação naturalizada que o Estado não deve intervir, pois as ações sociais podem estimular ao ócio. As ações para os pobres devem ser praticadas pela caridade privada. O Estado deve ser 'neutro', ou seja, mínima intervenção nas questões sociais e econômicas, suas ações devem ser somente complementares ao mercado. Mediante esses princípios propostos pelos liberais e acatados pelo Estado Capitalista, o enfrentamento dos problemas sociais nesse período foi exclusivamente com uso de recursos repressivos e mesmo com a mobilização e reivindicação dos trabalhadores as mudanças foram tímidas e parciais, sem abranger o cerne das causas da questão social. (PEREIRA; ZAMBOM, 2017. p.23)

Considerando a suposta igualdade perante a lei, e o fato de que o Estado teria como princípio a legalidade, era incabível, no Estado Liberal Clássico, a proteção de uma

classe social, ou uma categoria da sociedade. Diante das desigualdades fáticas que o regime econômico gerava, passa a se questionar o ideal liberal, visto que a igualdade formal e liberdade de manifestação acabavam por fortalecer as classes já abastadas, ante uma deterioriação das condições de vida dos demais. (COLUSSI; 2007)

2.2 O welfare state como via econômica-social

O século XX trouxe diversas transformações mundiais, especialmente nos países capitalistas; com o ocorrido das duas Guerras Mundiais, a Crise de 1929 seguida pela Grande Depressão, há uma grande crise no Estado Capitalista e nos ideais liberais, que já estavam enfraquecidos. Segundo Behring e Boschetti (2006 *apud* SALVADOR; 2008), há dois motivos principais para o enfraquecimento da ideologia liberal a partir da metade do século XIX: o crescimento do movimento operário e sua ascensão à cargos políticos, com um impulso após a Revolução Socialista na Rússia em 1917, gerando grande pressão sobre o capital; e o próprio processo de acumulação capitalista, gerando concentração da renda e do capital e minando a ideia de meritocracia do "indivíduo empreendedor".

> A criação e a expansão das grandes corporações passam a depender amplamente do capital emprestado pelo sistema financeiro levando à fusão do capital bancário e industrial, que resulta no surgimento do capital financeiro. A partir de 1929, com a quebra da bolsa de Nova York e a Grande Depressão (1929 a 1932), a crise econômica se instala pelo mundo, ocorrendo uma redução de um terço do comércio mundial. O corolário dessa crise é o desemprego em massa, a forte queda da renda, a queda na taxa de lucro e, com isso, a perda da credibilidade dos pressupostos do liberalismo econômico, pondo em xeque a legitimidade do capitalismo, dando lugar para o desenvolvimento do keynesianismo. (SALVADOR, 2008 p. 41)

O Estado, até esse momento, tinha como principal função criar condições de produção, já que não era mais possível assegurá-las de forma privada sem com isso afetar a posição da classe dominante, reprimindo qualquer ameaça à essa por meio do exército, polícia, sistema judiciário e penitenciário. Além disso, o Estado deveria integrar os dominados de modo a garantir a permanência da ideologia dominante, fazendo-os aceitar a exploração e a repressão. (MANDEL, 1982 *apud* SALVADOR, 2008). No entanto, com a crise de 1929, o Estado passa a exercer também a regulação: com a alta colossal do desemprego o Estado passa a assumir grandes

gastos para tentar manter o nível de emprego, e garantir condições de vida mínimas aos trabalhadores, ações embasadas na teoria Keynesiana, e que possibilitaram os primeiros passos em direção ao *Welfare State* que seria consolidado após a segunda guerra. (PEREIRA, 2001 *apud* SALVADOR, 2008).

A teoria keynesiana aponta como problema essencial os determinantes da demanda agregada para a retomada do pleno emprego. Há um questionamento à "lei de Say" - que determinava que a oferta gera sua própria demanda – muito utilizada nas teorias econômicas predominantes até então, como a neoclássica/marginalista e a liberal, uma vez que segundo ela não seria possível uma crise de superprodução, uma vez que toda renda gerada seria revertida em consumo, e o pleno emprego seria sempre atingido, uma vez que a própria concorrência entre produtores seria suficiente para manter equilíbrio econômico. No entanto, Keynes (1985, p 31-32 *apud* SALVADOR, 2008) discute que:

> Dada a propensão a consumir e taxa do novo investimento, haverá apenas um nível de emprego compatível com o equilíbrio, visto que qualquer outro levaria a uma desigualdade entre o preço da oferta agregada na produção em conjunto e o preço da demanda agregada. Este nível não pode ser maior que o pleno emprego, isto é, o salário real não pode ser menor que a desutilidade marginal do trabalho. Mas não há, em geral, razão para que ele seja igual ao pleno emprego. A demanda efetiva associada ao pleno emprego é um caso especial que só se verifica quando a propensão a consumir e o incentivo para investir se encontram associados entre si numa determinada forma. Esta relação particular, que corresponde às hipóteses da teoria clássica, é, em certo sentido, uma relação ótima. Mas ela só se verifica quando, por acidente ou desígnio (...).

O princípio da demanda efetiva portanto traria duas grandes proposições: a renda depende do nível de emprego da economia; e a quantidade de emprego depende do valor que se espera que haverá de consumo e do gasto com investimentos. Dessa forma, dado um nível de renda e oferta de bens, o nível de emprego é função dos gastos esperados. Isso representa para a atuação estatal uma necessidade de ativamente elevar a demanda agregada via consumo e investimento.

> Para Keynes (1985), o Estado deveria exercer uma influência orientadora da propensão a consumir por meio do sistema tributário, pela fixação da taxa de juros e também recorrendo a outras medidas. Para o autor, uma ampla socialização dos investimentos seria o único meio de assegurar uma situação mais próxima do pleno emprego, mas

> sem com isso excluir outros arranjos que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada. Pois, "os principais defeitos da sociedade econômica em que vivemos são a sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas" (KEYNES, 1985, p. 253 *apud* SALVADOR, 2008)

O Estado de Bem-Estar Social, *Welfare State*, surge, posteriormente, como uma resposta à piora nas condições de vida da população, avançando na intervenção estatal proposta por Keynes. Nesse modelo, o Estado era responsável por intervir e regular o bem-estar social, garantindo pleno emprego e menor desigualdade social, para assegurar direitos sociais e condições de vida básicas à todos os cidadãos. (PEREIRA; ZAMBOM, 2017)

Segundo Offe (1984, *apud* SALVADOR, 2008 p. 54) o *Welfare State* é um "conjunto de disposições legais que asseguram aos cidadãos o recebimento de prestações da seguridade social obrigatória e acesso a serviços de saúde e de educação organizados pelo Estado". O que diferencia o Estado de Bem-estar do Estado liberal é o fato de que as garantias sociais não são vistas como caridade, mas como direito de todos os cidadãos, e esses cidadãos os reivindicam como tal. Em momentos históricos anteriores, aceitar a assistência do Estado era renunciar a todos os seus direitos civis, se isolando do papel de cidadão. Em alguns Estados Liberais-democráticos há ideia de provisão igualitária de saúde e de políticas fiscais progressivas, porém como um caráter de direito trabalhista, numa sociedade marcada pela industrialização. Após as Guerras Mundiais e a Crise de 1929, os Estados industrializados tomaram medidas cada vez mais intervencionistas, principalmente no que se diz às ideias keynesianas, tentando melhorar as condições de vida da população, e é assim que surgem as bases institucionais para o *Welfare State*. (REGONINI, 1997)

> Pierson (1998) identifica as origens do Welfare State em torno de três conjuntos de critérios: a) a introdução do seguro social, ou seja, uma provisão coletiva organizada pelo Estado para fazer frente aos riscos associados à economia do mercado, como a incapacidade de ter renda com a idade avançada, doença ou desemprego; b) a extensão da cidadania e a desfocalização do welfare público da pobreza; e c) o crescimento do gasto social, sobretudo no período de 1945 a 1975. (SALVADOR, 2008 p. 51)

Segundo Marshal (1964, *apud* REGONINI, 1997), com o desenvolvimento da democracia e o aumento do poder das classes operárias surgem as demandas por direitos sociais, cuja garantia é base para a consecução da participação política plena. Esse movimento, descrito por Marshal, é observado nos países que já haviam passado pela industrialização e o desenvolvimento econômico, nesses há um desenvolvimento das políticas sociais e em alguns o encaminhamento para o Estado de Bem-Estar Social. (REGONINI, 1997) Quanto às classes sociais e seus conflitos, o *Welfare State* buscava neutralidade, atenuar crises e evitar que novas crises ocorressem, é nesse rol de medidas anticíclicas que entram as políticas sociais de forma generalizada, evitando revoltas. (PEREIRA; ZAMBOM, 2017) O que demonstra outro aspecto do surgimento do Estado de Bem-estar, que vem como um contraste ao avante socialista, buscando causar dependência entre o trabalhador e o Estado, mantendo assim os ânimos controlados. (GOZZI, 1997). Conforme Offer o *Welfare State* (1984) *apud* Salvador (2008, p.54): "dispersa parcialmente os motivos e as razões do conflito social, tornando aceitável a existência do trabalho assalariado, pois possibilita a eliminação de parte do risco que resulta da imposição da forma mercadoria ao fator de produção trabalho."

> Lenhardt e Offe (1984) defendem a tese de que a política social é a forma pela qual o Estado busca eliminar a questão da transformação duradoura de trabalho não assalariado em trabalho assalariado. Isso ocorre porque algumas necessidades dos trabalhadores são providas de forma coletiva, permitindo que a produção econômica capitalista ocorra de forma regular ativando também o princípio keynesiano da demanda efetiva, assegurando com isso o pleno emprego. (SALVADOR, 2008 p. 54)

Considerando que em um sistema político democrático, o exercício da cidadania não é garantido apenas por fazer parte da sociedade; é necessário acesso aos direitos sociais fundamentais que garantam autonomia e manutenção da vida. (DATIVO, 2017) Nos países da América Latina, a conquista da cidadania e da democracia passou por mais obstáculos. Os períodos ditatoriais e os processos de transição democrática, levam a reunião de grupos populares, que embora lutem pela democracia e pela garantia de direitos, ficam à margem das decisões políticas, tomadas pelas classes dominantes buscando garantir, acima de tudo, seus interesses. (AMARAL, 2008)

> Ao contrário de um "desmanche social", nestes países marcados pela violação de direitos humanos e sociais até os anos setenta, vai ocorrer sim, a construção de um novo modelo de regulação social que vincula democracia e cidadania e é descentrado da noção de pleno emprego ou de garantia de trabalho formal a todos. Este modelo de regulação social se afasta da universalização dos direitos trabalhistas e se aproxima da conquista de direitos humanos ainda que de modo incipiente. (SPOSATI, 2003, p.65)

2.3 O modelo de estado de bem-estar à moda brasileira

Diferentemente de países desenvolvidos, o processo de industrialização da economia brasileira não ocorre de maneira suficiente para assegurar emprego à população. Assim, continua a existir altas taxas de desemprego, isso combinado com a característica, própria das economias latino-americanas marcadas pela escravidão e pelo racismo, de manutenção das ocupações precárias, e com a "importação" de mão-de-obra europeia, resultado das políticas de favorecimento à imigração; leva a um processo de transição para o trabalho livre e organização estatal únicos, que germina a informalidade das relações de trabalho e a exclusão de parcela significativa da força de trabalho, gerando um excedente estrutural de trabalhadores. Nem mesmo com o crescimento econômico acelerado, por parte do século XX, foi capaz de mudar a situação de vida precária de grande parte da população. (SALVADOR, 2008)

> Para Francisco de Oliveira (1990), no caso brasileiro, a intervenção estatal que financiou a reprodução do capital não financiou no mesmo nível a reprodução da força de trabalho, pois teve como padrão a ausência de direitos. Para o autor (p. 44-45):
>
> "O Brasil torna-se um caso especial exatamente pela conjunção de normas, procedimentos, sobretudo a função dos fundos públicos no processo de regulação, com um fundo histórico não resolvido de problemas de discriminação, intensas desigualdades sociais e regionais, tradição autoritária; essa especial conjunção ganhou contornos ainda mais indefinidos durante o regime autoritário." (SALVADOR, 2008, p. 20)

Muito se discute sobre o Sistema Político-Econômico do Brasil estabelecido atualmente, não há consenso se aqui há um modelo de Estado de Bem-Estar Social, uma tentativa de implantá-lo, ou um outro tipo de sistema. Para Pereira e Zambom (2017) nunca houve o Estado de Bem-Estar Social no Brasil, uma vez que as políticas não eram de acesso universal, mas para categorias específicas da população, além

disso, são políticas frágeis, que sofrem desmontes em trocas de gestão por critérios diversos.

> Nos países ditos pobres e subordinados, especialmente da América Latina, entre eles o Brasil, nunca aconteceu a proposta do bem-estar da população por meio da universalização dos direitos e serviços sociais ofertados pelo Estado. Um dos motivos que não permitiu a implantação do Welfare State foi a profunda desigualdade de classes e a resistência para a implantação de uma política de cidadania nesses países. (PEREIRA, ZAMBON, 2017 p.28)

Colussi (2007) sugere que há uma evolução do Estado de Bem-estar Social com a criação do Estado Democrático de Direito no Brasil. É incorporado ao papel do Estado um novo tipo de intervenção, cerceada à garantia legal de direitos, principalmente no que se trata dos direitos de igualdade, justiça social, e garantia dos direitos humanos fundamentais. Seria feita, na Constituição, com a garantia dos direitos sociais (aqui inseridos os trabalhistas), a correção do que era degradante no Estado Liberal. No entanto, o que se observa é que no Brasil ainda não haviam sido garantidos ao menos os direitos liberais, e mesmo com uma Constituição Federal Democrática, fundada na dignidade humana e nos direitos fundamentais, não é efetivada a transformação societal e a garantia dos direitos sociais.

Esperava-se que, com a promulgação da Constituição de 1988, o Estado Brasileiro assumisse responsabilidades sobre as questões sociais, no entanto, propaga-se a crença da superioridade do serviço privado ante o público, para que a população busque o atendimento de suas necessidades no mercado. Há uma transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil, sendo o próprio cidadão responsável por garantir suas necessidades. (PEREIRA; ZAMBOM, 2017). Com a mundialização do capital financeiro, a economia dos países latino-americanos, como o Brasil, subordinada às movimentações do capital estrangeiro e à ideologia neoliberal, se torna um grande reservatório de mão-de-obra barata livre para ser explorada; levando a uma precarização ainda maior da população já fragilizada. (MARANHÃO, 2008).

No entanto, essa fragilização não se dá nem pelo desmanche das políticas sociais, nem pela simples redução de seus recursos, mas pelo não firmamento de um pacto democrático e pela não universalização da cidadania. Assim, no Brasil, há uma

combinação da luta por direitos sociais com a luta pela democracia, desassociando esses das reivindicações e conquistas do movimento trabalhista. Essas sociedades que passam pelo processo de regulação social tardia, com tamanho desalento da população e sem os direitos sociais garantidos por meio do trabalho, exigem não apenas resultados das políticas sociais, mas também uma mudança no modo como essas políticas são geridas, com a necessidade de atuação conjunta a outras áreas do Estado na proteção social e de maior participação social na gestão da política. (SPOSATI, 2003)

> Segundo Lisboa (1999), a emergência e persistência do desemprego em nossa sociedade nos conduzem a um verdadeiro paradoxo, com terríveis consequências psicossociais: Hoje nos deparamos com o paradoxo de viver uma sociedade de trabalho sem trabalho. Sociedade de trabalho porque é uma sociedade constituída em torno da ética do trabalho, porque nela o trabalho é o princípio fundamental e organizador da vida – vivemos para trabalhar. É pelo exercício de uma profissão que as pessoas adquirem identidade social. Mas, cada vez mais, é uma sociedade de trabalhadores sem trabalho, pois o mercado de trabalho se encolhe como resultado tanto do surgimento de novos padrões de organização produtiva – terceirização, flexibilização, com a consequente precarização da relação de trabalho quanto ao advento de novas tecnologias e consequente redução na quantidade de trabalho socialmente necessário. Essa contradição também é conhecida como o fenômeno do crescimento sem emprego: produz-se cada vez mais com menos trabalho (LISBOA, 1999, p.56 *apud* SANTANA JÚNIOR, 2007, p. 62)

As primeiras políticas sociais começam a ser implantadas na década de 1930 no Brasil, como uma resposta às demandas dos trabalhadores, de modo a controlar os ânimos e evitar revoltas e um fortalecimento do movimento trabalhista. Assim, as políticas sociais criadas nessa década servem como um instrumento de mediação de conflitos surgidos no processo de desenvolvimento econômico do Brasil até então. Tinham, portanto, um caráter insuficiente, sendo incorporadas apenas parcialmente as reivindicações populares com o uso de procedimentos paternalistas e populistas do governo Vargas. Após o fim do Estado Novo, a nova constituição permite mais liberdade e, há uma volta dos movimentos sociais, porém em 1964, com a ditadura, são interrompidos novamente sob a justificativa de combater o perigo comunista.

> A situação instalada no Brasil no período de 1964 a 1985 foi perversa para a população. Impediu a liberdade do exercício dos direitos políticos, desmontou a organização dos movimentos sociais, devido às perseguições políticas e suas lideranças. Os movimentos que

> sobreviveram lutavam apenas para manutenção da satisfação das necessidades elementares de sobrevivência daqueles mais pobres. Foi a partir dessas organizações que surgiram os movimentos por creche, habitação, transporte, serviços de saúde, entre outros. (PEREIRA; ZAMBOM, 2017. p.44)

O crescimento econômico do período da ditadura militar, foi concentrador e excludente, buscando adotar políticas sociais compensatórias para atenuar as tensões sociais e a redução dos salários e piora nas condições de trabalho. A década de 1980 traz um destaque para os movimentos sociais, mobilizados na campanha por eleições diretas, e, após, focados na luta contra a violência e negligência a alguns segmentos da população.

Neste momento, a Assistência Social no Brasil se caracteriza como uma política social de garantia de direitos, quando passa a ser garantida pela Constituição Federal de 1988. Embora tenha aparecido inicialmente na década de 1930, então era de uma maneira filantrópica e sendo considerada um favor do Estado, não um direito. No entanto, ainda que aprovada na Constituição, a materialização dessa política ocorre parcialmente no que diz respeito a legalização, normatização, institucionalização e burocratização dos serviços e benefícios por meio do SUAS; e embora seja necessária maior participação da população na gestão dessa política, para que essa seja efetiva em garantir direitos sociais, o que ocorre é o oposto.

O fortalecimento da ideologia neoliberal restringe a atuação no campo das políticas sociais, ampliando a dependência e subserviência do país aos interesses no mercado mundial, enfraquecendo o controle democrático e configurando um Estado forte e enxuto com claras ações antidemocráticas. (DATIVO, 2017) “A Constituição Federal de 1988 nasceu marcada pela sua contradição histórica, fruto da mobilização popular, da democratização da sociedade, num contexto em que a ofensiva neoliberal cobrava a redução do Estado na regulação econômica e social.” (COSTA, 2006, p. 148 *apud* PEREIRA; ZAMBOM, 2017. p.153)

A política de corte de gastos, com o enxugar do Estado, atinge programas sociais e é acompanhada por um processo de desresponsabilização estatal pela proteção social. A transferência de responsabilidade ocorre de diversas formas, por exemplo na mercantilização: deixando a cargo da própria população garantir suas necessidades,

como com a aquisição de seguros saúde etc. (SITCOVSKY, 2008) Há, também, o fenômeno da personificação da assistência na posição da primeira-dama, impondo a noção do direito como uma *benesse*, uma dádiva concedida pela mulher do governante, e consequentemente pelo próprio, permitindo, assim, o uso das políticas sociais como uma alavanca eleitoral. Buscando benefícios fiscais, as grandes empresas e figuras públicas também fazem parte dessa isenção da responsabilidade do estado, criam fundações sociais, se tornando *mecenas* da assistência social e levando a uma *refilantropização* dos direitos. (SPOSATI, 2003)

2.4 Regulação social tardia e as políticas de proteção social como resposta

O termo "regulação", embora amplamente utilizado no âmbito da economia e sociologia, começa a se popularizar no momento dos processos de privatizações das empresas públicas, principalmente com as privatizações em áreas de serviços prioritários, como água e energia, que demandam a criação das agências reguladoras a fim de controlar a oferta e atendimento às demandas da população. Com as reformas de Estados, passa a se questionar os papeis dessas agências reguladoras, e o tema "regulação" volta mais uma vez para a agenda política. No âmbito da economia, a regulação é vista como algo necessário para evitar falhas de mercado, tais como monopólios e crises de oferta ou demanda; junto ao processo de globalização, o tema é estendido, e passa a se pensar em regulação em outras áreas, como a governança e os direitos sociais. (OLIVEIRA; 2005)

> As reformas de Estado que a maioria dos países ocidentais conheceu a partir dos anos de 1980 vieram como corolário do processo de globalização. Na realidade, trata-se de um processo mais amplo de mudança econômica, política e cultural a que o mundo assistiu nas últimas décadas e que tem forjado novas formas de gestão econômica e controle social. As noções de governabilidade e governança nunca estiveram tão em voga como no momento em que as tradicionais instituições de poder sofrem pressões no sentido de se desterritorializarem. A assunção de novas formas de organização dos mercados, de novas institucionalidades, como a Comunidade Europeia, o Mercosul, Davos, Seattle, é exemplo da nova acomodação de poder que dá lugar a formas pluricentradas de formulação e decisão políticas – a novos modos de regulação. Nesse contexto, o que se vem entendendo por regulação social são os aspectos relacionados à proteção dos interesses públicos, tais como saúde, segurança, meio ambiente, educação, ou seja, aqueles que podem pôr em risco a coesão social. (OLIVEIRA; 2005. p.756)

O processo de Regulação Social, em si, é aquele no qual são definidas, sobretudo por agências estatais, as normas e regras para o comportamento de atores sociais e da sociedade, organizando, assim, as relações sociais. Nas novas regulações societais, as fronteiras entre as regulações do Estado, mercado e da comunidade estão menos claras, combinando vários desses elementos, em paradigmas de regulação tais como: participação popular, contrato social, justiça social ou relações de poder. Assim, as regulações sociais ocorridas na modernidade, tendem a mesclar as relações sociais, políticas e mercadológicas. (FERREIRA; 2019)

Com a regulação social passando a mesclar tantos campos, ocorre uma fragilização da regulação do trabalho, uma vez que o projeto globalizado de regulação social trazia em si promessas de um futuro que as condições mínimas de vida seriam garantidas independente do mercado de trabalho. O resultado dessas novas formas de regulação social acaba sendo a desregulamentação do mercado de trabalho, terceirização e precarização das condições de trabalho; o que significa, para boa parte da população uma piora nas condições de vida, perda de estabilidade e de uma expectativa de futuro. (OLIVEIRA; 2005). Boaventura Santos (2005. p.1), discute sobre os efeitos da globalização sobre as novas regulações sociais:

> Tenho vindo a afirmar que o paradigma da modernidade se baseia numa tensão dialéctica entre regulação social e emancipação social, a qual está presente, mesmo que de modo diluído, na divisa positivista "ordem e progresso". Neste final de século, esta tensão deixou de ser uma tensão criativa. A emancipação deixou de ser o outro da regulação para se tornar no duplo da regulação. Enquanto, até finais dos anos sessenta, as crises de regulação social suscitavam o fortalecimento das políticas emancipatórias, hoje a crise da regulação social — simbolizada pela crise do Estado regulador e do Estado-Providência — e a crise da emancipação social — simbolizada pela crise da revolução social e do socialismo enquanto paradigma da transformação social radical — são simultâneas e alimentam-se uma da outra. A política dos direitos humanos, que foi simultaneamente uma política reguladora e uma política emancipadora, está armadilhada nesta dupla crise, ao mesmo tempo que é sinal do desejo de a ultrapassar.

Santos (2005) discute sobre como com a globalização e a imposição das ideologias legitimadoras da subordinação ao imperialismo ocidental sobre os países de Terceiro Mundo permitem que, em nome da ciência, e da promessa de paz, racionalidade, liberdade, igualdade e progresso, sejam dizimados conhecimentos milenares,

excluídos e humilhados grupos sociais. Em nome de um projeto de universalização de direitos e valores, ocorre uma supremacia da particularização ocidental sobre os demais povos e culturas.

> Quando esse autor destaca, como um segundo fator novo, a voracidade com que a globalização hegemônica tem devorado não só as promessas de progresso, de liberdade, de igualdade, de não-discriminação e de racionalidade, como também a própria idéia da luta por elas, está falando de um tipo de desenvolvimento e acumulação capitalista. Para Santos (2005), a regulação social hegemônica deixou de ser feita em nome de um projeto de futuro e, com isso, deslegitimou todos os projetos de futuro alternativos antes designados por projetos de emancipação social. Aqui nos caberia indagar se não seria a promessa ou o projeto de futuro para as populações destituídas das condições materiais de existência que foi comprometido, se é que em algum momento ele esteve contemplado. A euforia do nacional-desenvolvimentismo conseguiu contagiar, por algumas décadas, a maioria da população – refiro-me à realidade de alguns países latino-americanos que viveram esse processo a partir dos anos de 1940 – com a idéia (sic) de progresso técnico e evolução econômica, e, sobretudo, com a idéia (sic) de nação. (OLIVEIRA; 2005. p.761)

Sposati (2003) propõe que nos países em que a obrigação social do Estado só é reconhecida concomitante à luta contra os movimentos ditatórias em curso no final do século XX, como ocorre na América Latina, o processo de regulação social se dá no momento de expansão da regulação neoliberal. Assim, o processo de regulação nesses países tem um foco no mercado, e não no Estado, como ocorreu no *Welfare State*. Nesse momento, os grandes monopólios, com muita influência sobre a economia mundial, propagam o discurso neoliberal visando sua liberdade de atuação, desejando Estados com atuação mínima e menores regulamentações do mercado de trabalho. A corrente neoliberal, portanto, propõe uma desregulamentação do trabalho, um desmonte de políticas de seguridade social e privatizações das empresas estatais permitindo a entrada do mercado em setores primordiais. (PEREIRA; ZAMBOM, 2017) Sob essas condições e influências, portanto, são reproduzidas algumas características comuns na regulação desses países, esse processo, e suas especificidades, Spozati (2003) denomina de “regulação social tardia”.

> Caracterizo como regulação social tardia os países nos quais os direitos sociais foram legalmente reconhecidos no último quartel do século XX e cujo reconhecimento legal não significa que estejam sendo efetivados, isto é, podem continuar a ser direitos de papel que não passam nem pelas institucionalidades, nem pelos orçamentos públicos. Portanto, não cessa a luta dos movimentos pela inclusão de

> necessidades de maioria e de minorias na agenda pública. Embora estejam inscritos em lei, seu caráter difuso não os torna autoaplicáveis ou reclamáveis nos tribunais. Este gap cria uma distância entre o perfil legal do país que se mostra avançado e as condições reais da população que permanece excluída do alcance efetivo do disposto em lei. Isto faz conviver o confronto entre o real e o legal que considera sob o formalismo jurídico o real não legal, como clandestina, e traz também, a necessidade de ser estabelecida a relação crítica entre o social o econômico e o jurídico. (SPOSATI, 2003. p.66)

Sposati (2003) sugere que nos países com a regulação social tardia não há um simples desmanche social, mas sim uma construção de um novo modelo, no qual se vincula democracia e cidadania, sem a preocupação com a noção de pleno emprego ou de garantia de trabalho formal a todos. As políticas sociais nesses países se caracterizam por um reconhecimento de direitos sociais com lutas protagonizadas por movimentos sociais, não sindicais; uma diluição do reconhecimento dessas lutas a âmbitos locais, tornando a garantia dos direitos sociais difusa territorialmente; e pela inconstância do provimento das políticas sociais, visto que são dependentes da "sensibilidade política" do grupo de governo.

> O impacto do neoliberalismo em sociedades de regulação social tardia, como é o caso da sociedade brasileira, não ocorre nem pelo desmanche social, nem pela redução de gastos sociais. Estas sociedades não viveram o pacto de Welfare State fundado no modelo keynesiano ou beveridgiano. Estados ditatoriais não incluíam pactos democráticos de universalização de cidadania. São, portanto, sociedades carentes de um contrato social alargada, o que torna uma tensão continua a construção universal da cidadania e a superação do divisor entre pobres e não pobres. Pior ainda, o conceito de cidadania e chancelado como lura contra a pobreza o que não afiança direito a ninguém. (SPOSATI, 2003. p. 67)

A exclusão social na sociedade de regulação social sob a influência neoliberal coloca um freio na universalização da cidadania. Colonizados desde sua origem na relação com uma "civilidade branca" há uma baixa discriminação ao estrangeiro e incorporação imediata desses à sociedade, em contraposição a um não reconhecimento dos povos originários como cidadãos. Após, com a regulação tardia, a centralidade no mercado, há uma substituição do conceito de cidadania pelo de consumidor, e passa o Estado a ter responsabilidade apenas de intervir quando a família não consegue prover o mínimo para si própria. "Reduz-se a responsabilidade pública como condição básica do direito e se 'compensa o mercado – e não o cidadão-

transferindo precários recursos para que 'indigentes' possam consumir ou realizar *bad Jobs.*" (SPOSATI, 2003. p. 73)

Mesmo com o reconhecimento constitucional dos direitos sociais, esses seguem fortes no enunciado, sem no entanto perspectiva de universalizá-los, transmutando-os em ações programáticas, circunstanciais, e para aqueles excluídos do mercado, não para a sociedade, como o deveria ser. Nesses países, a extensão da cidadania não ocorre a todas as parcelas da população, dessa forma é impossível separar o alcance da democracia do alcance dos direitos sociais: apenas aqueles que os tem garantidos pode participar da democracia e ser, de fato, cidadãos. (SPOSATI, 2003)

No Brasil, Sposati (2003) identifica três marcas da regulação social tardia na gestão social:

- Embora sejam diversos os motivos da exclusão social: cultural, político, civilizatório etc.; a seleção dos atendidos pelos programas sociais segue critérios de renda, e muitos desses focam apenas em prover renda mínima, se desvinculando da proposta de alterar a qualidade de vida. Voltando na ideia de uma correção da exclusão do mercado e não da sociedade.

- O fornecimento e acesso de programas sociais muitas vezes está sob influências personalistas, ocorrendo uma refilantropização dos direitos sociais e tirando da égide do Estado a responsabilidade de garanti-los. Assim, há uma transferência na responsabilidade do Estado de prover os mínimos necessários para a vida digna para a âmbito privado, concedendo, inclusive, benefícios a entidades privadas que, em troca de benefícios fiscais, realiza trabalhos de caridade.

- Há, no Brasil, um deslocamento da responsabilidade do Estado Nacional, para o Estado local; com a diluição do alcance nacional de direitos à processos locais. Esse fato, traz a necessidade de novas exigências na gestão local, e de se rever as competências dos municípios, esvaziadas durante os processos ditatoriais.

3 A PERSPECTIVA DOS DIREITOS SOCIAIS

Como visto anteriormente, a regulação social delimita os direitos, deveres, proibições, possibilidades e limites de atuação; ou seja, as regras do convívio em sociedade, no entanto, mesmo após a regulação social, o exercício da cidadania hoje ainda enfrenta desafios. Nem sempre a realização das expectativas e do próprio sentido expresso da lei ocorre na realidade, principalmente considerando a desigualdade social que implica, muitas vezes em desigualdade política; além, muitos governos se dizem incapazes de expandir sua atuação mesmo com a obrigação jurídica expressa. Assim, percebe-se que a existência legal de um direito muitas vezes não significa a garantia ou o exercício desse. (CURY, 2002)

Esse fator, no entanto, não diminui a importância da declaração de direitos, ela é significativa, principalmente enquanto reconhecimento de uma obrigação estatal; conforme Cury (2002. p. 259): “Declarar é retirar do esquecimento e proclamar aos que não sabem, ou esqueceram, que eles continuam a ser portadores de um direito importante.”. A gênese histórica de um direito começa com uma exigência social que vai se reafirmando até ser positivada como um direito, e assim poder ser cobrado como um dever do Estado, com acesso a todo cidadão.

A ideia de que os direitos humanos eram desejáveis, surge com o reconhecimento das condições mínimas para a vida humana digna, no entanto, a sua universalização, fundamentação jurídica e positivação teve como marco a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovado na Assembleia Geral das Nações Unidas por 48 Estados em 10 de dezembro de 1948. Para além de garantir vida digna a população, os direitos do homem são de extrema importância por estarem diretamente ligados à democracia e à paz, o reconhecimento desses é base das constituições democráticas, e a paz é pressuposto para a proteção efetiva da humanidade. (BOBBIO, 2004)

> Não sei se se tem consciência de até que ponto a Declaração Universal representa um fato novo na história, na medida em que, pela primeira vez, um sistema de princípios fundamentais da conduta humana foi livre e expressamente aceito, através de seus respectivos governos, pela maioria dos homens que vive na Terra. Com essa declaração, um sistema de valores é — pela primeira vez na história — universal, não em princípio, mas de fato, na medida em que o consenso sobre sua validade e sua capacidade para reger os destinos

> da comunidade futura de todos os homens foi explicitamente declarado. (BOBBIO, 2004, p.18)

A partir do momento em que se reconhece os direitos humanos, e os incluí no aparato legal dos Estados, chega-se ao novo problema, não filosófico ou jurídico, mas político, de garantir os direitos e evitar que sejam continuamente violados. (BOBBIO, 2004). O Estado como provedor de determinados bens próprios da cidadania, como a educação e seguridade social, foi implantado como uma solução encontrada pelas classes dirigentes na Europa pra que fosse possível a transição da autoproteção para um enfrentamento coletivo das calamidades e incertezas da sociedade, tal como as crises e guerras, sendo necessário satisfazer algumas necessidades das classes trabalhadoras em prol de uma estabilidade política e social, estendendo assim a garantia de direitos à toda a população, e não apenas à uma pequena parcela. Em países periféricos, no entanto, com as heranças escravocratas e colonialistas, não houve preocupação da classe dirigente quanto a sua responsabilidade social, sendo os direitos sociais garantidos apenas à uma parcela da população, normalmente associados ao trabalho e sendo limitados e pouco efetivos. (CURY, 2002)

A desigualdade e crescente concentração de renda leva à existência de uma pobreza que não se limita a carência de bens materiais, traz também uma exclusão da sociedade, visto que se tolhe a participação política e cidadã dessa parcela da população. Para além disso, a pobreza é: relativa, demonstra a carência de uns em detrimento à abundância de outros; e politizada, sendo a carência de uns um fator de favorecimento de outros. Embora a extinção da pobreza não pareça ser algo viável dentro de uma sociedade capitalista, uma vez que a desigualdade social é algo inerente do sistema; parece claro que os níveis atuais de pobreza, principalmente no que diz o seu caráter relativo, não são naturais ou inevitáveis, mas produtos de circunstâncias históricas que podem ser alteradas. Mesmo dentro de países capitalistas, a se ter exemplo os países escandinavos, é possível a existência de sociedades menos desiguais, com modos mais toleráveis de convivência social. (DEMO, 2008)

> Os direitos sociais humanos são, por natureza, direitos ligados à vida em sociedade sob a chancela da dignidade humana. Neles, o social precede o econômico. Esta nova realidade abre o debate sobre um novo contrato social não filiado exclusivamente ao contrato de

> trabalho, mas a um contrato entre forças sociais, políticas e o Estado, no processo de extensão do reconhecimento universal da cidadania em uma sociedade de tradição escravocrata e elitista que se mantém sob forte desigualdade sócio-econômica (sic). (SPOZATI, 2007, p.443)

Uma política social é sempre resultante de um processo social, econômico, histórico e político, no qual houve reconhecimento das responsabilidades - públicas ou privadas - de prover as necessidades da população. Além disso, a política social não deve estar inserida apenas no exercício do executivo; é no poder Legislativo, com a positivação do direito que esse se torna uma política de Estado; e é no poder Judiciário que se confirma a política como um direito ao serem reconhecidas as violações ou omissões por parte do Estado. Sem o estabelecimento da política nos três poderes, a política social fica à mercê dos movimentos políticos; como é o caso do Brasil e de outros países latino-americanos, por causa de práticas paternalistas e clientelistas, associadas ao populismo, os movimentos sociais lutam para terem seus direitos reconhecidos, porém quando os têm, ocorre apenas de forma pontual, pois só é incorporado pelo poder executivo, e com a alternância democrática, ao trocar o executivo ocorre um desmanche das políticas sociais, voltando à estaca zero. "Seu reconhecimento é provisório. Esta precária versão da democracia ao momento reforça a concepção do governante-pai. Não há garantias institucionais, mas afagos pessoais." (SPOZATI, 2007, p. 438-439)

> É por essas razões que a importância da lei não é identificada e reconhecida como um instrumento linear ou mecânico de realização de direitos sociais. Ela acompanha o desenvolvimento contextuado da cidadania em todos os países. A sua importância nasce do caráter contraditório que a acompanha: nela sempre reside uma dimensão de luta. Luta por inscrições mais democráticas, por efetivações mais realistas, contra descaracterizações mutiladoras, por sonhos de justiça. (CURY, 2002. p. 247)

Enquanto os direitos humanos eram unicamente considerados direito do homem, ao haver algum tipo de violação, restava ao homem exercer resistência. Com a incorporação jurídica desses direitos, o homem pode agir contra a violação de seus direitos por meio de ações judiciais, até mesmo contra o próprio Estado. No entanto, em Estados nos quais esses direitos ainda não são assegurados, ainda resta ao homem resistir (BOBBIO, 2004). Acabar com o paternalismo e populismo sobre as políticas sociais, principalmente no que se refere à assistencial social, não é uma tarefa simples, exigirá luta para que a legislação deixe de ser mera sugestão, e para

que se afaste a execução da política das flutuações democráticas. Para isso, sugere Spozati (2007, p.441) é necessário repensar o próprio a própria visão da sociedade sobre a Assistência Social:

> Considero que um dos fatores que gera essa transmutação é a atribuição indevida da assistência social ao campo "dos pobres e da pobreza". É este o campo das culpas, das vítimas e sofredores, dos coitados e dos não cidadãos. Somente quando a pobreza for criminalizada, isto é, quando seus causadores forem apontados, talvez se possa romper com o moralismo milenar que cerca a questão. A condição de ser pobre não gera direitos. É a condição de ser cidadão que os gera. Por consequência, enquanto for atribuída a responsabilidade da assistência social ao trato do pobre, ela não será uma política de direito de cidadania. Esta é uma das questões mais difíceis a ser enfrentada, pois muda o "polo energético" da assistência social.

A pobreza é, ou deve ser, uma preocupação na agenda pública dos governos, no Brasil, dado seu alto nível de concentração de renda, essa preocupação é ainda maior. Portando, compreender como a pobreza se manifesta nos diferentes contextos brasileiros, em suas diferentes escalas, é imprescindível para que as medidas do governo sejam mais efetivas e bem orientadas; é vital entender as relações das múltiplas dimensões da pobreza que existem, de forma territorializadas, identificando *clusters* de pobreza e permitindo um desenho mais efetivo das políticas. (BARRETO; SANTOS; CARVALHO. 2018)

4 A POSITIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL: POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A formação do Estado Brasileiro é repleta de particularidades e complexidades. Assim como em outros países nos quais a industrialização ocorreu posteriormente aos países da Europa Central e dos Estados Unidos, no Brasil houve regulação social tardia e frágil na efetivação dos direitos sociais, fato agravado pelos processos políticos ditatoriais e travamento da maturação da democracia do país. Na Europa a construção do *Welfare State*, a partir do final da II Guerra traz o alargamento das responsabilidades do Estado, no Brasil, esse movimento, no entanto, só foi ocorrer no final do século XX. A luta pelo retorno ao Estado Democrático de Direito mesclou-se com a luta pelos direitos sociais. A luta dos movimentos sociais exigia o fim da Ditadura; compromissos democráticos do Estado (em âmbito nacional, regional e local); e efetivação de uma agenda de provisão de necessidades sociais. (SPOZATI, 2007)

> A Constituição Federal (CF) brasileira de 1988, ao afiançar os direitos humanos e sociais como responsabilidade pública e estatal, operou, ainda que conceitualmente, fundamentais mudanças, pois acrescentou na agenda dos entes públicos um conjunto de necessidades até então consideradas de âmbito pessoal ou individual. Nesse caminho, inaugurou uma mudança para a sociedade brasileira ao introduzir a seguridade como um guarda-chuva que abriga três políticas de proteção social: a saúde, a previdência e a assistência social. (SPOZATI; 2009 p. 13)

Há uma inovação ao se incorporar a Assistência Social enquanto seguridade social, por tratar esse campo como conteúdo da política pública e não como uma nova ação e por desnaturalizar o princípio de subsidiariedade no qual as ações da sociedade privada antecediam às do público. Ainda existem diversos desafios à Assistência Social, a própria definição de seu campo de atuação, para além da ideia de que é uma política de atenção aos pobres e necessitados, como se esses tivessem necessidade distintas das dos demais cidadãos brasileiros. Confrontar essa ideia limitada é compreender que "a assistência social é uma política que atende determinadas necessidades de proteção social e é, portanto, o campo em que se efetivam as seguranças sociais como direitos." (SPOZATI; 2009 p. 15)

4.1 Processo de formalização da política de assistência social

A Assistência Social no Brasil se caracteriza como uma política social de garantia de direitos, ao ser positivada pela Constituição Federal de 1988, embora tenha existido anteriormente, na década de 1930, de uma maneira filantrópica. A ditadura militar no Brasil se caracterizou por um padrão de crescimento econômico concentrador e excludente, nesse momento, o governo buscava adotar políticas sociais compensatórias de modo a amenizar as tensões sociais, mesmo com a redução dos salários dos trabalhadores urbanos formais. (SALVADOR, 2008)

> Para os trabalhadores formais, por meio da previdência social e de programas baseados em fundos sociais/salariais (FGTS, PIS, Pasep), eram assegurados benefícios previdenciários e assistência médica, bem como o acesso facilitado a saneamento básico, habitação e desenvolvimento urbano, compensando, em certa medida, as perdas salariais do período. Enquanto isso, os trabalhadores informais, indigentes e trabalhadores rurais ficavam com os insuficientes programas médicos de emergência, benefícios assistenciais de idosos e rurais, programas de alfabetização, que não solucionavam a precariedade das condições de vida da maioria da população brasileira (MÉDICI e MACIEL, 1996 *apud* SALVADOR, 2008)

Apesar da crise econômica dos anos 1980, no país, há grandes mudanças no âmbito das políticas sociais e dos direitos trabalhistas. As reivindicações dos trabalhadores, organizadas ao longo da década, no período de redemocratização do país, conquistam a incorporação e expansão dos direitos sociais e políticos na Constituição Federal de 1988. Entre os avanços trazidos na constituição, um dos mais relevantes foi adoção do conceito de seguridade social, englobando as políticas de saúde, previdência e assistência social em um mesmo sistema. Esse conceito já existia nos países centrais na década de 1940, designando uma miríade de programas e serviços sociais; no Brasil, a Constituição Federal (CF) no seu Título VIII, que trata da ordem social, dedicou o Capítulo II à seguridade social, conceituando-a como:

> Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
>
> Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:
>
> I - universalidade da cobertura e do atendimento;

> II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
>
> III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;
>
> V - equidade na forma de participação no custeio; VI - diversidade da base de financiamento;
>
> VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados

No entanto, ainda que aprovada na Constituição, a materialização dessa política ocorre parcialmente no que diz respeito a legalização, normatização, institucionalização e burocratização dos serviços e benefícios da assistência social; e embora seja necessária maior participação da população na gestão dessa política, para que essa seja efetiva em garantir direitos sociais, o que ocorre é o oposto. O fortalecimento da ideologia neoliberal restringe a atuação no campo das políticas sociais, ampliando a dependência e subserviência do país aos interesses no mercado mundial, enfraquecendo o controle democrático e configurando um Estado forte e enxuto com claras ações antidemocráticas. (DATIVO, 2017) "A Constituição Federal de 1988 nasceu marcada pela sua contradição histórica, fruto da mobilização popular, da democratização da sociedade, num contexto em que a ofensiva neoliberal cobrava a redução do Estado na regulação econômica e social." (COSTA, 2006, p. 148 *apud* PEREIRA; ZAMBOM, 2017. p.153)

A Política Nacional de Assistência Social foi regulamentada em 1993 pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), buscando garantir segurança, sobrevivência, convivência familiar e comunitária, e acolhida. (BRASIL, 2013). Em 2004, o Plano Nacional de Assistência Social consolida a política, e em 2005, a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS) estabelece o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A criação do SUAS, aos moldes do Sistema Único de Saúde (SUS), além de consolidar a Assistência Social enquanto política pública, tenta implantar um sistema de gestão compartilhada, cofinanciamento e cooperação entre os entes federativos; tornando responsabilidade da federação, estados e municípios, gerir, regular manter e expandir as ações da assistência social, garantindo proteção social e direitos, implementar gestão do trabalho, educação permanente, e vigilância socioassistencial.

Compõe o SUAS: os entes federativos, seus Conselhos de Assistência Social e entidades privadas de Assistência Social, além dos usuários. (Brasil, 2013).

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), atualizada em 2011, é o principal amparo legal aos gestores e/ou técnicos da Assistência Social, e definiu os seguintes objetivos para a área:

> I - consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva;
>
> II - integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social [...];
>
> III - estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social;
>
> IV - definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais;
>
> V - implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social;
>
> VI - estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; e
>
> VII - afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos (BRASIL, 2011, art. 6)

Avançar no estabelecimento da Assistência Social, e instaurá-la enquanto dever do Estado, responsabilizando por produzir resultados efetivos que resguardem e fortaleçam o cidadão, envolve as esferas político-sociais, tecno-científicas e jurídicas. Intenta-se conquistar um espaço programático específico, como política pública capaz de ir além da prontidão socorrista da atenção eventual, respondendo de forma racional e programática, com qualidade e quantidade às demandas e necessidades sociais, provendo, assim, seguranças sociais. Analisar a política de Assistência Social no Brasil significa entender que essa é resultado de um processo sócio-histórico, econômico e geograficamente situado, dado relações de forças, que são mutáveis a partir da relação democrática entre sociedade, mercado, governo, estado, executivo, legislativo e judiciário. (SPOSATI; 2007)

Segundo Sposati (2003), a regulação social tardia gera, também, a diluição do alcance nacional dos direitos à processos locais, deslocando a luta nacional para o âmbito local e trazendo uma necessidade de se fortalecer os municípios revendo suas

competências e lhes dando maior autonomia, permitindo uma "refundação molecular" do contrato social no âmbito local que poderá no futuro ser ampliado nacionalmente.

> As compressões políticas e econômicas, a persistência da pobreza e das desigualdades sociais, têm engendrado demandas que pressionam por novos modos de gestão das políticas sociais. A gestão pública se ressente da velocidade e profundidade crescentes nos processos de mudança, com efeitos poderosos sobre sua atuação. Assim sendo, além da capacidade de articulação, o gestor público tem que ganhar agilidade e iniciativa na ação, principalmente na geração de recursos que compensem a insuficiência dos fundos públicos. (...) Num contexto de contínuas transformações, planejar/executar/avaliar supõe conciliar a capacidade criativa, inovadora e intuitiva, com a força da racionalidade, do amplo conhecimento da realidade, do domínio do conhecimento especializado e da experiência acumulada (BRASIL, 2008, p.49)

4.2 Vigilância Socioassistencial

A política de assistência social ainda não completou duas décadas desde seu estabelecimento regular. No entanto, ainda hoje, estimar a demanda potencial pela política é um grande desafio; tendo ainda muito o que crescer na organização e efetivação dessa. Considerando o atual estágio de desenvolvimento da área, ainda são numerosos pontos a se aprimorar, principalmente no que se refere a qualificação dos serviços e no fortalecimento da gestão. Pela complexidade histórica e política da formação do Brasil, são necessários ainda mais estudos da realidade: analisando contextos sociais, suas dinâmicas multifacetadas e suas especificidades; para que seja possível tomar decisões acertadas no planejamento das políticas sociais. Os estudos e diagnósticos sociais não podem ser datados e fechados, concluídos em um momento único e prévio ao planejamento, mas realimentados e atualizados continuamente, permitindo um efetivo planejamento, monitoramento e avaliação das políticas sociais (BRASIL, 2008). Conhecer as especificidades e os distintos graus de vulnerabilidade as quais estão sujeitas a população no território é fundamental para um planejamento acertado das políticas de assistência social.

Deve se considerar ainda, que a avaliação de uma política social pressupõe a inserção dessa na totalidade e dinamicidade da realidade, e que essas devem ser avaliadas e entendidas como um conjunto de programas que devem universalizar os diretos. Assim, para além de avaliações de eficiência, que levam em conta o valor investido e

a contrapartida recebida, deve se analisar e avaliar os efeitos da política nas pessoas beneficiadas, considerando as particularidades dessa no processo de garantia dos direitos sociais. Portanto, indicadores custo-benefício muitas vezes não se aplicam a avaliação das políticas sociais, visto que o objetivo dessa não é atender o máximo de pessoas com o mínimo de recurso, mas mitigar os riscos sociais. A avaliação das políticas sociais deve ser voltada para medir o quanto essas são capazes de expandir direitos, reduzir desigualdade social e promover a equidade. (BOSCHETTI, 2009)

A vigilância socioassistencial é uma das funções essenciais da Assistência Social. No NOB-SUAS de 2005, essa função era definida como o desenvolvimento de capacidades e meios técnicos para que gestores e profissionais conheçam as vulnerabilidades sociais da população no território, podendo assim planejar ações preventivas e aprimorar as ações corretivas das violações de direitos e situações de violência. Na nova edição da NOB-SUAS, de 2012, foi determinado que essa função deve estar estruturada e ativa nos três âmbitos do governo: nível municipal, estadual e federal; e contribuir para a elaboração de estudos, planos, diagnósticos, subsidiando as áreas de proteção social básicas e especial na ampliação do conhecimento sobre as necessidades da população. Além disso, a vigilância contribui com a própria Gestão no planejamento e execução de ações de acordo com as demandas populacionais. Se organizada de forma efetiva, pode ser um importante instrumento para execução efetiva da Assistência Social. (BRASIL, 2013) Conforme o Art. 90. da NOB-SUAS 2012:

> Parágrafo único. A Vigilância Socioassistencial constitui como uma área essencialmente dedicada à gestão da informação, comprometida com:
>
> I - o apoio efetivo às atividades de planejamento, gestão, monitoramento, avaliação e execução dos serviços socioassistenciais, imprimindo caráter técnico à tomada de decisão; e
>
> II - a produção e disseminação de informações, possibilitando conhecimentos que contribuam para a efetivação do caráter preventivo e proativo da política de assistência social, assim como para a redução dos agravos, fortalecendo a função de proteção social do SUAS. (BRASIL, 2012, art. 90)

As atribuições da Vigilância Socioassistencial subsidiam diretamente os processos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais; produzindo e gerindo informações sobre as vulnerabilidades e situações de riscos,

bem como as demandas populacionais e a capacidade institucional de atuar sobre eles. (BRASIL, 2013)

> A Vigilância Socioassistencial, como parte do orçamento da Assistência Social, é essencial para que se possa efetivar sua função e instrumentalidade junto às proteções, na identificação e na prevenção das situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território. Os processos que implicam o monitoramento da política constituem-se em grandes desafios para uma avaliação que tenha o cunho de ampliação e melhoria dos serviços, possibilitando aos gestores, trabalhadores e usuários maior participação nesses processos. (MARTINELLI, SANTOS e SILVA; 2015. p.106)

O objetivo central da Vigilância Socioassistencial, portanto, é detectar e compreender situações de precarização e de agravamento das vulnerabilidades na população no território, que prejudiquem a sobrevivência, dignidade, autonomia e a socialização. Tenta se conhecer as especificidades das famílias e condições de vida dessas, para isso se utiliza de dados e informações estatísticas e busca criar instrumentos para apropriação do conhecimento produzido pelas equipes dos serviços socioassistenciais, já que essas têm contato direto e cotidiano com os usuários. (BRASIL, 2013)

Além de produzir informações territorializadas sobre as condições da população, a Vigilância Socioassistencial também deve informar sobre a qualidade dos serviços socioassistenciais ofertados, assim, deve conseguir coletar dados sobre todas as unidades públicas e privadas que ofertam esses serviços, ou que concedam benefícios, realizem programas e projetos de assistência social; principalmente das unidades de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Unidades de Acolhimento. Os dados coletados devem ser suficientes para compreender quantidade e perfil dos recursos humanos na área, tipo e volume de serviços prestados, os procedimentos essenciais aos serviços, perfil dos usuários, as condições de acesso ao serviço e a infraestrutura da área. (BRASIL, 2013)

Embora a função de vigilância seja obrigatória em todos os níveis de governo, sua estruturação no nível municipal é ainda mais relevante. Por ser no âmbito municipal onde são prestados a maioria dos serviços socioassistenciais, e assim, sendo nesse nível de governo o maior contato com a população, é nele em que a vigilância

socioassistencial tem possibilidade de ser mais frutífera. A vigilância deve manter relação estreita com os setores responsáveis pela oferta dos serviços socioassistenciais, já que são nelas em que os dados são coletados e registrados, tanto sobre a população quanto sobre as ações. (BENEVIDES, SOUZA, SANTOS, 2015) Há uma alimentação, e retroalimentação, das áreas diretamente responsáveis pela oferta de serviços socioassistenciais, portanto, integrar gestores e técnicos das diferentes áreas e a área de vigilância é um dos desafios interpostos à função. (MARTINELLI, SANTOS, SILVA, 2015).

> Dada sua condição de fonte geradora de dados e de consumidora dos produtos resultantes do trabalho da vigilância socioassistencial, a rede socioassistencial deve atuar em estreita relação com a vigilância socioassistencial a qual assume o compromisso de retornar àquela, informações estruturadas a fim de contribuir com processos internos de planejamento, monitoramento e avaliação de suas práticas, ampliando o conhecimento desta rede sobre as características da população e do território em que atua. Tudo isso de forma a melhor atender às necessidades e demandas existentes e, ainda, planejar e executar ações de busca ativa, que assegurem a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios às famílias e indivíduos mais vulneráveis, superando a atuação pautada exclusivamente pela demanda espontânea, que consiste na busca de serviços por iniciativa do próprio usuário. (BENEVIDES, SOUZA, 2015, P 19)

Segundo o NOB-SUAS 2012, no âmbito municipal, as atribuições da área de Vigilância Socioassistencial são:

> Art. 94. Constituem responsabilidades específicas dos Municípios e do Distrito Federal acerca da área da Vigilância Socioassistencial:
>
> I - elaborar e atualizar, em conjunto com as áreas de proteção social básica e especial, os diagnósticos circunscritos aos territórios de abrangência dos CRAS e CREAS;
>
> II - colaborar com o planejamento das atividades pertinentes ao cadastramento e à atualização cadastral do Cadastro Único em âmbito municipal;
>
> III - fornecer sistematicamente às unidades da rede socioassistencial, especialmente aos CRAS e CREAS, informações e indicadores territorializados, extraídos do Cadastro Único, que possam auxiliar as ações de busca ativa e subsidiar as atividades de planejamento e avaliação dos próprios serviços;
>
> IV - fornecer sistematicamente aos CRAS e CREAS listagens territorializadas das famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família, com bloqueio ou suspensão do benefício, e monitorar a realização da busca ativa destas famílias pelas referidas unidades e o registro do

> acompanhamento que possibilita a interrupção dos efeitos do descumprimento sobre o benefício das famílias;
>
> V - fornecer sistematicamente aos CRAS e CREAS listagens territorializadas das famílias beneficiárias do BPC e dos benefícios eventuais e monitorar a realização da busca ativa destas famílias pelas referidas unidades para inserção nos respectivos serviços;
>
> VI - realizar a gestão do cadastro de unidades da rede socioassistencial privada no CadSUAS, quando não houver na estrutura do órgão gestor área administrativa específica responsável pela relação com a rede socioassistencial privada; VII - coordenar, em âmbito municipal ou do Distrito Federal, o processo de preenchimento dos questionários do Censo SUAS, zelando pela qualidade das informações coletadas. (BRASIL, 2012, art. 94)

Além disso, o Governo Federal condicionou o repasse de recursos para os municípios ao cumprimento de alguns requisitos, de acordo com três níveis de gestão: inicial, básica e plena. Desde o nível de gestão inicial já é necessário que o município elabore um plano de assistência social, que deve ser elaborado de acordo com um diagnóstico do município; alimente a rede SUAS de dados; preencha o plano de ação no SUAS-Web e apresente relatórios de Gestão. Todos esses requisitos devem ser realizados pela vigilância socioassistencial, demonstrando, mais uma vez, sua importância para o município. No nível de gestão básica são exigidos ainda mais diagnósticos e estudos, e aquele município que deseja estar no nível de gestão pleno necessita de um sistema municipal de monitoramento e avaliação, ou seja, a importância da Vigilância Socioassistencial se torna ainda mais evidente. (BRASIL, 2008)

O porte dos municípios em função do contingente populacional reflete, em especial, a sua capacidade de prestação de serviços públicos, conforme a demanda da população. Ou seja, a infraestrutura de serviços públicos é intermediada pela demanda que define, legalmente, o quantitativo e tipo de equipamento público a ser disponibilizado. Com base na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que agrupou os municípios conforme a sua capacidade instalada e demanda prevista, tem-se os 853 municípios distribuídos em cinco grupos, sendo que:

a) O grupo Pequeno Porte I agrega 78,2% do total dos municípios de MG, ou seja, 667 municípios dentre os 853 do estado e concentram 25% da população do estado (Tabela 1).
b) Os municípios com até 7.500 habitantes representam 59,1% das cidades deste porte, ou seja, 394 municípios (Sposati, 2016);

c) As cidades do Pequeno Porte II são 117, correspondendo a 13,7% do total de municípios e concentram 16,9% da população do estado (Tabela 1);
d) O agrupamento referente aos municípios de médio porte corresponde a apenas 4.3% do total de municípios do estado, porém concentra 12,9% da população.

Tabela 1. Distribuição dos municípios e população de Minas Gerais, segundo o porte. Ano: 2015

Porte	Quantidade de municípios	% em relação ao total de municípios de MG	% em relação à população total de MG (IBGE,2015)
Pequeno I	667	78,2	25
Pequeno II	117	13,7	16,9
Médio	37	4,3	12,9
Grande Porte I	31	3,6	33,2
Grande Porte II	1	0,2	12

Fonte: Sposati (2016), baseado na projeção populacional do IBGE, 2015.

A gestão municipal, segundo a Resolução Nº 18, de 15 de julho De 2013, teria como meta até 2017, segundo o porte do município, estabelecer as seguintes subdivisões administrativas:

> III. Gestão:
>
> (...)
>
> b) estruturar as secretarias municipais de assistência social com a instituição formal de áreas essenciais como subdivisão administrativa, conforme o porte do município, quais sejam:
>
> 1. Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e a área de Gestão do SUAS com competência de Vigilância Socioassistencial para os municípios de pequeno porte I, II e médio porte;
>
> 2. Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, com subdivisão de Média e Alta Complexidade, Gestão Financeira e Orçamentária, Gestão de Benefícios Assistenciais e Transferência de Renda, Gestão

> do SUAS com competência de Gestão do Trabalho, Regulação do SUAS e Vigilância Socioassistencial para os municípios de grande porte e metrópole. (BRASIL, 2013, Art. 2º)

No entanto, de acordo com os dados do CensoSUAS (2019), a maioria dos municípios a função de vigilância não está estabelecida de maneira formal ou nem mesmo está estabelecida; o que representa um desafio ainda maior, principalmente naqueles locais onde não há cultura de registro de informações e atualização dessas. A execução de grande parte das políticas de assistência social é responsabilidade da gestão municipal, e, portanto, é nesse âmbito do governo onde as informações, em sua maioria, são produzidas e coletadas. De modo que, a ausência de uma vigilância socioassistencial bem estabelecida nos municípios pode levar a perda de informações, que poderiam ser usadas na garantia das demandas sociais e na ampliação da participação social, visto que a gestão da informação é uma atribuição desta área; além disso, pode sobrecarregar outros setores da Assistência Social com atividades obrigatórias que deveriam ser realizadas pela vigilância. (DATIVO, 2017)

Além disso, nesses municípios, pode haver uma fragilização da administração da Assistência Social como um todo, visto que além de abastecer a área de informações fundamentais para o planejamento, execução, monitoramento e avaliação das políticas, é esse o setor responsável por produzir o diagnóstico territorial exigido no Plano da Assistência Social, requerido pelo Ministério de Desenvolvimento Social, para o repasse de recursos. Com base nestes condicionantes, incluindo o repasse dos recursos federais que viabilizam a maioria das ações em nível municipal, revela-se a necessidade de se conhecer a realidade de como está organizada a vigilância socioassistencial nos municípios do estado de Minas Gerais.

5 METODOLOGIA

A validação de um estudo se faz pelos critérios que o contornam, sendo que a ciência é a credencial entre a realidade e a leitura feita pelos homens. Assim, a metodologia a ser utilizada, em qualquer estudo, requer o conhecimento prévio do objeto e a finalidade mais imediata a que se propõe o estudo, visto que qualquer abordagem se faz importante em função da sua contribuição para a humanidade. Exige-se também a contextualização do momento do estudo, sujeito ao tempo histórico e conforme a complexidade da sociedade em constantes mudanças.

O objeto de estudo: vigilância socioassistencial, se tornou caro em função da experiência do estágio na graduação de Administração Pública, uma vez que foi aí que entrei em contato com a área, e compreendi não apenas sua importância, mas também o longo caminho a ser percorrido em prol de sua efetiva implantação. O caminho percorrido até então, seja sob a ótica econômica, de minha anterior graduação, seja sob ótica política e administrativa, provenientes dos estudos mais recentes, me move a buscar compreender onde nos encontramos e para onde podemos avançar, assim, busquei entender a situação atual dos municípios mineiros, e, então, buscar meios de aprimorar a atuação desses.

Para este trabalho foi posto o desafio ao qual estão sujeitos os estudiosos, em especial da área de humanas: separar o objeto do pesquisador. É importante localizar este estudo no contexto em que foi elaborado para compreender as limitações impostas às possibilidades de obtenção de dados. A coleta de dados e respectiva análise ocorreram durante a pandemia de Covid-19, que exigiu o isolamento social e o trabalho remoto, como forma de prevenção durante a maior parte do período entre os anos de 2020 e 2021, assim sendo, o contato com os municípios e coleta de dados foi feito por meio eletrônico. Atenta a isto, no entanto, pode-se dizer que o contexto da pandemia contribuiu para essa separação pesquisador do objeto, visto que os recursos tecnológicos permitem a aproximação do objeto de forma mais racional sem interrupção das atividades propostas.

A fim de atender ao objetivo proposto, este estudo sobre a VS nos municípios de MG se aportou nas metodologias quantitativo e qualitativo para a coleta de dados, descritas a seguir.

5.1 Metodologia quantitativa: Pesquisa de Campo

Em conjunto com a Diretoria de Vigilância Socioassistencial – SEDESE/MG (DVS) foi realizada a pesquisa de campo com o objetivo de observar a realidade da área nos municípios mineiros, descrevendo sua estruturação, a execução da política e os desafios enfrentados. A pesquisa de campo, ou seja, o estudo da realidade de um grupo, descrito por meio da observação de suas atividades e com o questionamento de "informantes" que expliquem e interpretem o que ocorre nessa, permite entender a estruturação e a interação de seus componentes (GIL, 2002).

Dadas as limitações impostas pela pandemia, o instrumento escolhido para a coleta de dados dos municípios foi o formulário eletrônico, elaborado em conjunto com a DVS, uma vez que esse método:

> O formulário, por fim, reúne vantagens das duas técnicas, mas, em contrapartida, algumas das desvantagens tanto do questionário quanto da entrevista. Embora apresentando limitações, como a de não garantir o anonimato e a de exigir treinamento de pessoal, o formulário torna-se uma das mais práticas e eficientes técnicas de coleta de dados. Por ser aplicável aos mais diversos, segmentos da população e por possibilitar a obtenção de dados facilmente tabuláveis e quantificáveis, o formulário constitui hoje a técnica mais adequada nas pesquisas de opinião e de mercado (GIL, 2002, p.115)

Considerando então esse o meio mais adequado para a obtenção das informações desejadas, o formulário foi disponibilizado por meio do Google Forms a todos os municípios mineiros, contando com apoio das gestões regionais para a divulgação da pesquisa. Para analisar a validade dos dados obtidos enquanto representativos da realidade de Minas Gerais foi feito um cálculo amostral seguindo a seguinte fórmula:

Considere:

Amostra Simples
AS =[Z2* (p)*(1-p)]/c2
Onde:
Z = valor (1.96 para 95% de nível de confiança)
p = porcentagem escolhida, expressa em decimal (0,5 em amostra simples)
c = intervalo de confiança, expressa em decimal. (0,5)

Considerando a população alvo total como 853, número de municípios mineiros, obteve-se, pelo cálculo amostral, um conjunto de 265 observações, como amostra ideal. Com o número de respostas: 490 municípios; foi possível obter um intervalo de confiança de 2.89, com 95% de nível de confiança.

5.2 Metodologia quantitativa: dados secundários

O Censo SUAS, instituído através do Decreto No. 7.334/2010, é um importante instrumento de avaliação e monitoramento dos serviços, programas e benefícios ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social, que é realizado anualmente, desde 2007, por meio de questionários em um aplicativo eletrônico. (BRASIL, 2013) O órgão responsável pela realização da pesquisa é a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). Os questionários são organizados em blocos temáticos, coletando informações sobre: Controle Social, Estrutura física das unidades, Perfil do público atendido, Recursos humanos (Equipe Técnica), Tipo de serviços ofertados; as perguntas são atualizadas a cada ano conforme as demandas da Política de Assistência Social (PNAS). (MEDEIROS, 2021)

> Art. 1 º Fica instituído o Censo do Sistema Único de Assistência Social - Censo SUAS, com a finalidade de coletar informações sobre os serviços, programas e projetos de assistência social realizados no âmbito das unidades públicas de assistência social e das entidades e organizações constantes do cadastro de que trata o inciso XI do art. 19 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, bem como sobre a atuação dos Conselhos de Assistência Social.
>
> Parágrafo único. A geração de dados no âmbito do Censo SUAS tem por objetivo proporcionar subsídios para a construção e manutenção de indicadores de monitoramento e avaliação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, bem como de sua gestão integrada. (BRASIL, 2010, Art. 1 º)

O Censo SUAS, portanto, permite observar a diretriz da política em nível nacional, uma vez que é elaborada pela gestão federal e aplicada a todos os municípios

brasileiros. Assim, com a análise dos resultados do Censo SUAS objetivou-se traçar um panorama da política de Assistência Social no estado, comparando com a situação brasileira, tendo como foco o setor de Vigilância Socioassistencial.

5.3 Metodologia qualitativa: análise documental

A pesquisa documental, diferentemente da pesquisa bibliográfica, exige uma leitura focada em objetivos específicos e tratamento dos dados – que podem ser de natureza quantitativa ou qualitativa - para então responder a perguntas e problemas específicos. Desse modo, a pesquisa documental: "constitui um fim em si mesma, com objetivos bem mais específicos, que envolve muitas vezes teste de hipóteses" (GIL; 2002, p.88). A análise dos documentos das Mostras de Experiências em Vigilância Socioassistencial foi utilizada para definir categorias de análises para a formulação e posteriormente análise de resultados da pesquisa de campo.

A Mostra de Experiências em Vigilância Socioassistencial é um evento nacional, promovido pelo Ministério de Desenvolvimento Social, que ocorre desde 2017. Foram três edições da Mostra e, nas três edições, houve municípios mineiros premiados por boas práticas em vigilância socioassistencial. A experiência está registrada e disponibilizada em documentos que incluem objetivo, metodologia e resultados dos programas apresentados. A partir da análise das experiências foram identificadas condições objetivas consideradas fundamentais para o sucesso dessas, como uma *proxy* do que é considerado fundamental para um bom exercício da vigilância no âmbito municipal; desenhando, assim, um foco analítico sob o qual serão interpretados os dados obtidos na pesquisa de campo.

5.4 Método de análise dos dados

A compreensão de um objeto a partir de sua realidade contextualizada; reconhecendo seu caráter multifatorial, sua construção histórica e a construção histórica de seus atores; torna a visão sobre esse fato mais completa de sua formação e de seu funcionamento. Neste sentido, a análise dos dados buscou aporta-se nesta perspectiva, buscando compreender que a realidade dos setores da VS dos municípios hoje são fruto de um processo de construção da política de direitos socioassistenciais, imersa ao desdobramento dos modelos de Estado que foram

sendo adaptados conforme a dinâmica da própria história e seus agentes. Assim no referencial teórico buscou-se fazer um resgate histórico do processo de formação desta política e da importância de sua profissionalização, senão cientificidade a fim de que o investimento público responda favoravelmente no sentido de mudar a realidade das pessoas que vivem em situações de vulnerabilidades.

Na análise descritiva dos dados e documentos acessados, a visão macro de leitura da realidade foi adotada, buscando referendar os dados na amplitude que o objeto permite, seja a partir do porte do município, seja pelo contingente populacional a ser atendido, ou pela estruturação da política nesse. Reconhece-se que o olhar historicizado do objeto a partir dos dados capturados ficaram restritos (ou não acessados) em função do breve tempo de estudo e contexto pandêmico, visto que o contato direto com os agentes desta política em seus *locus* não foi possível e assim ficou restringida a obtenção de informações sobre períodos anteriores, bem como em função da escassez de estudos nesta área. Ressalta-se que não foram localizados estudos anteriores sobre a VS nos municípios mineiros, além dos resultados obtidos nos CensoSUAS.

Com o estudo de campo, então, e utilizando as categorias analíticas estabelecidas por meio da análise documental, foi delineado o atual estágio de desenvolvimento da área de vigilância socioassistencial nos municípios mineiros, bem como a capacidade operacional desses; visto sua situação inicial, percebida com a análise do CensoSUAS, e os fatores condicionantes para uma efetiva da função.

6 DESCRIÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os resultados obtidos com a pesquisa documental e com a pesquisa de campo. Ela está dividida em três partes: análise qualitativa no qual são descritos os resultados da pesquisa documental sobre boas práticas de vigilância socioassistencial; análise quantitativa, na qual são descritos os resultados da análise do Censo SUAS e da pesquisa de campo; e análise dos resultados no qual são comparados os resultados quantitativos com as categorias elencadas na análise qualitativa.

6.1 Dados qualitativos

A Mostra de Experiências em Vigilância Socioassistencial ocorre desde 2017, nas três edições municípios mineiros foram premiados por boas práticas. Na primeira edição, em 2017, foram premiados Belo Horizonte, Montes Claros e Taiobeiras; na segunda, em 2018, Bom Despacho, Januária, Muriaé, Pará de Minas e Taiobeiras; e na terceira edição, em 2020, Pará de Minas.

A iniciativa premiada de Belo Horizonte foi o lançamento e utilização de uma plataforma de geoprocessamento que possibilitava o cadastro e referenciamento de usuários, auxiliando na articulação dos atores da rede socioassistencial, subsidiando o diagnóstico socioterritorial e auxiliando o planejamento das ações.

Montes Claros foi premiada pela elaboração de um Formulário Integrado de Situação de Trabalho Infantil, utilizado na identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, auxiliando nas intervenções e encaminhamentos realizados; bem como servindo de subsídio no planejamento das ações de enfrentamento a esta violação de direito.

Taiobeiras, em 2017, foi premiada pela reestruturação de seu fluxo de coleta, análise e distribuição de informações, de toda a rede socioassistencial do município; e em 2018 por uma iniciativa de avaliar os serviços do CRAS a partir do ponto de vista dos usuários mais frequentes.

A iniciativa premiada de Bom Despacho foi o mapeamento do território com base nos indicadores de vulnerabilidade social e violações e direitos para implementação do

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, utilizando espaços da sociedade civil e do poder público.

Em Januária a ação premiada foi a organização do serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no âmbito municipal e aprimorar a operacionalização conforme diretrizes vigentes, a percepção dessa inadequação do serviço foi possível por meio de ações da VS do município.

Muriaé realizou um processo de adequação do público-alvo do Programa Municipal Cesta Cheia, em articulação com o CadÚnico. Essa ação foi operacionalizada pela Vigilância Socioassistencial e pela Gestão de Benefícios e Transferência de Renda.

Pará de Minas foi premiada em 2018 por sua ação de reorganizar o fluxo de informações do município: estabelecendo sistemas de registro de dados e coleta de informações, estabelecendo um fluxo de alimentação da gestão possibilitando planejamentos mais adequados, estabelecendo ações preventivas e corretivas, e alimentando à rede de Proteção Social Básica e Especial com instrumentos eficazes de cálculo de indicadores.

Em 2020, a iniciativa de Pará de Minas premiada foi o planejamento como instrumento de integração dos equipamentos socioassistenciais do SUAS, fornecendo instrumentos para o planejamento de ações conjuntas e fortalecendo assim a unificação do modelo de trabalho.

A partir de uma categorização das ações premiadas pode-se perceber três tipos de ação:

- Estabelecimento de métodos e/ou instrumentos de coleta e registro de informações dos usuários e dos serviços ofertados pelo SUAS
- Fortalecimento das análises de informações, e utilização dessas para elaboração de diagnósticos, relatórios e na alimentação do planejamento das ações do SUAS.

- Fortalecimento da integração dos atores da rede socioassistencial, por meio da troca de informações, do planejamento de ações conjuntas e estabelecimento modelos unificados de trabalho.

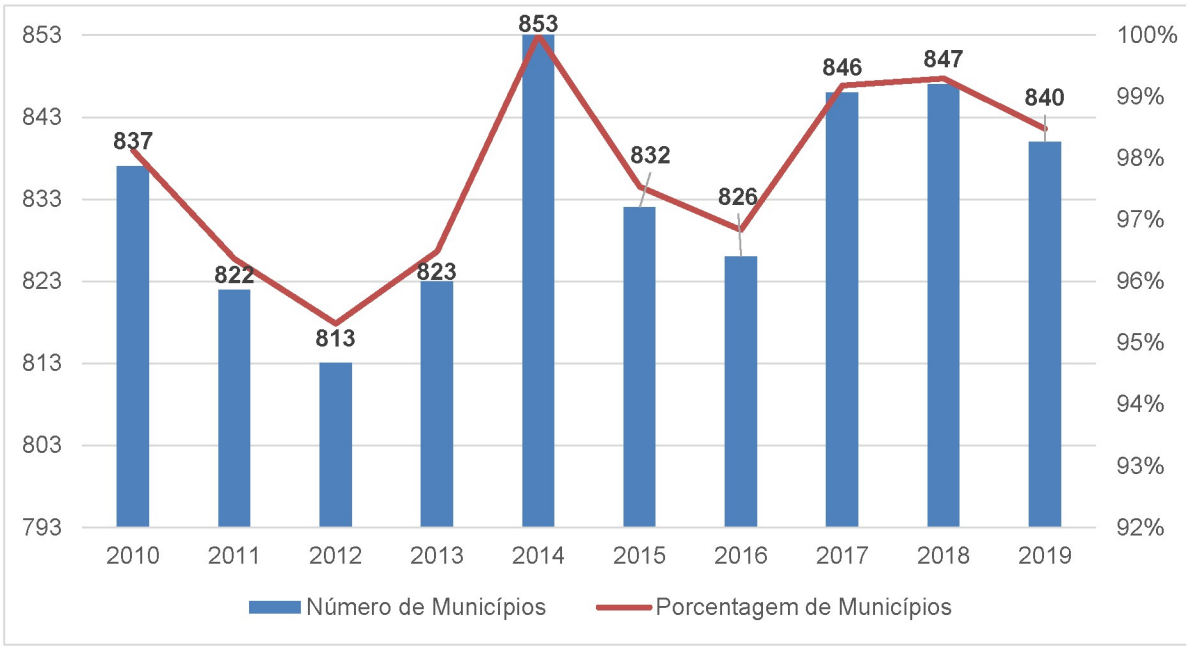
Portanto, estes três são eixos estruturantes da vigilância socioassitencial que garantam a sua efetiva atuação para o planejamento, monitoramento e resultados da PNAS: boa coleta e registro de dados; utilização dos dados para planejamento, monitoramento e avaliação das ações e integração da rede socioassistencial.

6.2 Análise quantitativa

6.2.1 Censo SUAS

Os resultados do Censo SUAS servem como subsídio para o aprimoramento da Gestão do SUAS, bem como para conhecer e avaliar a política de Assistência Social. Dessa forma, a ampla participação dos municípios, e a qualidade da informação gerada são essenciais para o desenvolvimento da política e a garantia dos direitos à população. Em Minas Gerais, a participação dos municípios é alta, desde 2010 acima de 95% dos municípios preencheram os questionários do Censo SUAS; apenas em 2014 houve 100% de resposta, conforme ilustrado no gráfico abaixo.

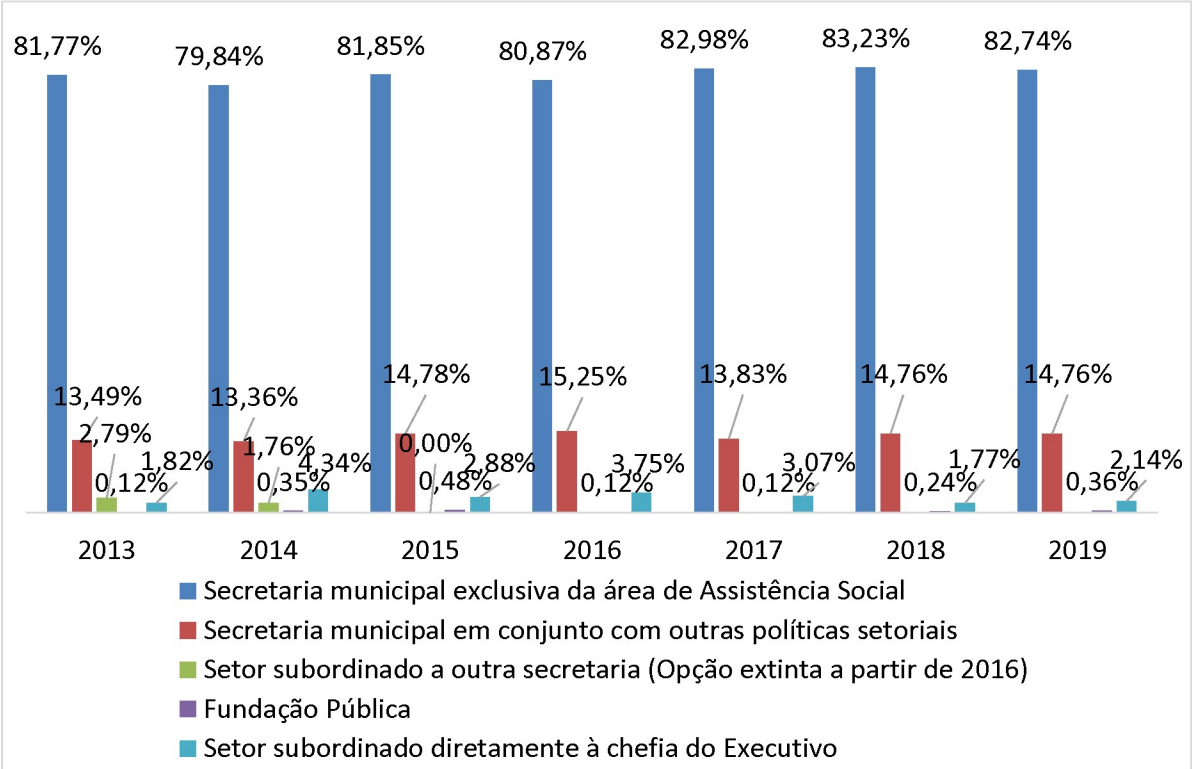
Gráfico 1. Número de Municípios que preencheram os questionários do CENSO SUAS – Minas Gerais – 2010 – 2019



Fonte: Elaboração Própria com base em dados do Censo SUAS (2010-2019)

A implementação e gestão do SUAS no âmbito local é responsabilidade das Secretarias Municipais de Assistência Social, ou órgão/departamento que exerça essa função. Em 2013, foi adicionada ao censo uma seção com questões sobre a gestão municipal, serão analisados, a seguir, alguns dos resultados dessa. Desde 2013, na maior parte dos municípios de Minas Gerais, há uma secretaria exclusiva para a área de Assistência social. Há, no entanto, como ilustrado abaixo, uma pequena proporção de municípios no qual a Assistência Social é um setor subordinado à outra secretaria ou à própria chefia do executivo.

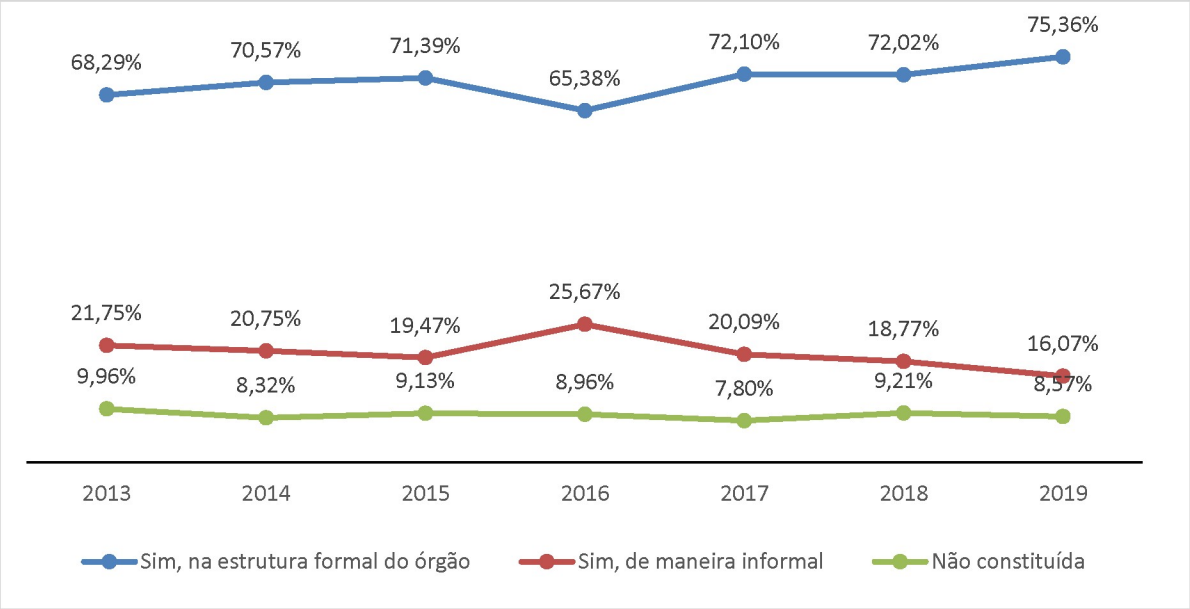
Gráfico 2. Caracterização do Órgão Gestor de Assistência Social nos municípios de Minas Gerais (2013-2019)



Fonte: Elaboração Própria com base em dados do Censo SUAS (2013-2019)

Segundo a Resolução Nº 18, de 15 de julho De 2013, os municípios tinham como meta: que até 2017 a totalidade dos municípios deveriam ter entre suas subdivisões administrativas uma destinada à Gestão do SUAS. Embora esteja em aumento o número de municípios com essa subdivisão administrativa estabelecia na estrutura formal do órgão, em 2019, 75,36% dos municípios a tinham. Além disso, 8,57% não possuem a Gestão do SUAS constituída, nem mesmo de maneira informal, como pode ser visto no gráfico abaixo. (BRASIL; 2013)

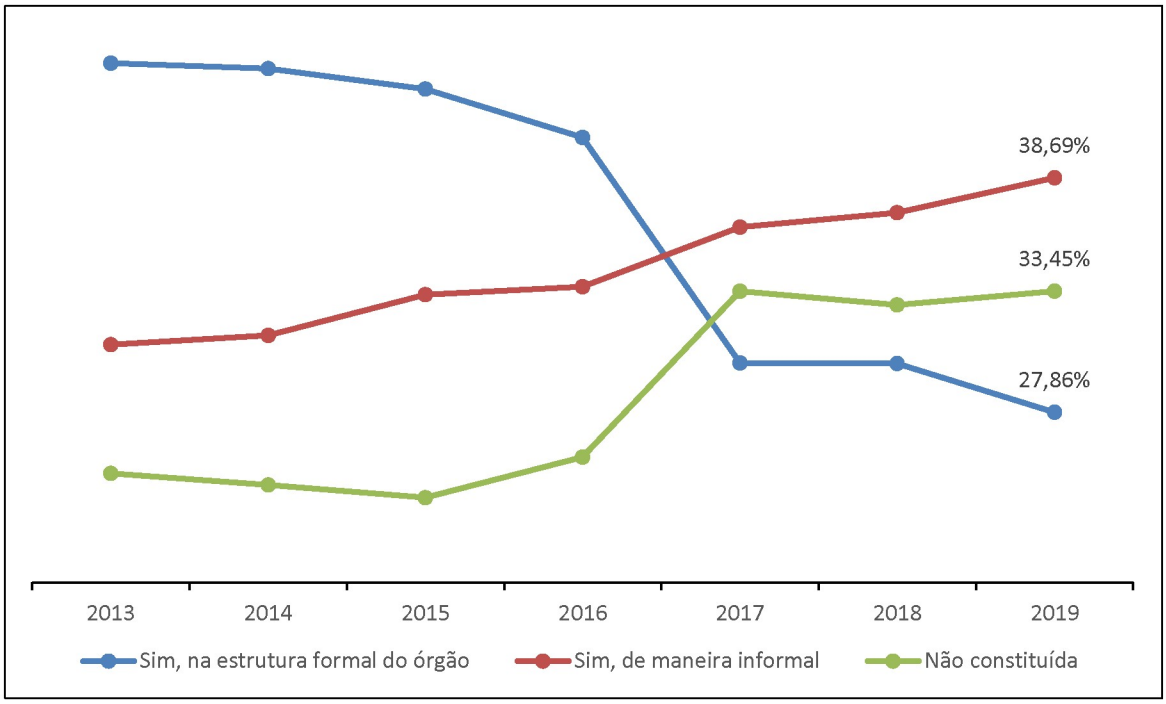
Gráfico 3. Municípios de acordo com o modo como a Gestão do SUAS está constituída como subdivisões administrativas na estrutura do Órgão Gestor – Minas Gerais, 2013-2019.



Fonte: Elaboração Própria com base em dados do Censo SUAS (2013-2019)

A Vigilância Socioassistencial, embora seja uma função que deve ser exercida por todos os municípios, constituída como uma das funções essenciais da Assistência Social, só estava como meta em ser constituída como competência da subdivisão administrativa Gestão do SUAS, e não como uma subdivisão própria. Como pode ser percebido no gráfico abaixo, há uma queda na proporção de municípios que possuem essa subdivisão administrativa constituída de maneira formal na estrutura do órgão gestor, em 2019, em apenas 27,86% dos municípios. Há também um crescimento da proporção de municípios em que a Vigilância Socioassistencial não está constituída. (BRASIL; 2013)

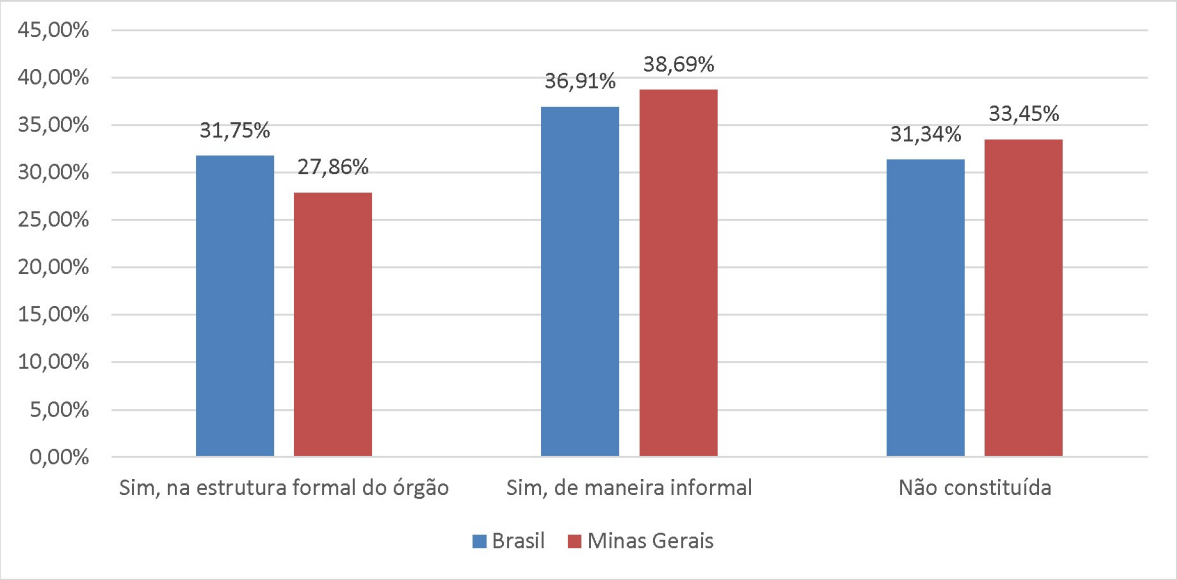
Gráfico 4. Municípios de acordo com o modo como a Vigilância Socioassistencial está constituída como subdivisões administrativas na estrutura do Órgão Gestor – Minas Gerais, 2013-2019.



Fonte: Elaboração Própria com base em dados do Censo SUAS (2013-2019)

Comparando a estruturação da área em Minas Gerais com o Brasil, em 2019, há uma menor formalidade da estruturação da VS, estando ela constituída na estrutura formal do órgão gestor em 31,75% dos municípios brasileiros *versus* 3m 27,86% dos municípios mineiros; diferença de 3,89 pontos percentuais(p.p.) entre os dois. Entre as proporções de municípios com a vigilância estruturada de maneira informal há uma diferença de 1,78 p.p. entre Minas Gerais e Brasil, estando constituída dessa maneira em 38,69% dos municípios mineiros e em 36,91% dos municípios brasileiros. Em Minas Gerais há 2,11 p.p. a mais de municípios em que a VS não está constituída se comparado com o Brasil.

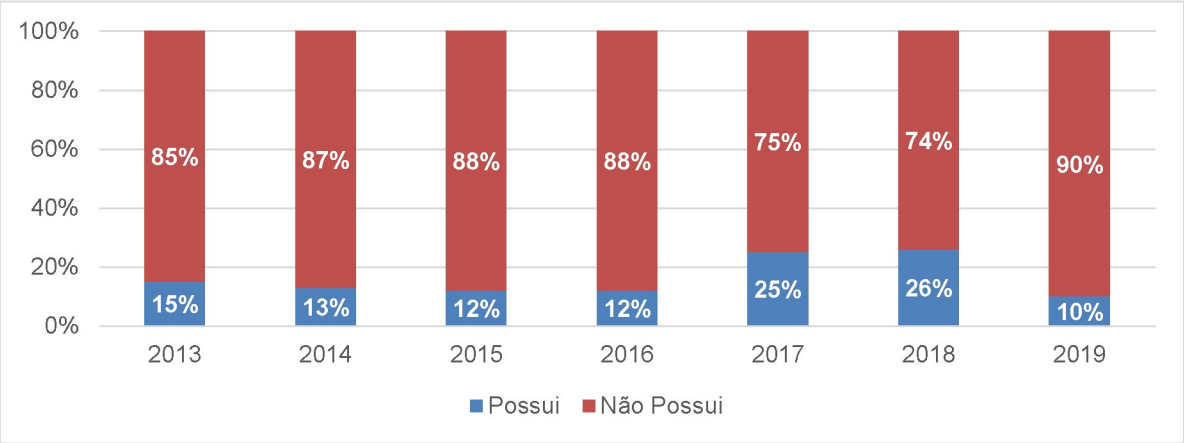
Gráfico 5. Municípios de acordo com o modo como a Vigilância Socioassistencial está constituída como subdivisões administrativas na estrutura do Órgão Gestor – Minas Gerais e Brasil - 2019.



Fonte: Elaboração Própria com base em dados do Censo SUAS (2019)

Embora, 66,55% dos municípios mineiros, em 2019, estivessem a área de vigilância constituída de maneira formal ou informal na estrutura do órgão gestor, no mesmo ano, apenas 10% dos municípios possuíam profissional dedicado exclusivamente à função de vigilância socioassistencial. No gráfico abaixo, é possível observar que essa foi a menor proporção observada no período, representando uma grande queda em relação aos dois anos anteriores.

Gráfico 6. Proporção de municípios que possuem profissionais exclusivos para a área de Vigilância Socioassistencial. Minas Gerais, 2013-2019.



Fonte: Elaboração Própria com base em dados do Censo SUAS (2013-2019)

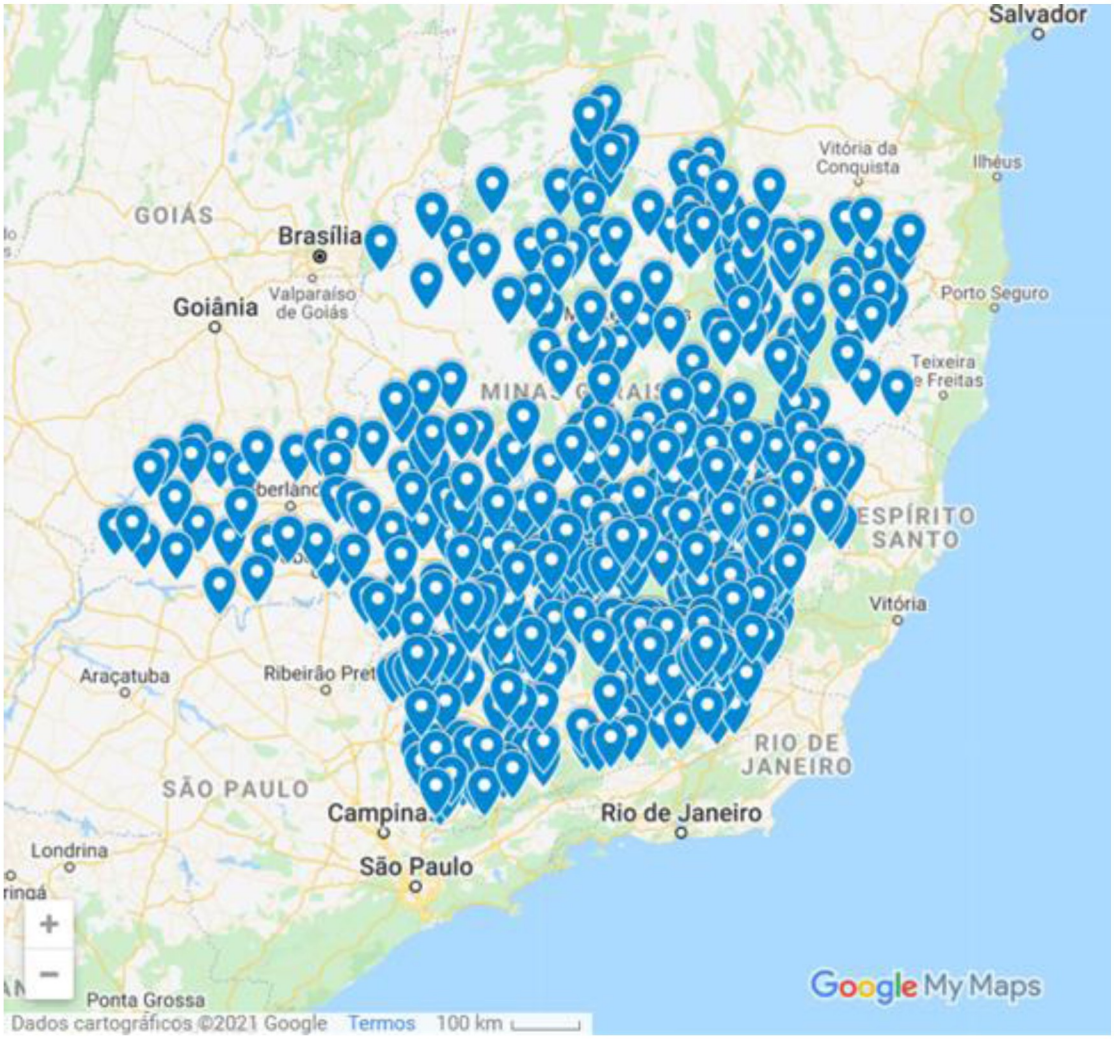
6.2.2 Pesquisa da Vigilância Socioassistencial

A pesquisa sobre a vigilância socioassistencial nos municípios mineiros foi realizada por meio de um formulário eletrônico, elaborado pela DVS. O formulário conta com 46 questões divididas em cinco blocos: Identificação do Município; Diagnóstico da estrutura do município, no qual há 16 questões, algumas semelhantes às do CensoSUAS, sobre como está estruturada a Assistência Social no município; Ações desenvolvidas pelo município, também com 16 questões focadas em ações relacionadas à vigilância socioassistencial; Avaliação sobre a Vigilância, com 10 questões nas quais o respondente era convidado a avaliar aspectos da vigilância socioassistencial do município; e Boas práticas, no qual o município poderia registrar alguma ação realizada por ele que considerasse como exemplo de boas práticas da vigilância socioassistencial. Importante destacar aqui que muitas das questões foram elaboradas visando ações específicas da SEDESE/MG e, portanto, não serão analisadas no presente trabalho. (Apêndice A)

Os formulários foram disponibilizados por meio do Google Forms a todos os municípios mineiros no dia 20/08/2021 e ficaram disponíveis para resposta até dia 05/10/2021; ao longo desse período, com apoio das regionais, houve reforços na divulgação da pesquisa. Ao final do período, houve 490 respostas de diferentes

municípios distribuídos territorialmente como demonstrado no mapa abaixo, e no mapa com a listagem dos municípios presente no Apêndice B desse trabalho.

Mapa 1. Distribuição territorial dos municípios que participaram da Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial.



Fonte: Elaboração própria por meio do Google My Maps.

Como apontado na metodologia, o número de respostas constituí uma amostra representativa de Minas Gerais. Deve se considerar, no entanto, que os municípios mineiros possuem realidades muito distintas entre si, e, portanto, apenas um cálculo amostral simples pode esconder uma não representatividade em termos de região ou porte municipal. Dessa forma, é importante analisar a distribuição dos municípios quanto a seu porte e regional.

O número de municípios que participaram da pesquisa de acordo com a regional administrativa da SEDESE/MG, definida no Decreto 47.761/2019, em relação ao número de municípios em cada uma dessas regionais seguiu uma proporção média de 59,76% dos municípios de cada regional respondendo ao formulário. Há um destaque de baixa participação da regional de Varginha, com apenas 28,33% de seus municípios respondendo a pesquisa; e um destaque de alta participação da regional de Patos de Minas, com 90,91% dos municípios participando da pesquisa, nesta regional apenas dois municípios não participaram.

Tabela 2. Distribuição dos municípios participantes por regional SEDESE/MG em relação aos municípios de Minas Gerais por regional SEDESE/MG.

Regionais SEDESE/MG	Municípios Participantes	Proporção de respostas (%)	Municípios MG	Proporção MG (%)	Proporção Municípios MG participantes (%)
Almenara	10	2,04	17	1,99	58,82
Araçuaí	11	2,24	16	1,88	68,75
Curvelo	15	3,06	21	2,46	71,43
Diamantina	14	2,86	24	2,81	58,33
Divinópolis	37	7,55	60	7,03	61,67
Governador Valadares	30	6,12	70	8,21	42,86
Ituiutaba	11	2,24	14	1,64	78,57
Juiz de Fora	29	5,92	58	6,80	50,00
Metropolitana	32	6,53	54	6,33	59,26
Montes Claros	46	9,39	69	8,09	66,67
Muriaé	43	8,78	64	7,50	67,19
Paracatu	7	1,43	15	1,76	46,67
Passos	17	3,47	30	3,52	56,67
Patos de Minas	20	4,08	22	2,58	90,91
Poços de Caldas	36	7,35	54	6,33	66,67
Salinas	12	2,45	19	2,23	63,16
São João del Rei	30	6,12	58	6,80	51,72
Teófilo Otoni	15	3,06	30	3,52	50,00
Timóteo	37	7,55	63	7,39	58,73
Uberaba	13	2,65	19	2,23	68,42
Uberlândia	8	1,63	16	1,88	50,00
Varginha	17	3,47	60	7,03	28,33
TOTAL	490	100	853	100	57,44

Fonte: Elaboração própria com bases no Decreto 47.761/2019 e nos resultados da pesquisa realizada em parceria com DVS – SEDESE/MG

A distribuição dos municípios quanto ao porte obteve uma média 70,38% dos municípios de cada porte respondendo a pesquisa, no entanto, há um desvio muito grande causado pela existência de uma única cidade no porte Metrópole em Minas

Gerais (Belo Horizonte), que participou da pesquisa. Desconsiderando o porte metrópole, em média 62,97% dos municípios de cada porte participaram da pesquisa. A maior proporção de respostas esteve nos municípios de porte Grande (71,43%) e a menor proporção, nos municípios de porte Pequeno I (54,96%), o que pode ser explicado pelo menor número de municípios destes portes (28, e 675 respectivamente).

Tabela 3. Distribuição dos municípios participantes por regional SEDESE/MG em relação aos municípios de Minas Gerais por regional SEDESE/MG.

Porte Populacional (IBGE, 2010)	Municípios Participantes	Proporção de respostas (%)	Municípios MG	Proporção MG (%)	Proporção Municípios MG participantes (%)
Pequeno I	371	75,71	675	79,13	54,96
Pequeno II	77	15,71	112	13,13	68,75
Médio	21	4,29	37	4,34	56,76
Grande	20	4,08	28	3,28	71,43
Metrópole	1	0,20	1	0,12	100,00
TOTAL	490	100,00	853	100,00	57,44

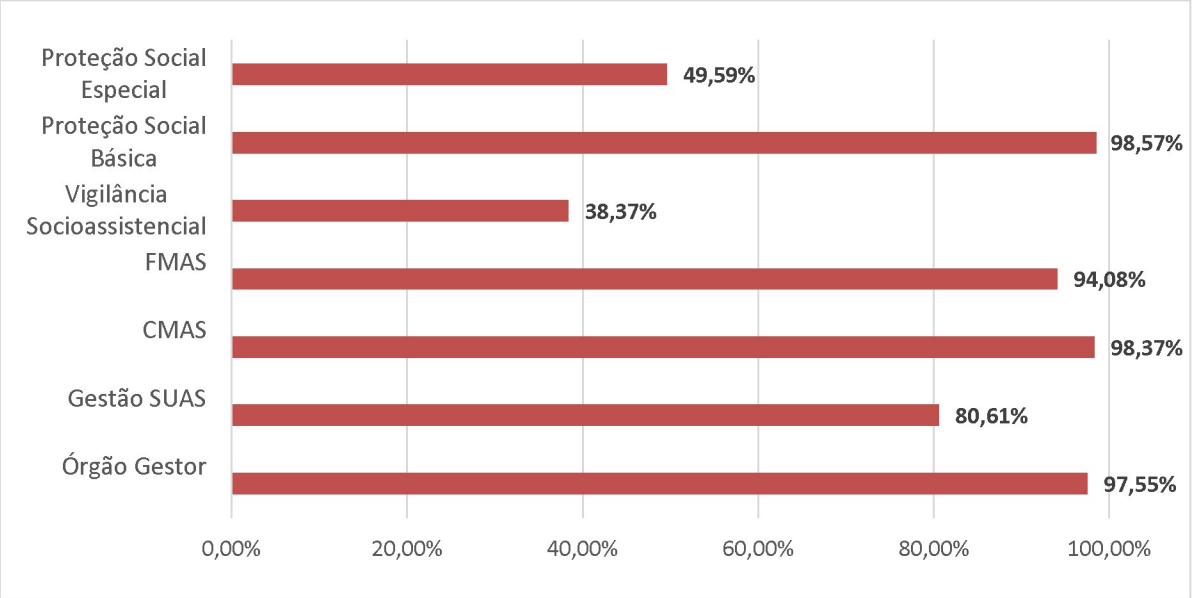
Fonte: Elaboração própria com bases em dados do IBGE (2010) e nos resultados da pesquisa realizada em parceria com DVS – SEDESE/MG

O primeiro bloco do formulário foi destinado a compreender como está estruturado o SUAS no município, nesta seção há questões semelhantes às do CensoSUAS para possibilitar análises temporais e para possibilitar a percepção de mudanças estruturais nos municípios após as eleições municipais de 2020 e após o início da pandemia de COVID-19.

A grande maioria dos municípios mineiros conta, em sua estrutura do SUAS, com um Órgão Gestor (97,55%), com o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) (98,37%), com o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) (94,08%), e com a Proteção Social Básica (98,57%), menos frequentes estão as áreas de Vigilância Socioassistencial (38,37%) e Proteção Social Especial (49,59%). Além disso, percebe-se uma queda em relação à proporção de municípios que contam com a área de Gestão SUAS, na pesquisa apenas 80,61% dos municípios em comparação com 91,43% dos municípios no Censo SUAS de 2019 (somados municípios que possuíam a área formal e informalmente em sua estrutura). Há que se considerar a meta estabelecida pelo CNAS de que até 2017 os todos os municípios deveriam ter

constituídas em sua estrutura as áreas de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Gestão Suas com competência de Vigilância Socioassistencial.

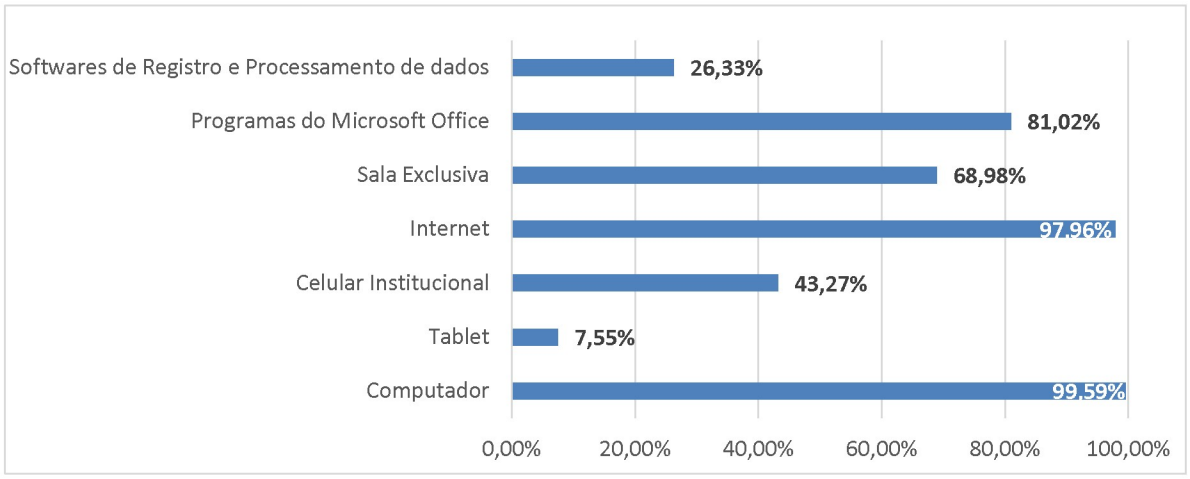
Gráfico 7. Proporção de municípios com cada uma das áreas que compõe o SUAS do Município. Minas Gerais, 2021.



Fonte: Elaboração própria com bases nos resultados da pesquisa realizada em parceria com DVS – SEDESE/MG

A maioria dos municípios contam com a estrutura básica de trabalho: Computador (99,59%) e Internet (97,96%); no entanto, a existência de municípios que não possuem ao menos essa estrutura básica é um ponto de atenção, uma vez que dificulta em muito uma execução efetiva da política de Assistência Social; visto que até mesmo o repasse de recursos está condicionado ao preenchimento dos sistemas disponíveis pela internet. Chama atenção também o fato de que uma considerável proporção de municípios, 18,98%, não possui Pacote *Office*, instrumentos básicos de registro e análise de informações; e proporção ainda maior não possui *Softwares* de Registro e Processamento de dados, 73,67%; ambos os instrumentos muito importantes para a execução da vigilância socioassistencial, uma vez que ela lida diretamente com análise de dados.

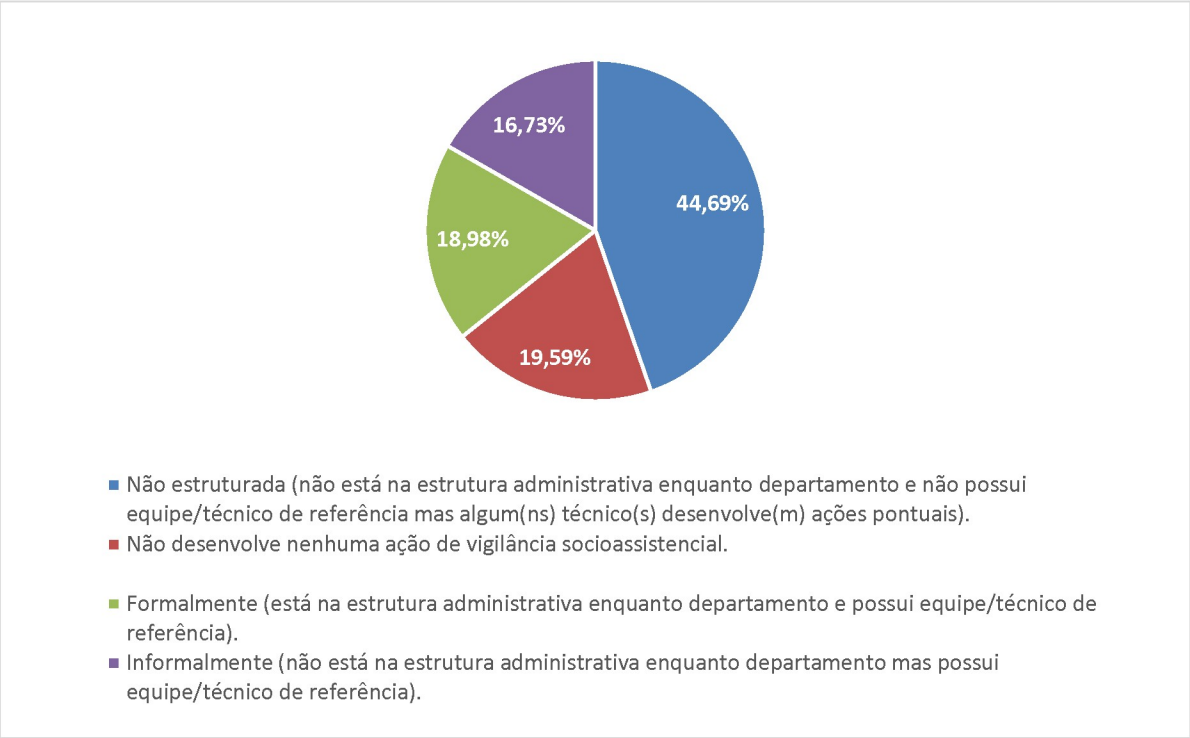
Gráfico 8. Proporção de municípios com cada um os equipamentos dispostos pelo SUAS do Município. Minas Gerais, 2021.



Fonte: Elaboração própria com bases nos resultados da pesquisa realizada em parceria com DVS – SEDESE/MG

A vigilância socioassistencial é uma função obrigatória a todas as instâncias administrativas da Assistência Social, no entanto, não há obrigação de que esteja estruturada enquanto subdivisão administrativa. Na pesquisa, 18,98% dos municípios disseram ter a VS como subdivisão administrativa do órgão, valor muito abaixo da proporção no Censo SUAS 2019 (27,86%). As demais categorias de resposta foram descritas de maneira distinta que na questão do Censo SUAS 2019, e, portanto, não são comparáveis. Há uma predominância de municípios que dizem não ter a VS estruturada, mas que realizam ações da vigilância (44,69%); seguida por aqueles municípios que dizem não realizar nenhuma ação da vigilância (19,59%).

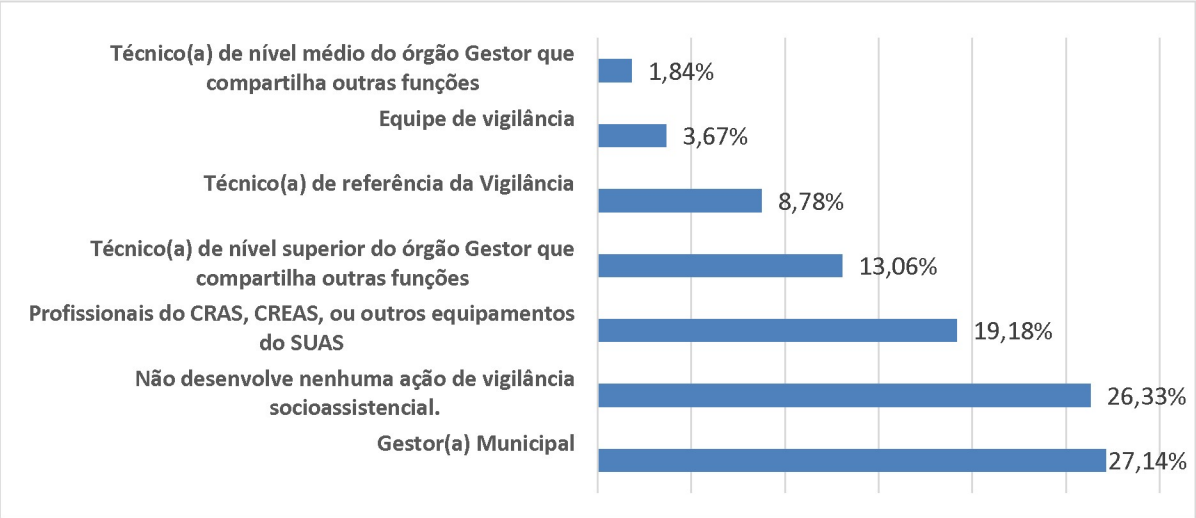
Gráfico 9. Proporção de municípios de acordo com como está estruturada a Vigilância Socioassistencial. Minas Gerais, 2021.



Fonte: Elaboração própria com bases nos resultados da pesquisa realizada em parceria com DVS – SEDESE/MG

Na maioria dos municípios que realizam ações da vigilância, 36,8%, equivalendo a 27,14% do total de municípios, quem coordena a vigilância socioassistencial é o próprio Gestor Municipal da Assistência. Em 19,18% dos municípios, o que corresponde a 26,04% dos municípios que realizam ações da VS, a coordenação da vigilância está a cargo de profissionais do CRAS, CREAS e outros equipamentos do SUAS, o que representa um acúmulo de funções para esses profissionais e desvia da meta estabelecida pelo CNAS que sugere que a competência da VS esteja a cargo da área de Gestão do SUAS. Apenas em 8,76% dos municípios quem coordena a VS é o técnico de referência da área, o que representa 11,9% dos municípios que dizem fazer ações da vigilância.

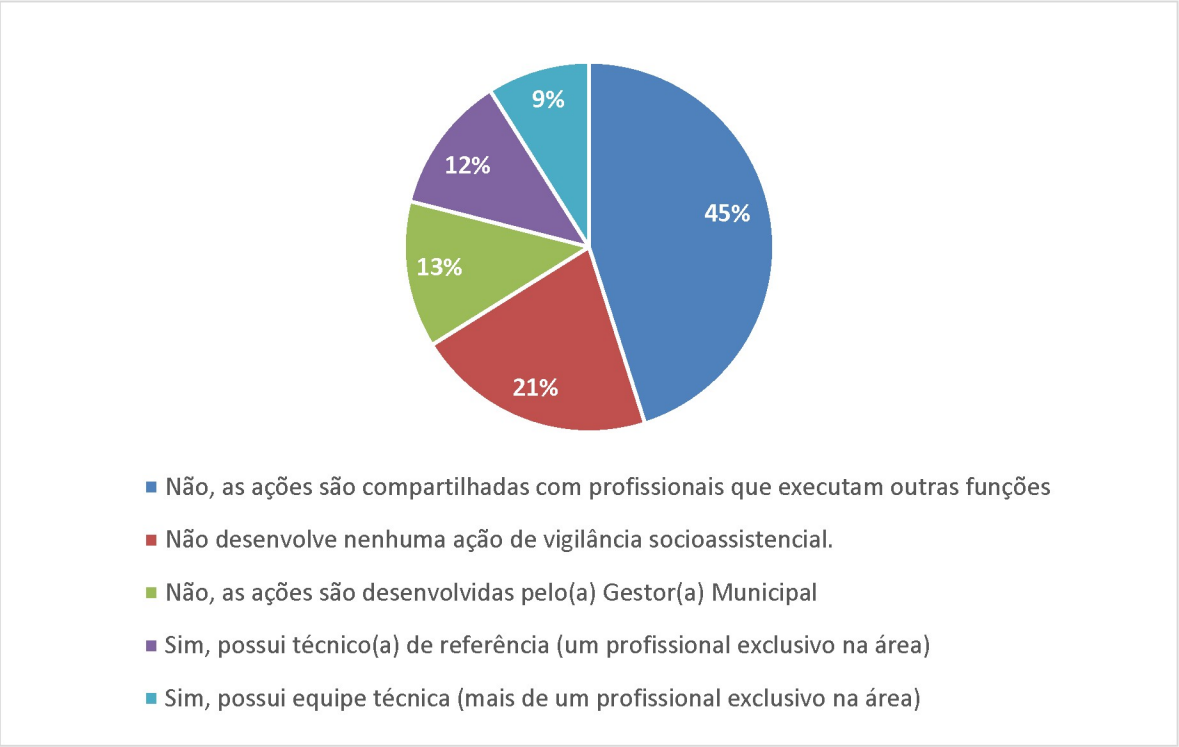
Gráfico 10. Proporção de municípios de acordo com quem coordena a Vigilância Socioassistencial. Minas Gerais, 2021.



Fonte: Elaboração própria com bases nos resultados da pesquisa realizada em parceria com DVS – SEDESE/MG

A maioria dos municípios, 45%, não conta com funcionários exclusivos para realizar as ações da Vigilância Socioassistencial, essas são realizadas por funcionários que também possuem outras atribuições. Apenas 9% dos municípios possuem equipe técnica destinada à vigilância, e apenas 12% possuem um técnico de referência para área.

Gráfico 11. Distribuição dos municípios a partir de se possuem equipes exclusivas para a vigilância socioassistencial. Minas Gerais, 2021.



Fonte: Elaboração própria com bases nos resultados da pesquisa realizada em parceria com DVS – SEDESE/MG

Percebe-se também que há inconsistências no número de municípios que dizem não realizar nenhuma ação da VS, visto que o número varia nas diferentes questões, no entanto, o número está, em todas, próximo aos 20% dos municípios. Analisadas as inconsistências foram encontradas as seguintes situações:

- Municípios que disseram não realizar ações da vigilância na questão sobre a estruturação da vigilância, mas que na questão sobre a coordenação da VS disseram que quem a coordena são funcionários do CRAS, CREAS e outros equipamentos. Nessa situação o que pode ter ocorrido é um entendimento de que a gestão do SUAS não realiza ações pois quem o faz são os equipamentos, o que pode ter motivado a resposta negativa na primeira pergunta. São três municípios nessa situação. O mesmo ocorre com dois municípios, que disseram a vigilância estar estrutura de maneira informal e não estruturada, identificaram não realizar ações na pergunta sobre equipe destinada a VS, mas

que afirmaram que quem coordena a vigilância são os profissionais dos equipamentos.

- Municípios com respostas inconsistentes, afirmando não realizar ações em uma das três questões, e respondendo as outras duas afirmativamente. Nessa situação há três municípios. E municípios que afirmam não realizar ações da vigilância em duas das três questões, mas afirmaram fazê-las em uma das três, nesta situação estão 25 municípios, dos respondentes.

- Municípios que afirmaram não realizar ações da vigilância na questão que pergunta sobre quem coordena a vigilância, mas afirmaram positivamente nas outras duas questões. Nesta situação estão 24 municípios dos respondentes. O ocorrido pode se dever ao fato de que não havia na questão uma alternativa de resposta para aqueles que não tem um coordenador, ainda que na falta de um coordenador, a responsabilidade sobre a área recaia no Gestor Municipal esse pode não ser um entendimento claro para os municípios e, portanto, terem escolhido a única resposta que não identificava um coordenador para a VS, que era: “Não realiza ações da vigilância”.

Considerando que em muitos municípios quem coordena a vigilância não é dedicado exclusivamente a ela, é importante observar se esses possuem equipes que exerçam as ações da área. Nos municípios em que a VS é coordenada pelo Gestor Municipal, a vigilância é exercida, em maioria, por profissionais que também exercem outras funções (44,36%); porém em 36,09% desses municípios apenas o Gestor é responsável também por executar as ações da área. Apenas em 9,57% dos municípios em que a coordenação da VS fica a cargo de um funcionário do CRAS, CREAS ou outros equipamentos do SUAS há pelo menos um técnico exclusivo para a vigilância, demonstrando um possível acúmulo de funções destes profissionais dos equipamentos. Além disso, fica clara uma das situações de inconsistência das respostas, pois alguns municípios que disseram não realizar ações da VS na questão sobre quem a coordena, também dizem ter as ações compartilhadas entre os funcionários de outras áreas (17,55%), e até mesmo possuir equipe técnica destinada à vigilância (1,55%); e aparecem outras inconsistências: caso de municípios entre os que quem coordena a vigilância é o Gestor municipal e que disseram não desenvolver

ações de vigilância (2,26%), e casos de quem coordena são funcionários dos equipamentos, e que disseram não desenvolver nenhuma ação de VS (2,13%)

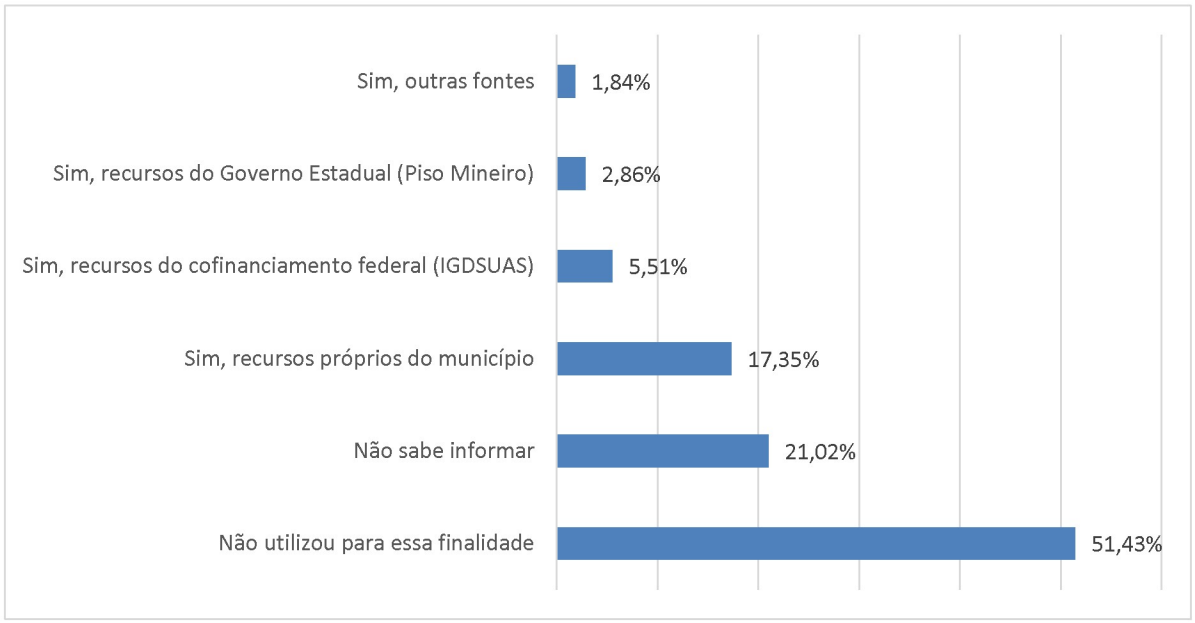
Tabela 4. Relação entre quem coordena a vigilância socioassistencial e se o município possui equipe destina à área. Minas Gerais 2021. (%)

	Organização dos profissionais que executam a Vigilância Socioassistencial				
Coordenação da vigilância socioassistencial	Profissionais compartilhados com outras funções	Gestor(a) Municipal somente	Equipe técnica exclusiva	Técnico(a) de referência exclusivo	Não desenvolve nenhuma ação de vigilância socioassistencial.
Gestor Municipal	44,36	36,09	11,28	6,02	2,26
Funcionário CRAS, CREAS ou outros equipamentos	82,98	5,32	6,38	3,19	2,13
Técnico(a) de nível superior do órgão Gestor que compartilha outras funções	81,25	4,69	3,13	10,94	-
Técnico(a) de nível médio do órgão Gestor que compartilha outras funções	100,00	-	-	-	-
Não desenvolve nenhuma ação de vigilância socioassistencial.	17,05	5,43	1,55	-	75,97

Fonte: Elaboração própria com bases nos resultados da pesquisa realizada em parceria com DVS – SEDESE/MG

Perguntados se utilizaram recursos financeiros para a vigilância socioassistencial a maioria dos municípios não utilizou (51,43%) ou não sabe dizer (21,02%). Entre aqueles que utilizaram recurso a maioria utilizou recursos próprios, 62,96% o que equivale a 17,35% dos municípios. Outros 20%, equivalendo à 5,51% dos municípios, utilizou recursos do cofinanciamento federal (IGDSUAS); e 10,37%, equivalendo à 2,86% dos municípios, utilizou recursos do Governo Estadual (Piso Mineiro).

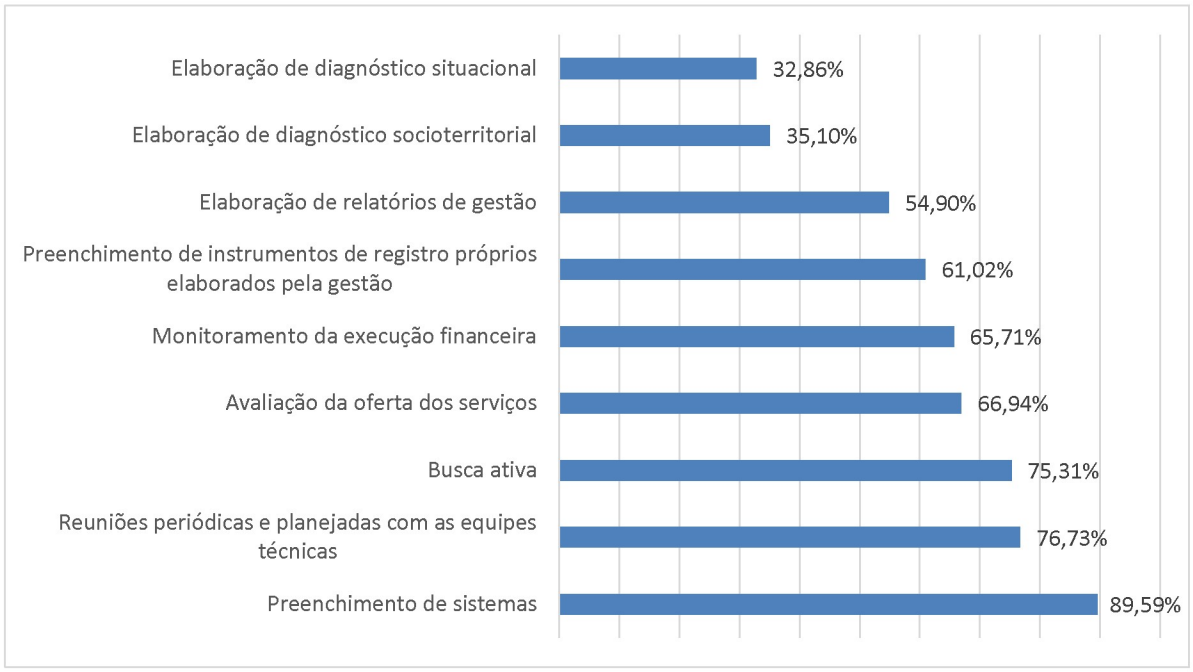
Gráfico 12. Distribuição dos municípios a partir de se utilizaram recursos financeiros para a vigilância socioassistencial. Minas Gerais, 2021.



Fonte: Elaboração própria com bases nos resultados da pesquisa realizada em parceria com DVS – SEDESE/MG

Em uma das questões foram listadas as principais ações da vigilância socioassistencial, ou que a envolvem, e os municípios tiveram que selecionar aquelas que realizavam. Entre as ações da vigilância vemos que a maioria dos municípios preenchem os sistemas de informação (89,59%); realizam avaliação da oferta de serviços (66,94%); preenchem instrumentos próprios elaborados pela gestão (61,02%) e elaboram relatórios de gestão (54,9%). Apenas 35,10% dos municípios disseram elaborar diagnósticos socioterritoriais, ação exigida para elaboração do Plano de Assistência Social que é um dos condicionantes de repasse de recursos pelo Governo Federal.

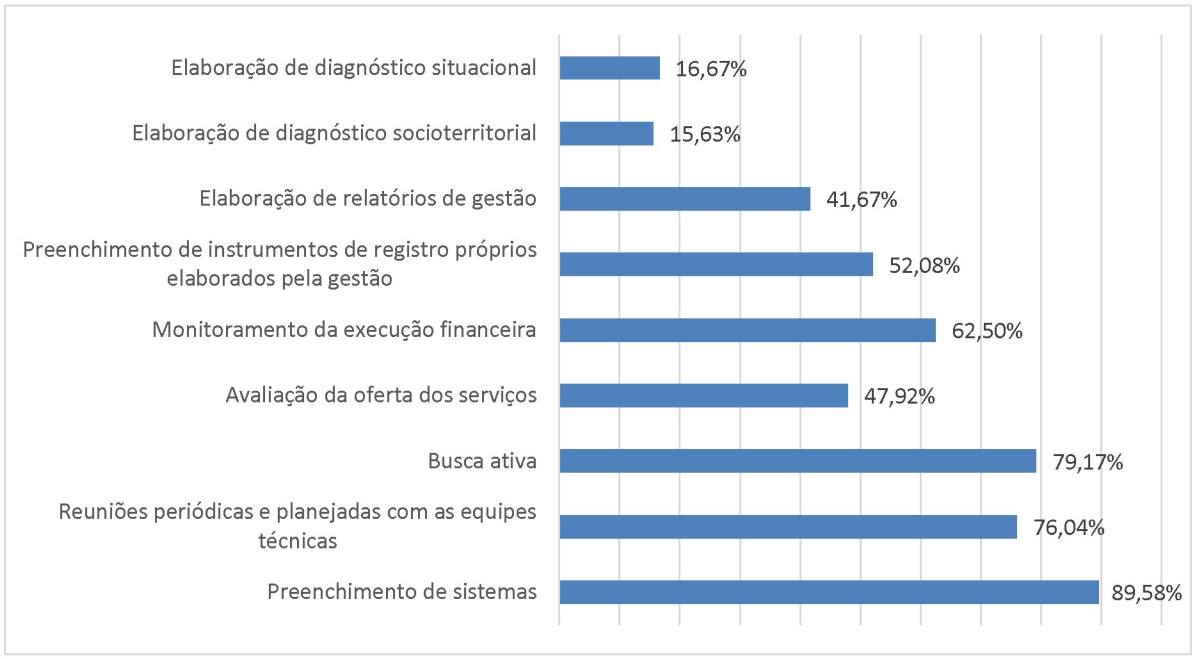
Gráfico 13. Proporção de municípios a partir de quais ações da vigilância socioassistencial realizam. Minas Gerais, 2021



Fonte: Elaboração própria com bases nos resultados da pesquisa realizada em parceria com DVS – SEDESE/MG

Na análise desta questão é possível observar que há um baixo conhecimento dos municípios sobre quais ações compõe as atribuições da VS, uma vez que embora muitos dissessem não realizar nenhuma ação da vigilância (em média 22,31% considerando as três questões com essa opção) temos que 89,59 % dos municípios preenchem os sistemas de informação. Filtrando então por aqueles que na pergunta sobre estruturação da VS responderam não realizar ações da área vemos que a maioria realiza às seguintes ações que são atribuições da vigilância: preenchem os sistemas de informação (89,58%); realizam avaliação da oferta de serviços (47,92%); preenchem instrumentos próprios elaborados pela gestão (52,08%) e elaboram relatórios de gestão (41,67%). Além disso nenhum dos municípios respondentes não realiza todas as ações listadas na questão, e apenas nove municípios não realizam nenhuma das ações atribuídas à VS (preenchimento dos sistemas, avaliação da oferta de serviços, preenchimento de instrumentos de registro próprios elaborados pela gestão, elaboração de relatórios de gestão, elaboração de diagnóstico situacional e elaboração de diagnóstico socioterritorial).

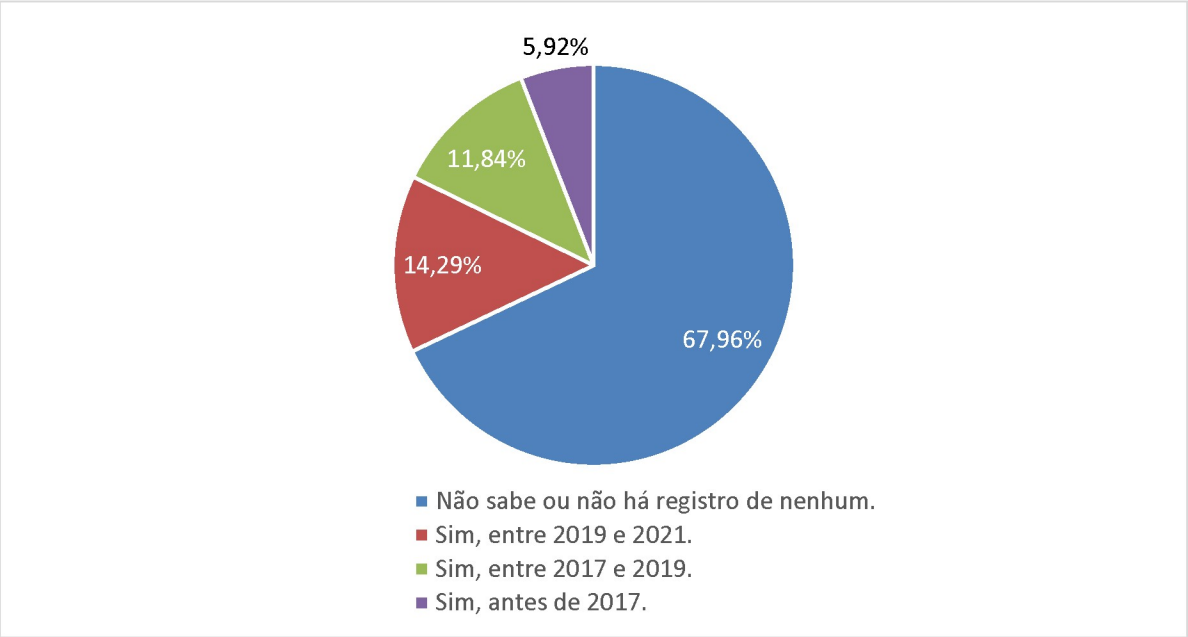
Gráfico 14. Proporção de municípios que disseram não realizar ações da vigilância socioassistencial a partir de quais ações da VS realizam. Minas Gerais, 2021



Fonte: Elaboração própria com bases nos resultados da pesquisa realizada em parceria com DVS – SEDESE/MG

A maioria dos municípios não sabe ou não possui registro de ter elaborado diagnóstico socioterritorial (67,96%). Entre aqueles que possuem registro de diagnósticos socioterritoriais, a maioria o elaborou entre 2019 e 2021 (44,59% o que corresponde a 14,29% dos municípios), sendo que entre esses municípios, quando perguntados sobre contratações de consultoria, 20 municípios (corresponde a 28,57%) disseram ter contratado para elaboração de diagnóstico. Nos 11,84% que realizou diagnóstico entre 2017 e 2019, quinze municípios disseram ter contratado consultoria para diagnóstico (corresponde a 25,96% desses); e nos que o realizaram antes de 2017, seis municípios contrataram consultoria com esse propósito (20,69% desses).

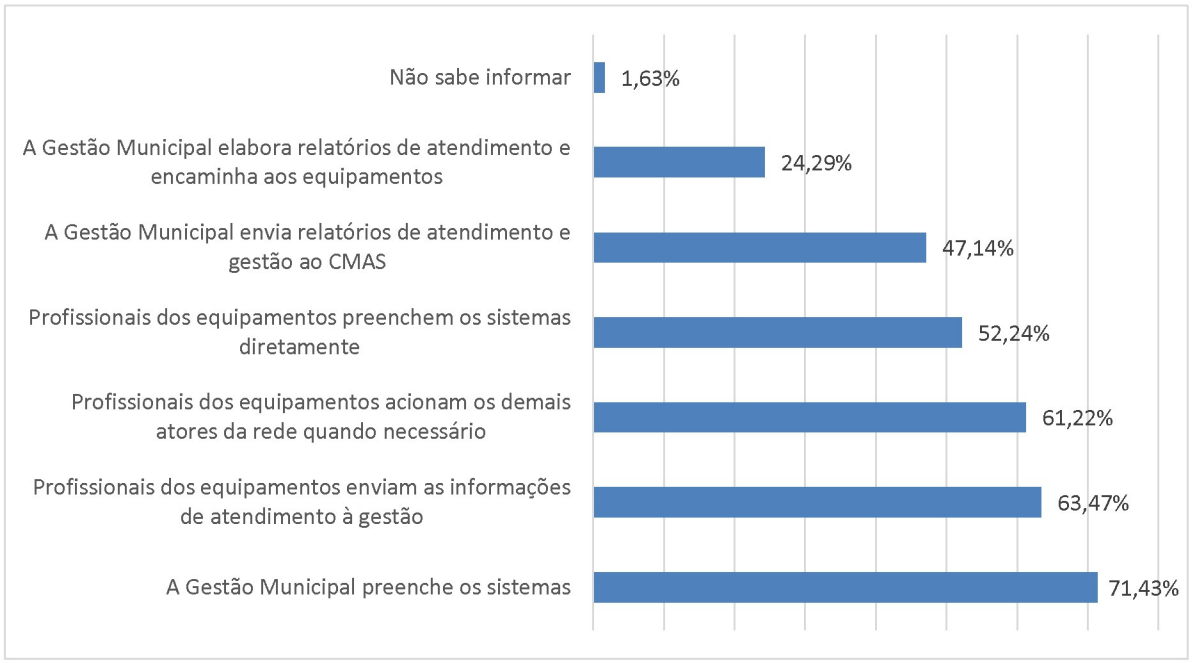
Gráfico 15. Distribuição dos municípios de acordo com se realizaram ou não diagnóstico socioterritorial. Minas Gerais, 2021



Fonte: Elaboração própria com bases nos resultados da pesquisa realizada em parceria com DVS – SEDESE/MG

Na maioria dos municípios o fluxo das informações passa pela Gestão municipal preenchendo sistemas (71,43%), Profissionais dos equipamentos enviando informações dos atendimentos à gestão (63,47%), Profissionais dos equipamentos acionando os demais atores da rede quando necessário (61,22%), Profissionais dos equipamentos preenchendo os sistemas diretamente (52,24%) e a Gestão municipal enviando relatórios de atendimento e festão ao CMAS (47,14%). Em uma menor proporção de municípios a Gestão envia relatórios de atendimento aos equipamentos (24,29%).

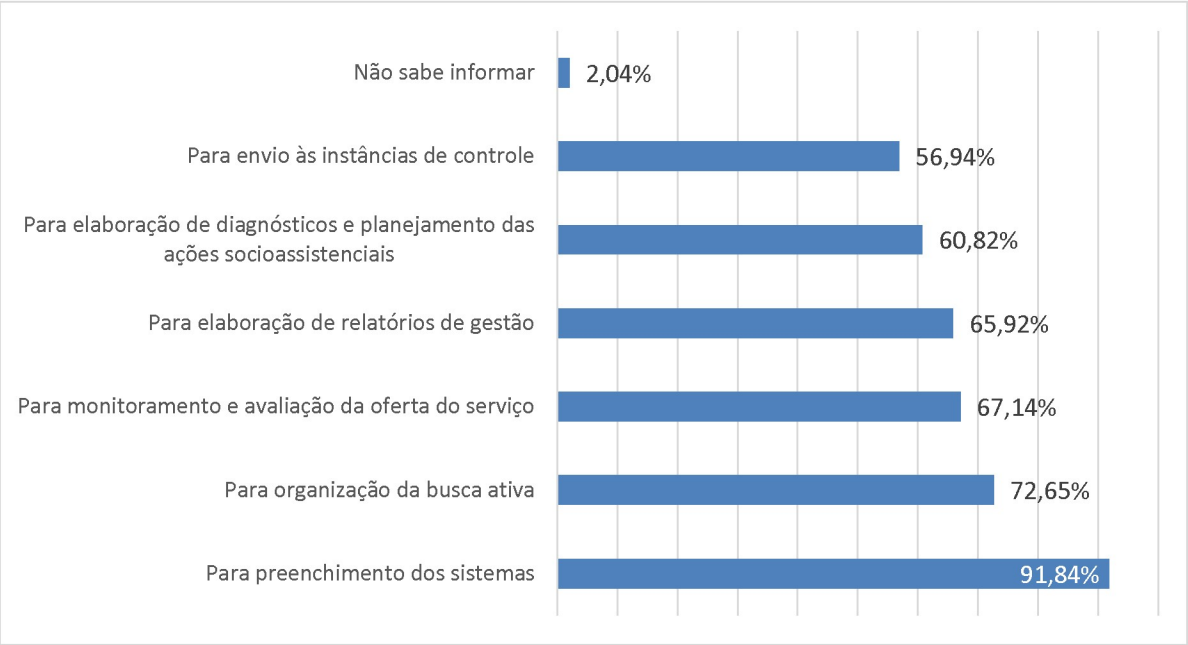
Gráfico 16. Como ocorre o fluxo de informações no SUAS dos municípios. Minas Gerais, 2021



Fonte: Elaboração própria com bases nos resultados da pesquisa realizada em parceria com DVS – SEDESE/MG

Os dados obtidos por meio do fluxo de informações retratado acima são utilizados, na maioria dos municípios para o preenchimento dos sistemas (91,84%), organização de busca ativa (72,65%), monitoramento e avaliação da oferta de serviços (67,14%), elaboração de relatórios de gestão (65,92%), elaboração de diagnósticos e planejamento de ações socioterritoriais (60,82%) e para envio às instâncias de controle (56,94%). As respostas a esta questão são contrastantes com as respostas da questão sobre quais ações os municípios realizam, uma vez que uma proporção menor de municípios disse preencher sistemas, avaliar oferta de serviços, elaborar relatórios de gestão e elaborar diagnósticos socioterritoriais.

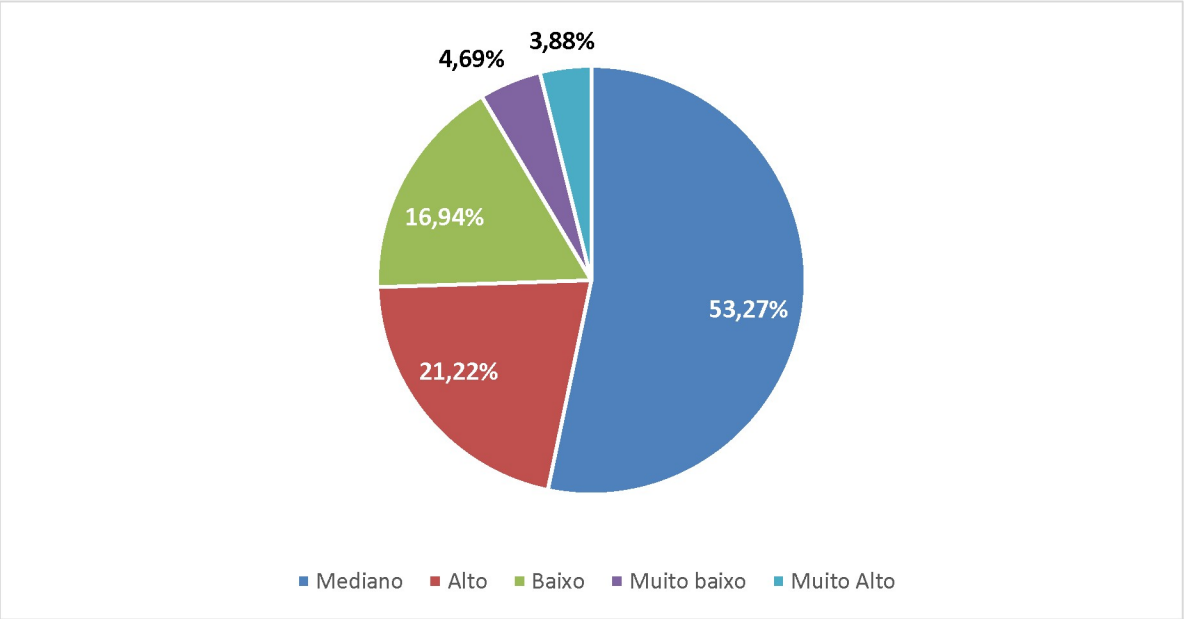
Gráfico 17. Como são utilizados os dados no SUAS dos municípios. Minas Gerais, 2021



Fonte: Elaboração própria com bases nos resultados da pesquisa realizada em parceria com DVS – SEDESE/MG

O bloco analisado a seguir contém questões opinativas, nas quais o respondente deveria avaliar, a partir de sua perspectiva, alguns aspectos da VS em seu município. Perguntados sobre o nível de conhecimento que a gestão e os técnicos tem sobre o papel da vigilância para a política de assistência social no município, a maioria avaliou que o conhecimento é mediano (53, 27%); seguidos de 21,22% que avaliou o nível de conhecimento como alto e 16,94%, como baixo.

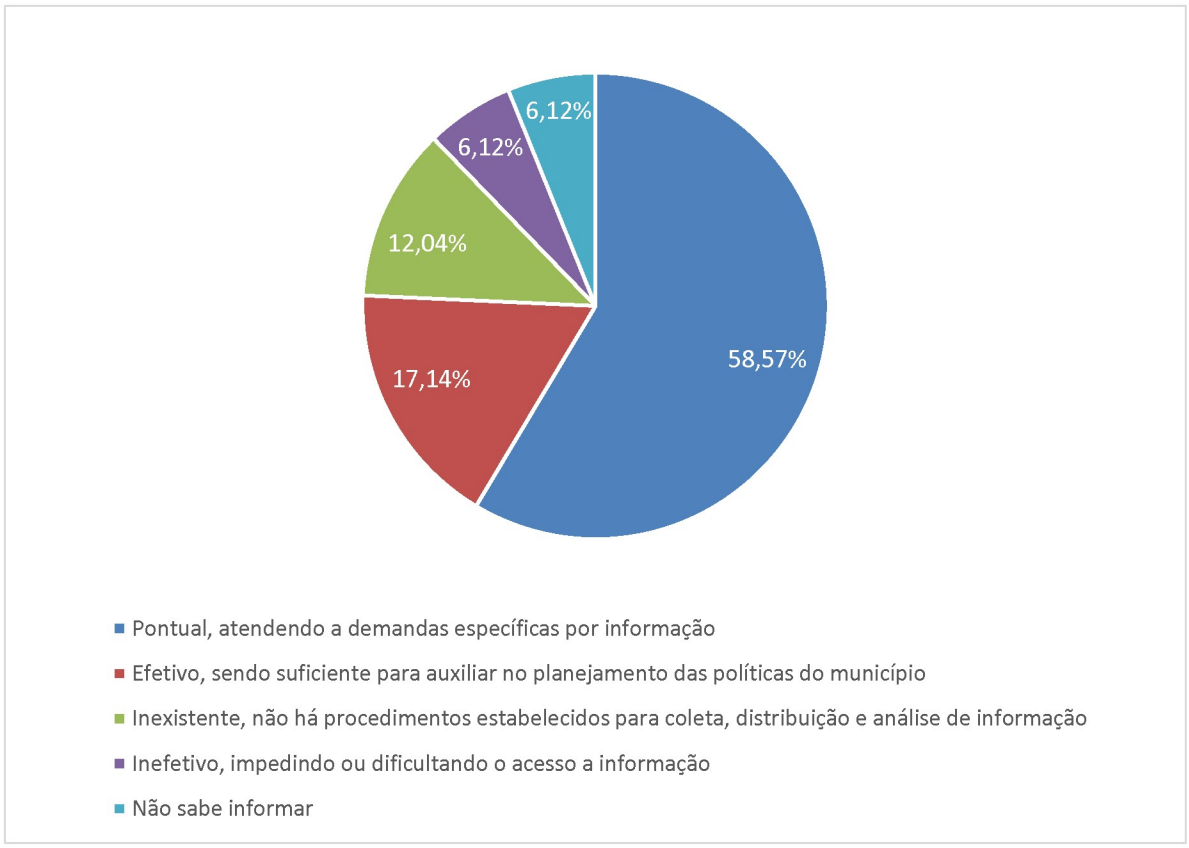
Gráfico 18. Nível de conhecimento da gestão e dos(as) técnicos(as) sobre o papel da vigilância para a política de assistência social no município. Minas Gerais, 2021



Fonte: Elaboração própria com bases nos resultados da pesquisa realizada em parceria com DVS – SEDESE/MG

Convidados a avaliar a efetividade do fluxo de informações no município, a maioria o avaliou como pontual, atendendo a demandas específicas por informação (58,57%). Apenas 17,14% dos municípios avaliaram que o fluxo de informações é efetivo, auxiliando no planejamento das políticas do município. Além disso, 18,16% dos municípios avaliaram o fluxo de informações como inexistente ou inefetivo, impedindo ou dificultando o acesso à informação.

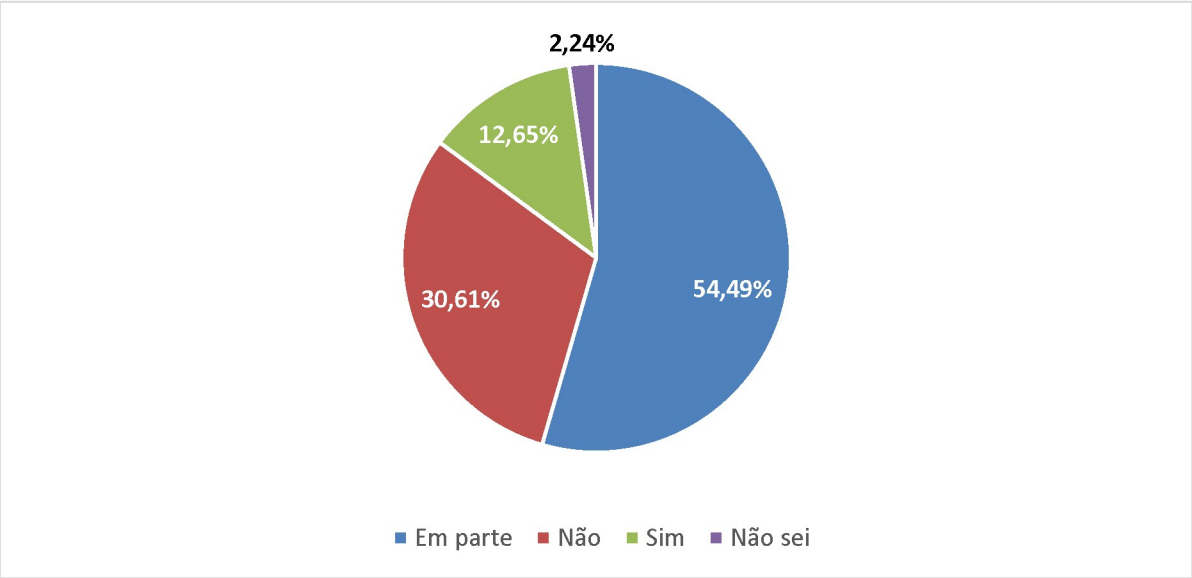
Gráfico 19. Como é o fluxo de coleta, distribuição e análise de informações sobre as demandas da população e sobre o resultado das políticas de assistência no município. Minas Gerais, 2021



Fonte: Elaboração própria com bases nos resultados da pesquisa realizada em parceria com DVS – SEDESE/MG

Questionados se consideram executar a VS de forma efetiva, a maioria dos municípios avaliou que executam em parte (54,49%). Um grande número avaliou não executar a vigilância de forma efetiva (30, 61%), e apenas 12,65% considerou executar de forma efetiva.

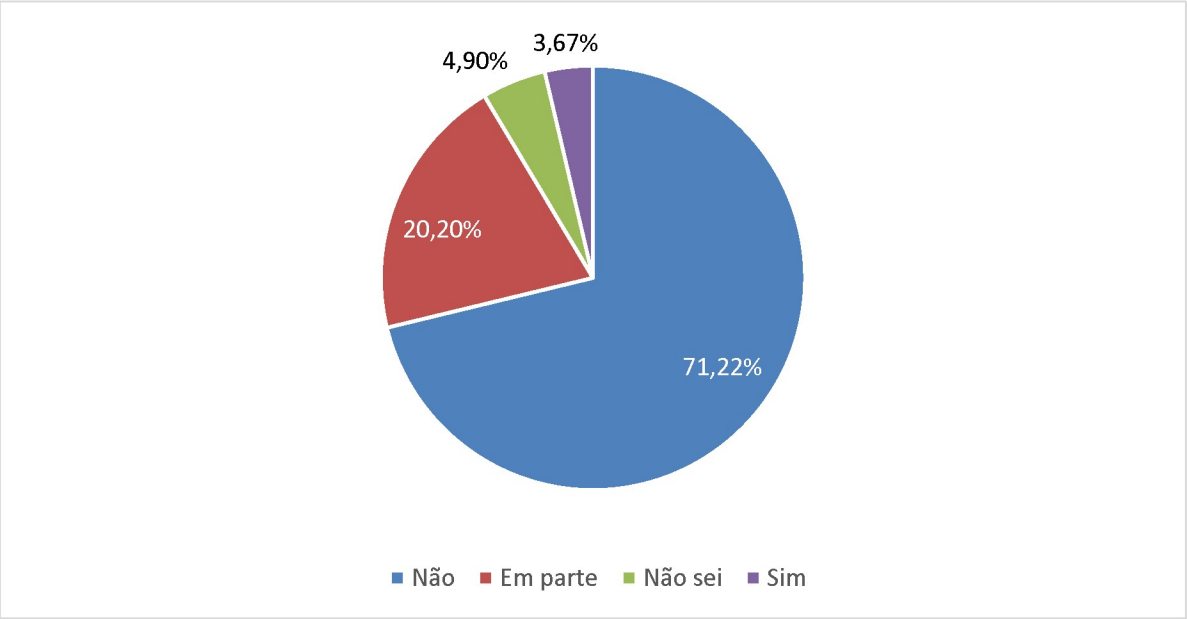
Gráfico 20. O município executa a vigilância de forma efetiva. Minas Gerais, 2021



Fonte: Elaboração própria com bases nos resultados da pesquisa realizada em parceria com DVS – SEDESE/MG

A seguir os municípios foram convidados se alguns aspectos do município proporcionam uma base suficiente para que sejam implementadas, executadas, e mantidas as ações da vigilância socioassistencial. O primeiro aspecto foi a disponibilidade de recursos financeiros, no entanto, há que se considerar que por ser uma pesquisa desenvolvida pelo Governo Estadual, uma das instâncias que repassa recursos ao município, há uma tendência de que as respostas sejam mais negativas, uma vez que pode parecer, aos municípios, uma oportunidade de requerer mais recursos. Assim, a maioria dos municípios afirmou não receber recursos financeiros suficientes para implementar, executar e manter as ações da VS (71,22%). Apenas 3,67% dos municípios afirmaram ter recursos suficientes para esse fim.

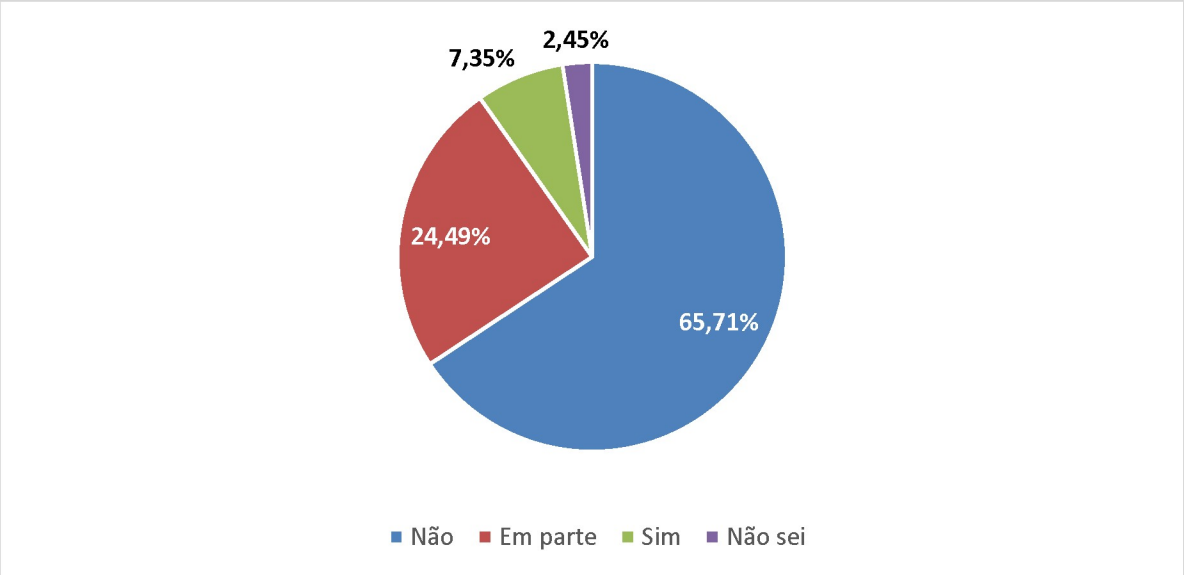
Gráfico 21. Os recursos financeiros são suficientes para o município implementar, manter e executar a ações de vigilância socioassistencial. Minas Gerais, 2021



Fonte: Elaboração própria com bases nos resultados da pesquisa realizada em parceria com DVS – SEDESE/MG

Perguntados se os recursos humanos que compõem o SUAS do município são suficientes para implementar, executar e manter a VS a maioria dos municípios avaliou que não (65,71%). Apenas 7,35% dos municípios consideraram que os recursos humanos são suficientes. Também neste caso é necessário considerar que a contratação de pessoal envolve o dispêndio de recursos ou a cessão de servidores, e, portanto, é um aspecto sobre o qual o Governo Estadual tem possibilidade de atuação, o que pode levar uma tendência de respostas negativas. No entanto, as respostas negativas estão de acordo com a identificação de que a maior parte dos municípios não possui equipe, ou ao menos um técnico de referência, dedicados exclusivamente a vigilância (79%).

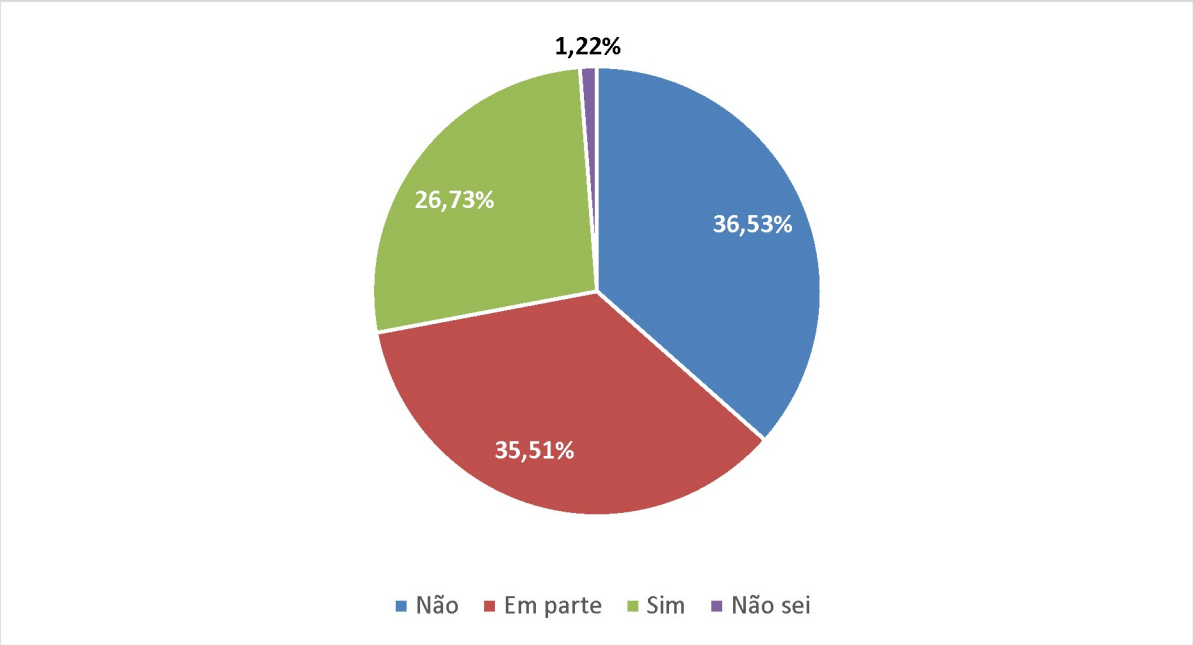
Gráfico 22. Os recursos humanos que compõe o SUAS no município são suficientes para implementar, manter e executar a ações de vigilância socioassistencial. Minas Gerais, 2021



Fonte: Elaboração própria com bases nos resultados da pesquisa realizada em parceria com DVS – SEDESE/MG

Quando perguntados sobre a estrutura física do município ser suficiente para a implementação, execução e manutenção das ações da vigilância houve um maior equilíbrio entre as respostas. A resposta mais frequente foi que não é suficiente (36,53%), seguida por é em parte suficiente (35,51%) e por é suficiente (26,73%).

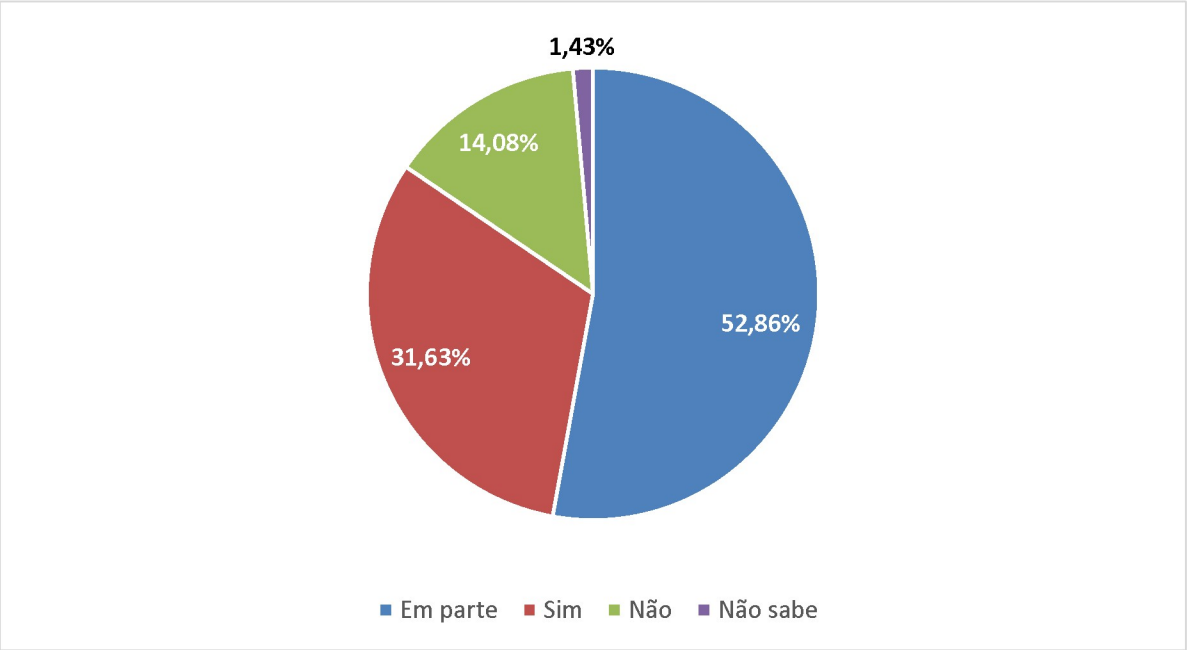
Gráfico 23. A estrutura física que compõe o Órgão Gestor no município é suficiente para implementar, manter e executar a ações de vigilância socioassistencial. Minas Gerais, 2021



Fonte: Elaboração própria com bases nos resultados da pesquisa realizada em parceria com DVS – SEDESE/MG

Os municípios, então, foram convidados a avaliar se o contexto do município (político, econômico e social) é impeditivo para a implementação da vigilância no município. A maioria dos municípios considerou que o contexto em partes é impeditivo (52,86%), e 14,08% dos municípios identificou o contexto como impeditivo para a implementação, execução e manutenção da vigilância. Esse fator representa um grande ponto de atenção para a atuação das instâncias estaduais, uma vez que torna outras ações junto a esses municípios infrutíferas, faz-se necessário investigar o que torna o contexto impeditivo e como alterar esse cenário.

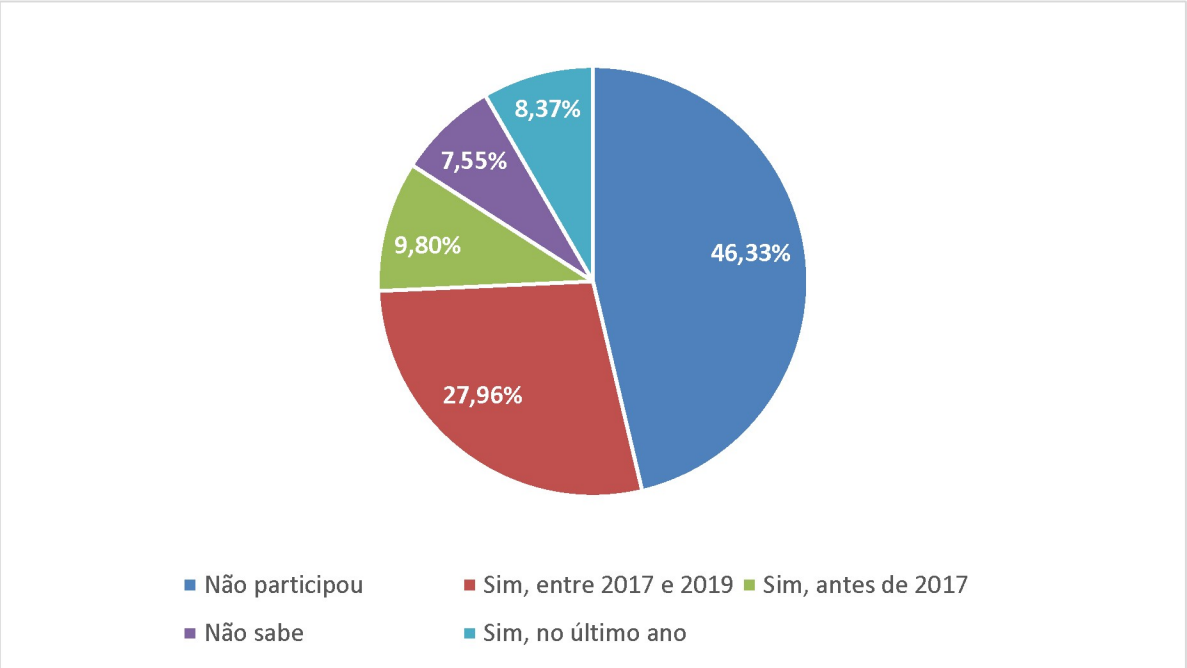
Gráfico 24. Com a atual realidade e contexto do município, é possível desenvolver as atividades de vigilância socioassistencial. Minas Gerais, 2021



Fonte: Elaboração própria com bases nos resultados da pesquisa realizada em parceria com DVS – SEDESE/MG

Perguntados se o Gestor(a) Municipal ou algum outro profissional do município participou de alguma capacitação sobre a vigilância socioassitencial, a maioria afirmou não ter participado (46,33%). Além disso, 7,55% dos municípios não souberam dizer, assim, 46,12% dos municípios afirmou ter participado de alguma capacitação. Entre os municípios que participaram de alguma capacitação, a maioria foi entre 2017 e 2019 (60,62% o que corresponde a 27,96% dos municípios); 21,24% (equivalendo a 9,8% dos municípios) participou antes de 2017, e 18,15% (equivalendo a 8,37% dos municípios) participou no último ano.

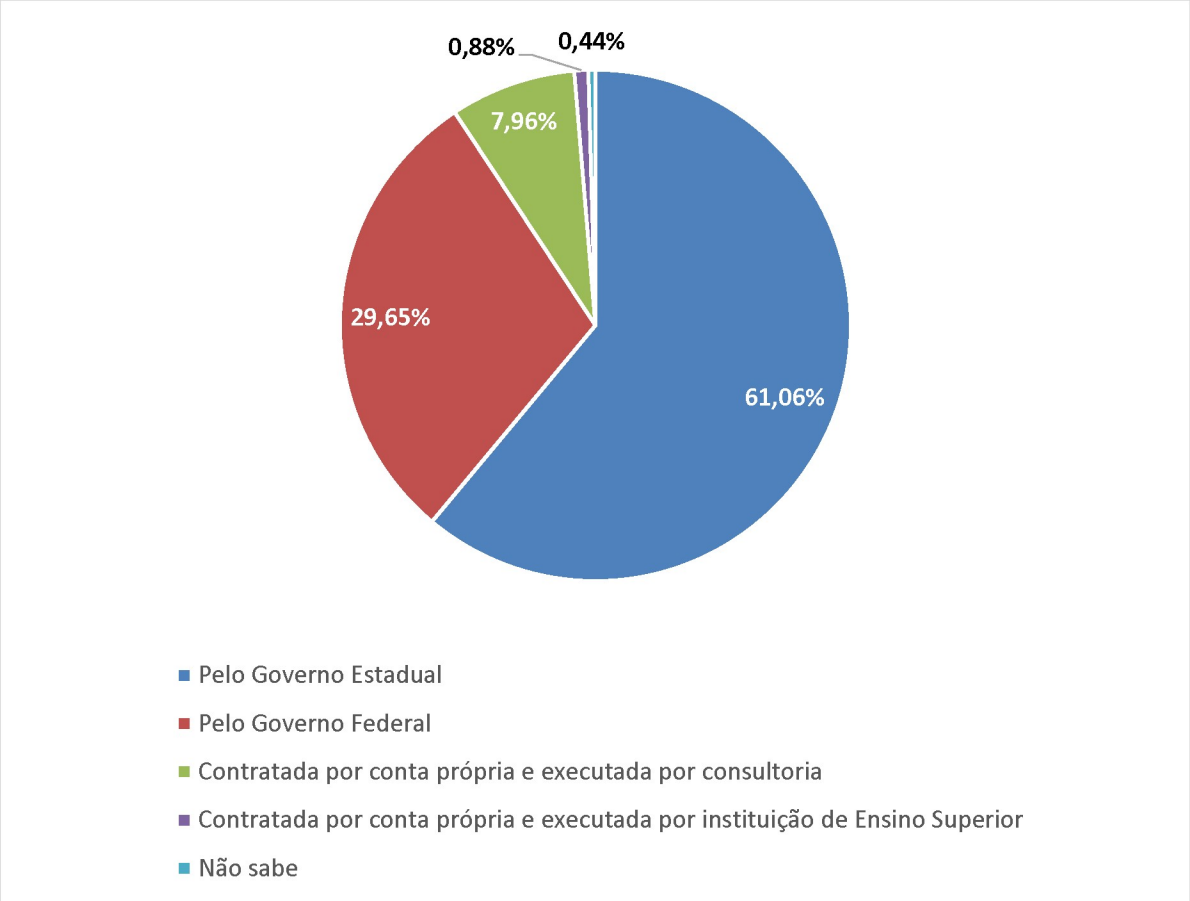
Gráfico 25. O(A) gestor(a) municipal ou algum(a) profissional já participou de capacitação sobre a vigilância. Minas Gerais, 2021



Fonte: Elaboração própria com bases nos resultados da pesquisa realizada em parceria com DVS – SEDESE/MG

Aos municípios que afirmaram ter participado de capacitação sobre vigilância foi perguntado por quem a capacitação foi ofertada. A maioria, 61,06%, participou de capacitação ofertada pelo Governo Estadual; 29,65% participaram de capacitação ofertada pelo Governo Federal e uma menor proporção participou de capacitação ofertada por consultoria (7,96%) ou instituição de ensino superior (0,88%).

Gráfico 26. A capacitação sobre a vigilância foi ofertada por quem. Minas Gerais, 2021



Fonte: Elaboração própria com bases nos resultados da pesquisa realizada em parceria com DVS – SEDESE/MG

Por fim, os municípios foram convidados a elencar os três principais desafios à implementação e execução da vigilância no município. Novamente, era esperado que nessa questão a insuficiência de recursos financeiros aparecesse como um dos principais desafios, e 73,88% dos municípios apontou este como um dos principais desafios. Na sequência, o desafio mais citado foi a complexidade da estrutura organizacional da gestão (42,45%); seguido da dificuldade em contratar profissionais com perfil adequado (34,08%) e da baixa oferta de capacitações (33,47%). Os desafios menos citados foram ausência de apoio técnico (25,10%) e complexidade da realidade socioterritorial (16,12%).

Gráfico 27. Os principais desafios para implementação e execução da vigilância no município. Minas Gerais, 2021

Fonte: Elaboração própria com bases nos resultados da pesquisa realizada em parceria com DVS – SEDESE/MG

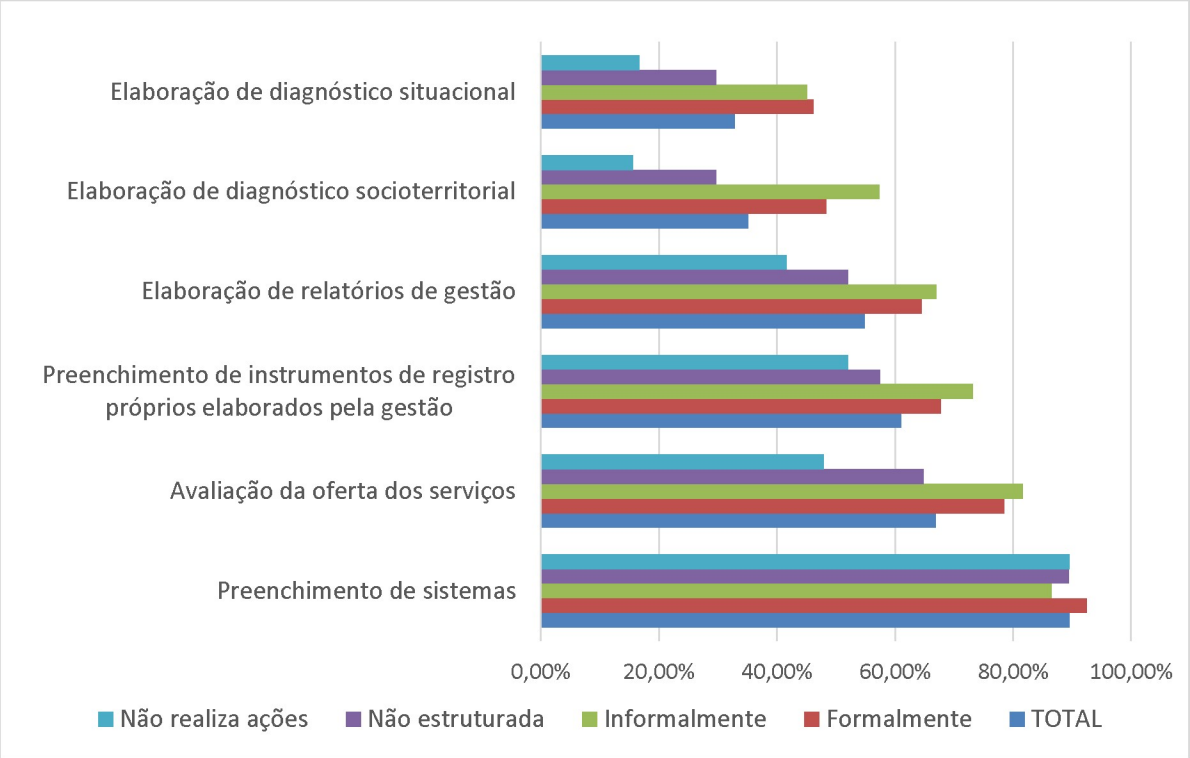
6.3 Análise dos Resultados

A partir das categorias elencadas com a análise das práticas premiadas na Mostra de Vigilância Socioassistencial: coleta e registro de informação; análise e utilização de dados para planejamento, monitoramento e avaliação das ações; e integração entre os atores da rede socioassistencial no que diz respeito à troca de informações e planejamento de ações integradas; pode-se então analisar quais aspectos afetam mais ou menos a atuação dos municípios nestas categorias. A estruturação da vigilância é um dos aspectos que pode afetar grandemente a atuação dos municípios.

Analisando, portanto, as ações mais ligadas à VS realizadas pelos municípios de acordo com sua estruturação, percebe-se uma correlação entre o nível de estruturação e o número de ações realizadas. Há uma maior proporção de municípios com a vigilância estruturada formalmente ou informalmente que realizam cada uma

das ações, a única exceção é a ação de preenchimento de sistemas, com frequência próxima em todos os níveis de estruturação.

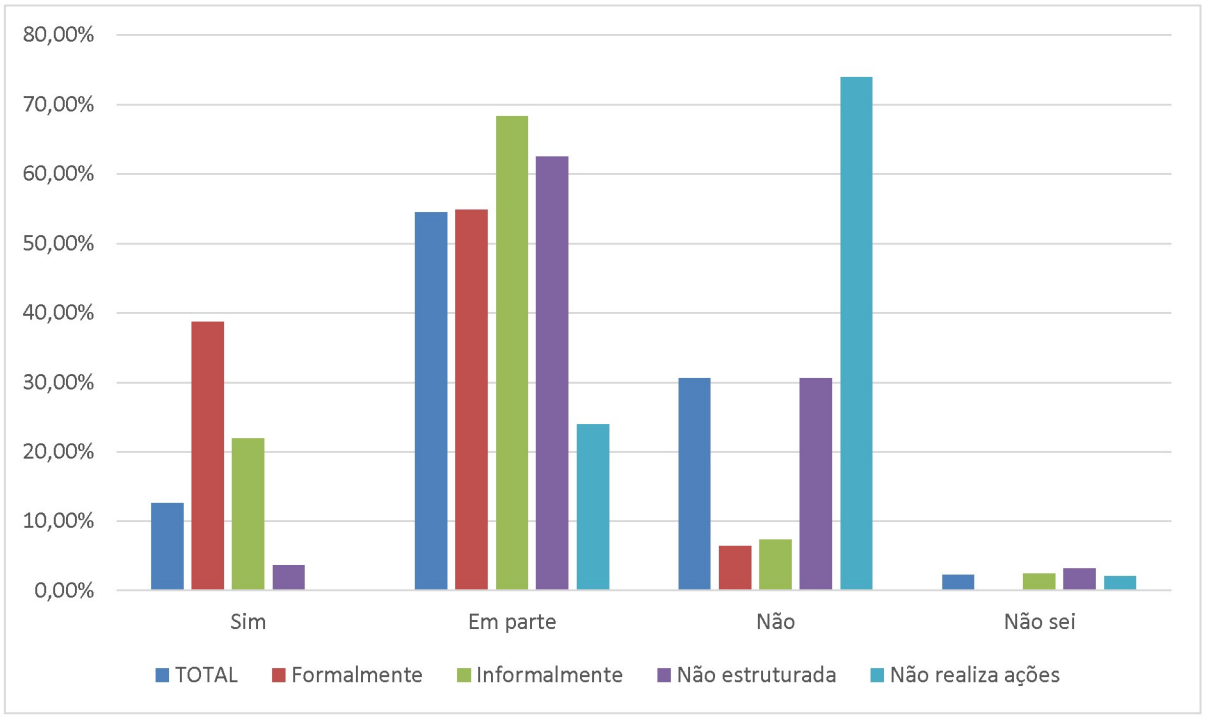
Gráfico 28. Ações realizadas pelos municípios de acordo com como a vigilância socioassistencial está estruturada no órgão. Minas Gerais, 2021



Fonte: Elaboração própria com bases nos resultados da pesquisa realizada em parceria com DVS – SEDESE/MG

Os municípios com menor estruturação da vigilância, aqueles que a disseram não estruturada ou que não realizam ações, tiveram uma maior proporção de respostas negativas quando perguntados sobre se têm atuação efetiva da VS. Entre os municípios que possuem a vigilância estruturada formalmente, há uma maior proporção de respostas positivas na mesma questão.

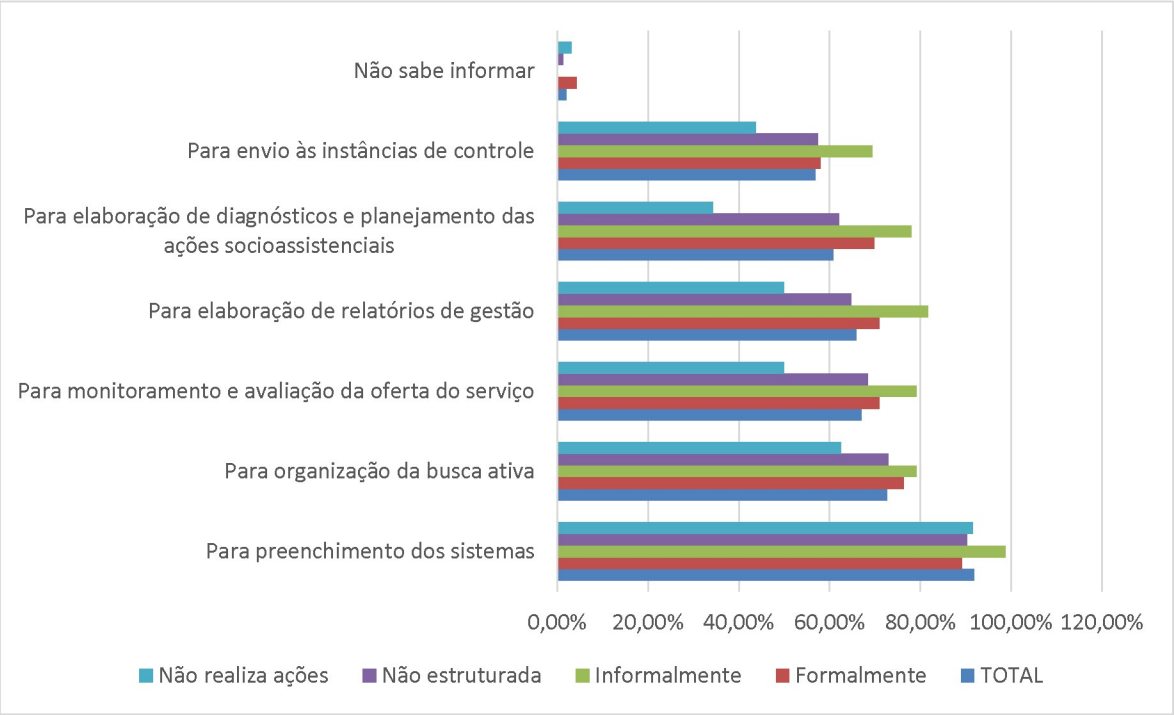
Gráfico 29. Efetividade da atuação da vigilância socioassistencial nos municípios mineiros de acordo com como está estruturada no órgão. Minas Gerais, 2021



Fonte: Elaboração própria com bases nos resultados da pesquisa realizada em parceria com DVS – SEDESE/MG

Igualmente, é possível perceber uma tendência de que os municípios que possuem a vigilância estruturada formal ou informalmente no órgão utilizem os dados produzidos em um maior número de ações, escusando o preenchimento de sistemas, mais uma vez atividade com proporção equilibrada de municípios que utilizam dados para esse fim. Pode-se notar um possível fim em si mesmo na produção dos dados naqueles municípios sem estruturação da vigilância, uma vez que os dados são mais utilizados para o registro deles, e com menos frequência para elaboração de relatórios e diagnósticos, e para monitoramento e avaliação dos serviços.

Gráfico 30. Como são utilizados os dados coletados nos municípios mineiros de acordo com como está estruturada no órgão. Minas Gerais, 2021



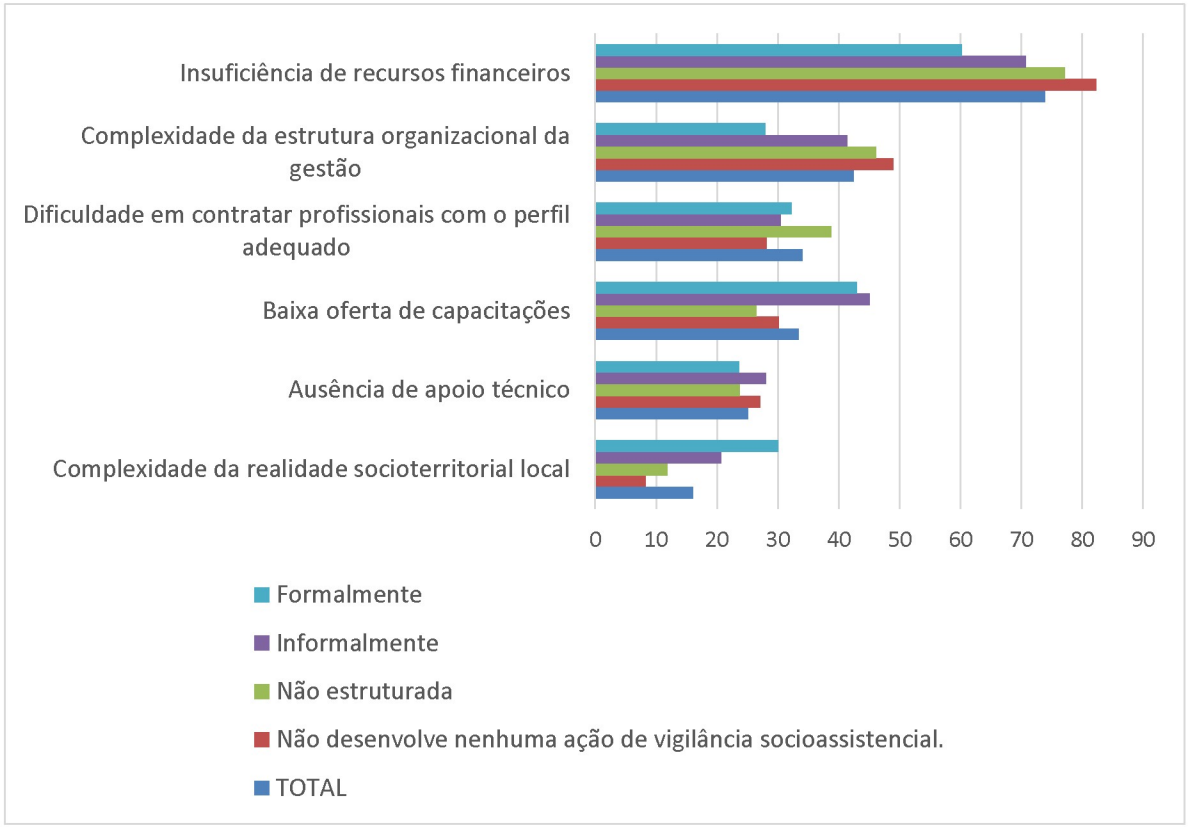
Fonte: Elaboração própria com bases nos resultados da pesquisa realizada em parceria com DVS – SEDESE/MG

Nota-se, portanto, uma possível tendência de realizar mais ações da vigilância, ter uma atuação mais efetiva e utilizar os dados para mais fins, estando a área na estrutura formal do órgão gestor da assistência, ou presente de maneira informal, possuindo equipe ou pelo menos um técnico responsável pela área. Considerando isso, percebe-se um mau direcionamento das metas postas pelo CNAS na Resolução Nº 18, de 15 de julho De 2013, visto que indica que os municípios tivessem a vigilância socioassistencial como uma das funções da subdivisão administrativa de Gestão do SUAS, e não necessariamente como uma subdivisão própria, e não há também indicação da importância de se ter pelo menos um técnico dedicado à função.

Os municípios com menor estruturação da VS apontaram, em maior proporção, a insuficiência financeira e a complexidade da estrutura organizacional da gestão entre os maiores desafios para a implementação, manutenção e execução da vigilância no município. Uma proporção inversa está nos municípios que citaram a complexidade

da realidade socioterritorial como um dos maiores desafios: mais frequentemente citada por municípios com a VS estruturada formal ou informalmente.

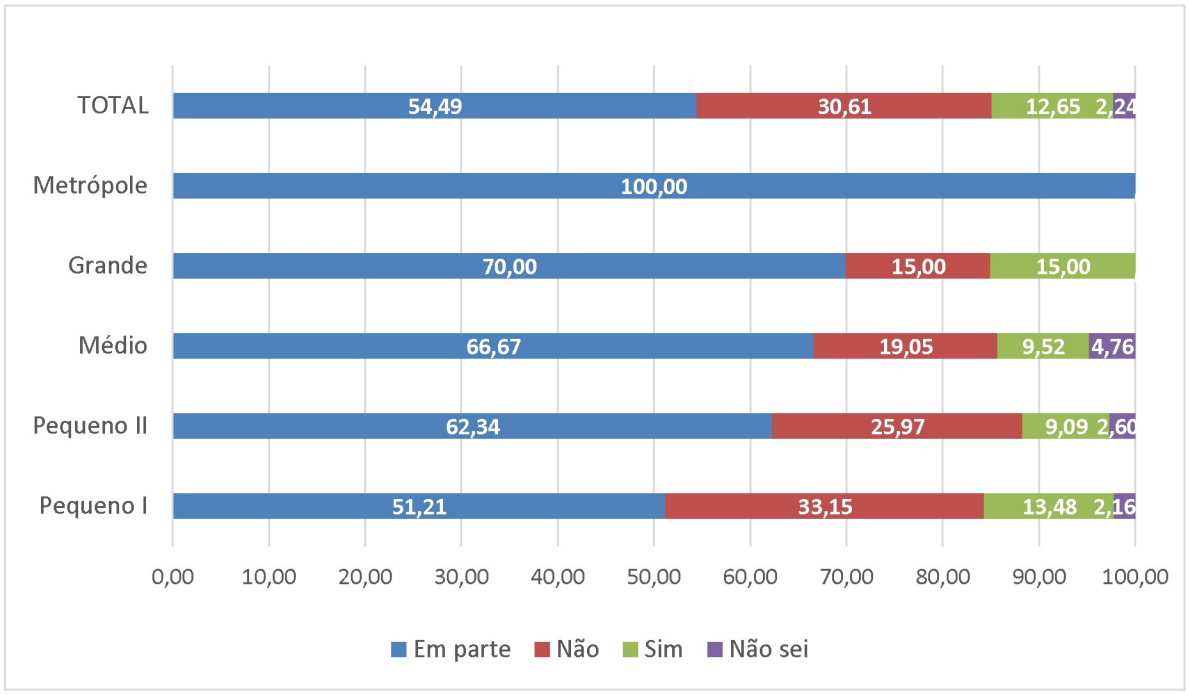
Gráfico 31. Maiores desafios para a implementação, manutenção e execução da vigilância socioassistencial nos municípios mineiros de acordo com a estruturação da área no município. Minas Gerais, 2021 (Porcentagem)



Fonte: Elaboração própria com bases nos resultados da pesquisa realizada em parceria com DVS – SEDESE/MG

Há que se considerar que o porte do município, de acordo com sua população, também afeta a atuação da Assistência Social, visto que altera o tamanho do grupo a ser atendido e muitas vezes o tamanho da equipe disponível para o trabalho, e até mesmo o volume de recursos disponíveis para a gestão municipal. Assim, uma análise por porte se faz necessária. Analisando a proporção de municípios de cada porte de acordo com como consideram a efetividade de sua atuação da VS, percebe-se uma relação inversa entre o porte e a proporção de municípios que dizem não ter uma atuação efetiva.

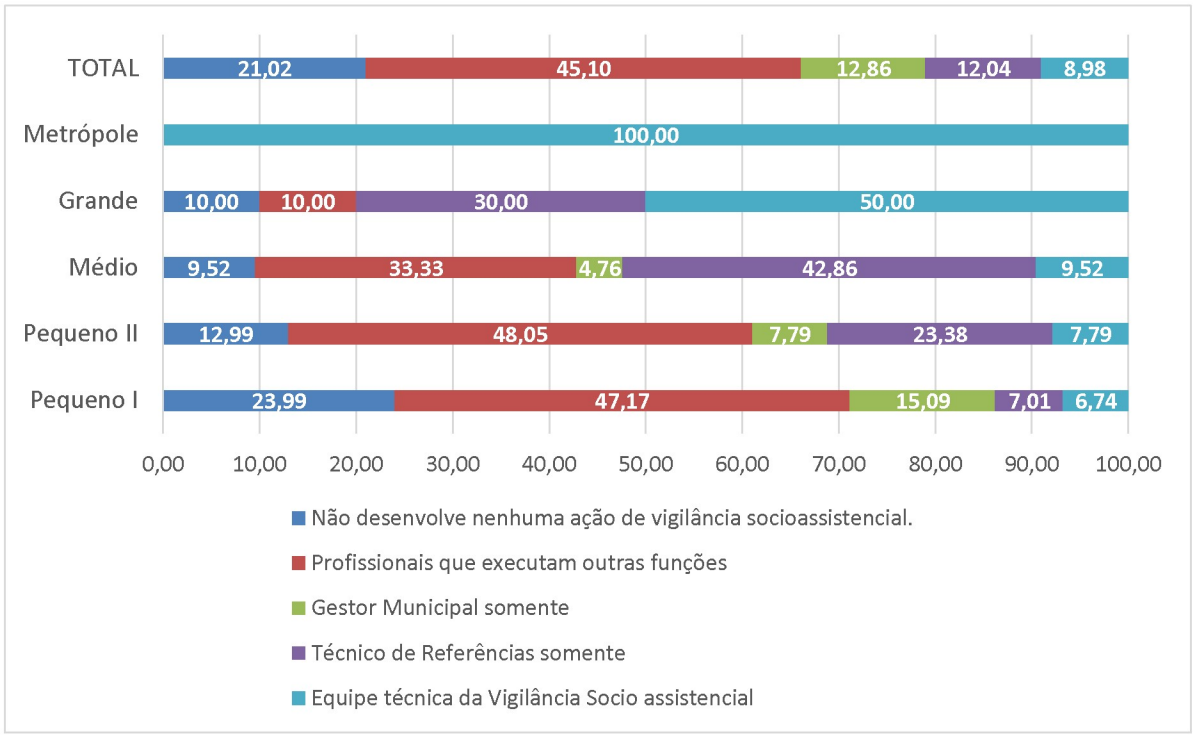
Gráfico 32. Efetividade da atuação da vigilância socioassistencial nos municípios mineiros de acordo com seu porte. Minas Gerais, 2021 (Porcentagem)



Fonte: Elaboração própria com bases nos resultados da pesquisa realizada em parceria com DVS – SEDESE/MG

Entre os fatores que afetam a efetividade da atuação está quem executa a política, principalmente considerando se há ou não equipe destinada a vigilância. Nos municípios de menor porte há uma menor proporção daqueles que contam com uma equipe destinada à vigilância: 50% dos municípios de porte grande possuem equipe, porém, entre os de porte médio, apenas 9,52% o possuem, a proporção é ainda menor nos portes pequeno II (7,79%) e pequeno I (6,74%). A proporção de municípios nos quais quem realiza as ações da vigilância é um técnico de referência também é menor nos portes Pequeno II (23,38%) e Pequeno I (7,01%), do que nos municípios grandes (30%) e médios (42,86%). A proporção de municípios nos quais a vigilância é função de funcionários que também realizam outras funções é maior nos municípios pequenos II (48,05%) e pequenos I (47,17%); do que nos municípios médios (33,33%) e grandes (10%).

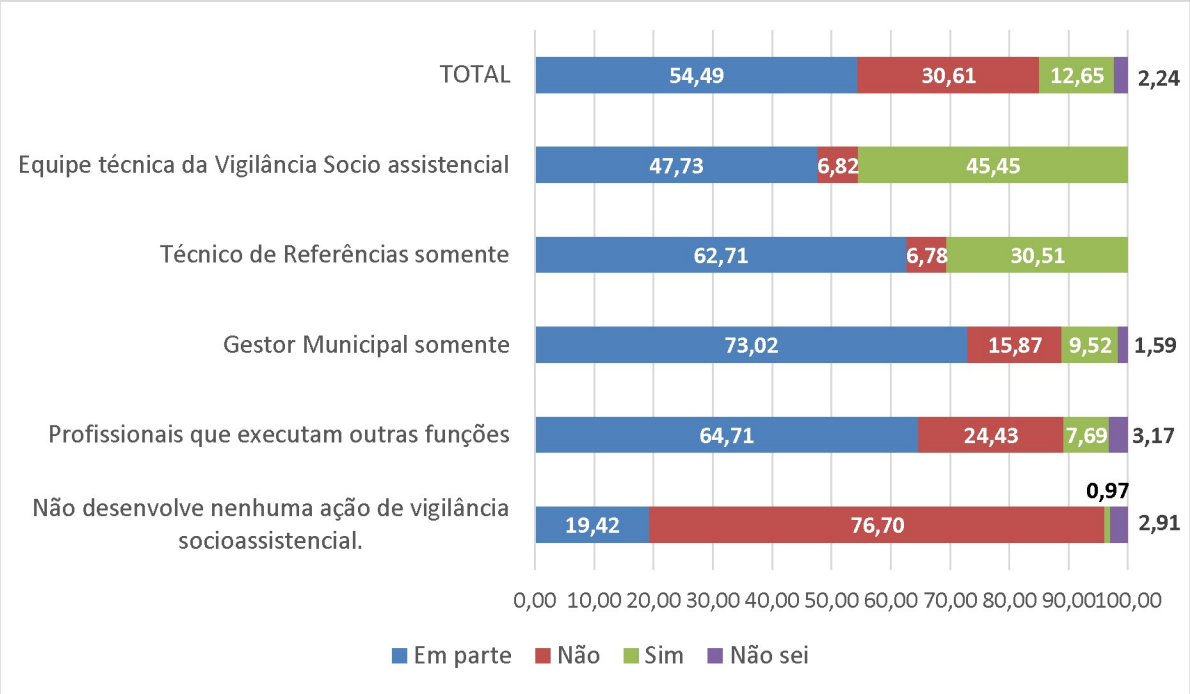
Gráfico 33. Quem executa as ações da vigilância socioassistencial nos municípios mineiros de acordo com seu porte. Minas Gerais, 2021 (Porcentagem)



Fonte: Elaboração própria com bases nos resultados da pesquisa realizada em parceria com DVS – SEDESE/MG

Cabe, então, uma análise do quanto quem executa a vigilância afeta a efetividade desta atuação. Entre os municípios com uma equipe técnica destinada à VS e naqueles em que há um técnico de referência, há uma maior proporção dos que dizem ter uma atuação efetiva da área (45,45% e 30,51%, respectivamente); a proporção diminui nos demais: nos que quem executa é o gestor municipal a proporção com atuação efetiva é 9,52% e naqueles que a função é compartilhada com profissionais que executam outras funções, 7,69%. De maneira contrária está a proporção dos municípios que avaliam sua atuação na vigilância socioassistencial como inefetiva: maior nos municípios que a função é compartilhada com profissionais que executam outras funções (24,43%) e nos que quem executa é o gestor municipal (15,87%); e menor nos que possuem um técnico de referência (6,78%) e nos que contam com uma equipe técnica destina à VS (6,82%).

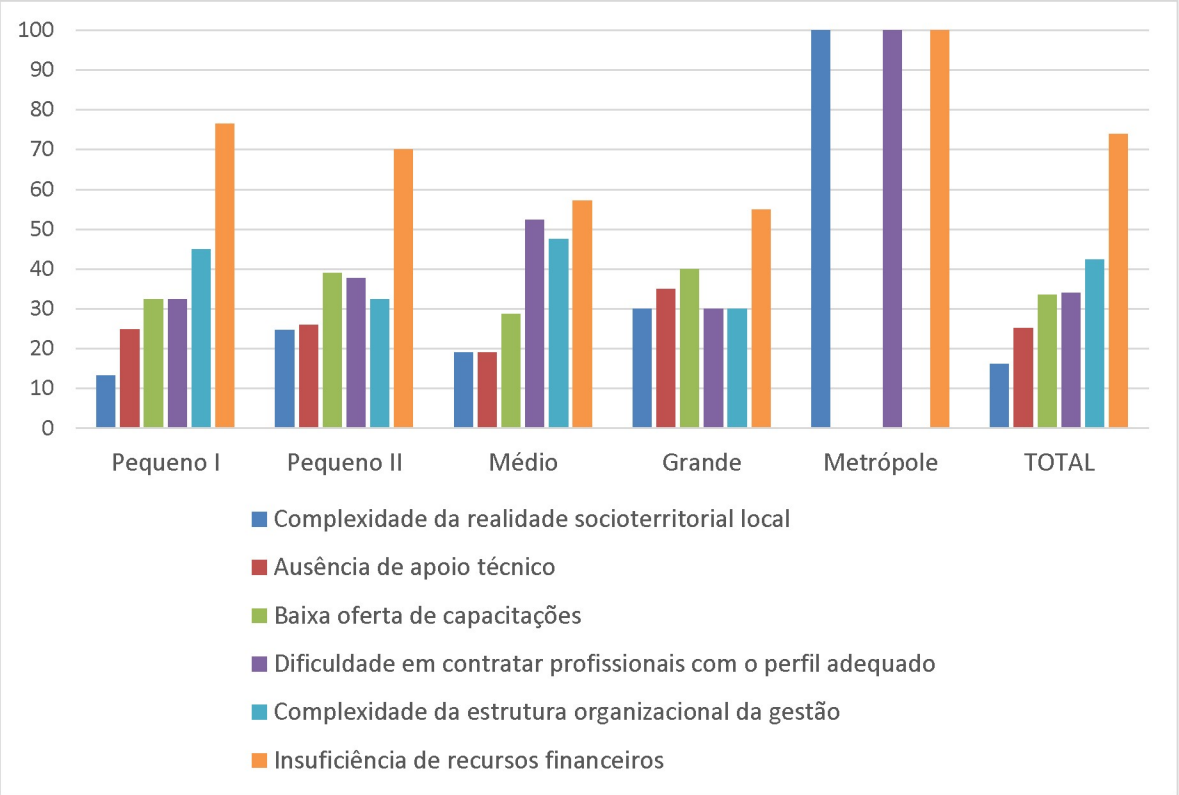
Gráfico 34. Efetividade da atuação da vigilância socioassistencial de acordo com quem executa as ações da função nos municípios mineiros. Minas Gerais, 2021 (Porcentagem)



Fonte: Elaboração própria com bases nos resultados da pesquisa realizada em parceria com DVS – SEDESE/MG

A insuficiência de recursos financeiros aparece como um dos maiores desafios para o município implementar, manter e executar a VS em uma maior proporção de municípios Pequenos I (76,55%) e II (70,13%), a proporção é menor nos portes: Médio (57,14%) e Grande (55%); independente do porte, é o desafio mais citado entre os municípios. Além da insuficiência de recursos financeiros, nenhum outro desafio apresentou uma relação direta entre o porte e a proporção de municípios que o citaram.

Gráfico 35. Maiores desafios para a implementação, manutenção e execução da vigilância socioassistencial nos municípios mineiros de acordo com seu porte. Minas Gerais, 2021 (Porcentagem)



Fonte: Elaboração própria com bases nos resultados da pesquisa realizada em parceria com DVS – SEDESE/MG

Os recursos destinados à Assistência Social vêm, em maior volume, do Governo Federal, por meio de desembolsos para programas ou ações dos municípios. Considerando que os anos de 2020 e 2021 foram anos atípicos, por causa da pandemia de COVID-19, inclusive no que se trata dos recursos financeiros repassados e dispostos pelo governo em todos os seus âmbitos, opta-se, aqui, por analisar o desembolso financeiro de 2019 pelo Governo Federal, através do Ministério da Cidadania, aos municípios mineiros. Em 2019, a média de recursos financeiros recebidos pelos municípios foi diretamente proporcional ao seu porte; quanto menor o porte, menos recurso recebido em média; com exceção do porte Grande, que recebeu em média mais recursos que o porte Metrópole. No entanto, ao se analisar o valor *per capita,* essa relação fica invertida, sendo maior o valor recebido por pessoa nos municípios de menor porte, o que poderia demonstrar uma insuficiência de

recursos maior nos municípios de maior porte. No entanto, utilizando o número de famílias cadastradas no CadÚnico, em 2019, como uma *proxy* para o número de usuários da política de Assistência Social, há um menor valor por família nos municípios de porte menor, informação que vai de acordo com a resposta que identifica a insuficiência de recursos como um dos maiores desafios para os municípios desse porte.

Tabela 5. Recursos Federais Desembolsados por municípios mineiros de acordo com o seu porte. Minas Gerais 2019.

Porte	Número de Municípios	Valor do Desembolso (R$1000)	Média (R$1000)	População IBGE - 2010	Valor *per capita* (R$)	Famílias cadastradas no CadÚnico 2020	Valor por Família CadÚnico (R$)
Pequeno I	675	70.671,67	104,70	5.145.017	13,74	961.727	73,48
Pequeno II	112	28.610,08	255,45	3.300.894	8,67	384.245	74,46
Médio	37	14.502,93	391,97	2.642.693	5,49	92.810	156,26
Grande	28	27.399,87	978,57	6.133.262	4,47	156.500	175,08
Metrópole	1	721,50	721,50	4.750.302	0,15	2.203	327,51

Fonte: Elaboração própria com bases na tabela de Desembolso de 2017 a 2019 Por Bloco e Município de MG – Ministério da Cidadania

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação do Estado brasileiro trouxe características específicas em como os Direitos Sociais foram positivados e em como são efetivados à população. Percebe-se que essa garantia ainda é superficial, e sujeita às movimentações políticas. A partir daí tem-se a importância de um fortalecimento da política de Assistência Social, como uma das responsáveis pela garantia de direitos sociais, principalmente no que se diz a seu adequado planejamento, monitoramento e avaliação. A função de vigilância socioassistencial, responsável por produzir dados territorializados sobre as vulnerabilidades sociais e sobre a oferta e qualidade das ações realizadas, apresenta-se como um instrumento para o fortalecimento da política como um todo.

A partir dos dados coletados e analisados, observou-se que a vigilância socioassitencial ainda é uma função pouco estruturada nos municípios mineiros; a maioria dos municípios não possui a área em sua estrutura formal, e não conta com técnico de referência ou equipe destinada à VS. Além disso, apenas uma pequena parcela dos municípios considera ter uma atuação efetiva da vigilância, e não considera suficientes os recursos humanos, financeiros e estruturais para implementar, manter e executar a função.

Entre os principais fatores estruturantes da vigilância foram identificados a importância de métodos efetivos de coleta e análise de dados, bem como sua utilização para a elaboração de diagnósticos, relatórios e como insumo para o planejamento das ações. No entanto, percebe-se que as informações são coletadas apenas para serem registradas, e são registradas apenas para seu controle e organização; são poucos os municípios que consideram seu ciclo informacional efetivo e funcional.

Além disso, compreende-se que há um mau direcionamento da política quanto ao modo como deve estar estruturada a vigilância socioassistencial no município, uma vez que, embora a função seja obrigatória, não há orientação quanto a importância de se ter pelo menos um profissional responsável por executá-la, acabando essa por ficar como obrigação secundária de profissionais focados em outras funções. Esta ausência de profissionais exclusivos para a função demonstrou ser um dos geradores de fragilidade e atuação menos efetiva da mesma. Nos municípios de menor porte a

situação é piorada, visto que nestes há uma menor proporção de municípios com a VS estruturada ou com equipe para essa função, e nesses, também, há uma maior proporção de municípios que considera sua atuação inefetiva.

Pode se perceber a necessidade, para uma atuação efetiva da vigilância, de que o registro e coleta de informações não seja um fim em si mesmo, e que de fato sejam utilizadas para no planejamento, monitoramento e avaliação da política de Assistência Social. Além disso, percebe-se a importância de estabelecer instrumentos e métodos de registro e coleta de dados que produzam informações úteis, claras e significativas. Por fim, a vigilância não pode ser uma área isolada, afastada das demais, nem mesmo atuar como uma instância de controle, do que é realizado, mas como parte integrante da execução, do monitoramento, e principalmente da avaliação e planejamento.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Ângela Santana do. A Categoria Sociedade Civil na Tradição Liberal e Marxista. In: MOTA, Ana Elisabete (Org.) **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2008.

BARRETO, Ricardo Candeá; SANTOS, Eli Izidro dos; CARVALHO, Ícaro Célio Santos de. Pobreza Multidimensional Em Itabuna, Bahia: Aspectos Teóricos E Empíricos. **Revista de Gestão Pública:** Práticas e desafios. v. 10, n. 2. 2018

BENEVIDES, Marina Gruska; SOUSA, Osvaldete Santos. O serviço de vigilância socioassistencial no município de Itapipoca – Ceará. **Conhecer: debate entre o público e o privado.** Ceará. v. 05 n. 15. 2015

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. tradução Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. — Nova ed. — Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. — 7ª reimpressão.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

BRASIL Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Censo SUAS 2019.** Brasília. 2019

BRASIL Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Orientações Técnicas de Vigilância Socioassistencial**. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional De Assistência Social. **Resolução nº 18, de 15 de julho de 2013**. Dispõe acerca das prioridades e metas específicas para a gestão municipal do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, para o quadriênio 2014-2017, pactuadas pela Comissão Intergestores Tripartite – CIT. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/Pacto%20Aprimoramento%20SUAS%20G%20Municipios%20-%20cnas-2013-018-15-07-2013.pdf>

BRASIL**. Constituição Federal da República.** 1988

BRASIL. **Decreto nº 7.334, de 19 de outubro de 2010**. Institui o Censo do Sistema Único de Assistência Social - Censo SUAS, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7334.htm>

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **CapacitaSuas Volume 2:** Desafios da Gestão do SUAS nos Municípios e Estados / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2008, 120 p

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Estudos do Curso de Indicadores para Diagnóstico do SUAS e do Plano Brasil sem Miséria**. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, DF: MDS, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012**. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. Brasília, DF, 12 dez. 2012.

COLUSSI, Luiz Antônio. **Direito, Estado e Regulação Social**: O papel do Contrato de Trabalho numa sociedade em transformação. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito da Área das Ciências Jurídicas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo. 2007

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 245-262, Minas Gerais. julho/ 2002

DATIVO, Simone Barreto. **Vigilância socioassistencial:** instrumentos normativos legais e a implementação no processo de materialização do suas. 2016. (149 f.). Dissertação (Pós-graduação em Serviço Social – PROSS, Mestrado) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão. 2017.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política (Pobreza humana)**. 2008. Disponível em: <http://www.fundacaosintaf.org.br/arquivos/File/Pobreza%20Poltica%20-%20Pedro%20Demo.pdf. > Acesso em: 20/11/2021

DIEESE - Departamento Intersindical De Estatística E Estudos Econômicos. **Boletim de Conjuntura**. N. 19 – Junho/Julho de 2021. São Paulo – SP. 2021

Ferreira, Sílvia. "Regulação Social". **Dicionário Alice.** Publicado em: 27/05/19. Disponível em: <https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id_lingua=1&entry=24520. ISBN: 978-989-8847-08-9>. 2019. Acesso em: 04/08/2021

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Diretoria de Estatística e Informações. **Vulnerabilidade e condições de vida no Brasil e em Minas Gerais:** o que revelam a Pesquisa por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) e o Cadastro Único 2016 e 2017. – Belo Horizonte: FJP, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

GOZZI, Gustavo. Estado Contemporâneo. In: BOBBIO, Norberto (org) **Dicionário de política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 9ª ed., 1997. Vol 2: 656p.

IANDOLI, Rafael. **Mundo produz comida suficiente, mas fome ainda é uma realidade.** Nexo Jornal. 02 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2016/09/02/Mundo-produz-comida-suficiente-mas-fome-ainda-%C3%A9-uma-realidade> Acesso em: 28/06/202

LAM, David. How the World survived the population Bomb: Lesson from 50 years of extraordinary demographic history. **Demography** vol. 48,4 (2011): 1231-62. doi:10.1007/s13524-011-0070-z. 2011.

MARANHÃO, Cézar Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, Ana Elisabete (Org.) **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade.** 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINELLI, Tiago; SANTOS, Simone Ritta dos; SILVA, Marta Borba. **Vigilância socioassistencial na política de assistência social: concepção e operacionalidade.** Florianópolis. 2015

MATTEUCCI, Nicola. Liberalismo. In: BOBBIO, Norberto (org) **Dicionário de política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 9ª ed., 1997. Vol 2: 656p.

MEDEIROS, Juliana. **O Censo SUAS para a Política de Assistência Social**. 24 de fevereiro de 2021. Disponível em: < https://www.gesuas.com.br/blog/censo-suas/> Acesso em: 11/08/2021

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. **Apresentação do CENSO SUAS**. 2018.

MOTA, Ana Elisabete Questão social e serviço social: um debate necessário In: MOTA, Ana Elisabete (Org.) **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade.** 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Regulação das políticas educacionais na américa latina e suas consequências para os trabalhadores docentes.** Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 753-775, Especial - Out. 2005

PEREIRA, Maria Lucimar; ZAMBON, Rodrigo Eduardo. **Fundamentos das políticas sociais e políticas sociais**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017. 168 p

REGONINI, Gloria. Estado do Bem-estar In: BOBBIO, Norberto (org) **Dicionário de política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 9ª ed., 1997. Vol 2: 656p.

SALVADOR, Evilásio da Silva. **Fundo público no Brasil:** Financiamento e destino dos recursos da seguridade social (2000 a 2007). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do Título de Doutor em Política Social. Brasília-DF, dezembro de 2008.

Santana Júnior, Gildásio **A economia solidária em face da dinâmica da acumulação capitalista: da subordinação a um novo modo de regulação social?** 2007. 255 p. Orientador: Profº. Drº. Genauto Carvalho de França Filho. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. As tensões da modernidade. **Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea** – UFRJ. 2005

SITCOVSKY, Marcelo. Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil. In: MOTA, Ana Elisabete (Org.) **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade.** 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2008.

SPOSATI, Aldaíza Oliveira. **Regulação social tardia:** característica das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênios. In: Fórum Social Mundial de Porto Alegre, fevereiro. 2002. Porto Alegre: Intervenção Social, Ed. 27, 2003. P. 63-88

SPOSATI, Aldaíza. Assistência Social: De Ação Individual A Direito Social**. Revista Brasileira de Direito Constitucional** – RBDC n. 10 – jul./dez. 2007

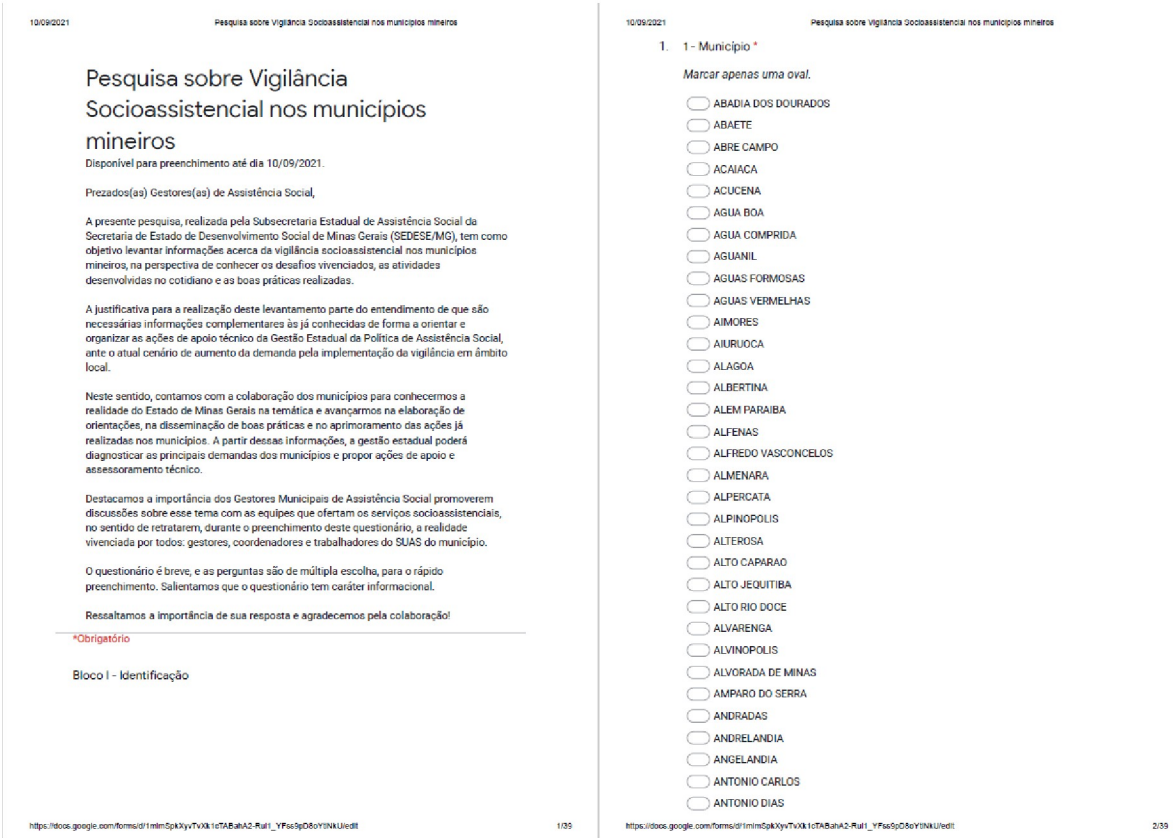
SPOSATI, Aldaíza. Modelo Brasileiro de Proteção Social Não Contributiva: Concepções Fundantes. In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Concepção e gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil**. MDS/UNESCO, 2009 423.p

APÊNDICES

Apêndice A - Formulário Pesquisa de Vigilância Socioassistencial

Formulário eletrônico, elaborado em conjunto com a DVS, e disponibilizado por meio do *Google Forms* a todos os municípios mineiros, sobre a operacionalização da Vigilância Socioassistencial nos municípios.

Figura 1. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 1-2)



10/09/2021 Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial nos municípios mineiros

Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial nos municípios mineiros

Disponível para preenchimento até dia 10/09/2021.

Prezados(as) Gestores(as) de Assistência Social,

A presente pesquisa, realizada pela Subsecretaria Estadual de Assistência Social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (SEDESE/MG), tem como objetivo levantar informações acerca da vigilância socioassistencial nos municípios mineiros, na perspectiva de conhecer os desafios vivenciados, as atividades desenvolvidas no cotidiano e as boas práticas realizadas.

A justificativa para a realização deste levantamento parte do entendimento de que são necessárias informações complementares às já conhecidas de forma a orientar e organizar as ações de apoio técnico da Gestão Estadual da Política de Assistência Social, ante o atual cenário de aumento da demanda pela implementação da vigilância em âmbito local.

Neste sentido, contamos com a colaboração dos municípios para conhecermos a realidade do Estado de Minas Gerais na temática e avançarmos na elaboração de orientações, na disseminação de boas práticas e no aprimoramento das ações já realizadas nos municípios. A partir dessas informações, a gestão estadual poderá diagnosticar as principais demandas dos municípios e propor ações de apoio e assessoramento técnico.

Destacamos a importância dos Gestores Municipais de Assistência Social promoverem discussões sobre esse tema com as equipes que ofertam os serviços socioassistenciais, no sentido de retratarem, durante o preenchimento deste questionário, a realidade vivenciada por todos: gestores, coordenadores e trabalhadores do SUAS do município.

O questionário é breve, e as perguntas são de múltipla escolha, para o rápido preenchimento. Salientamos que o questionário tem caráter informacional.

Ressaltamos a importância de sua resposta e agradecemos pela colaboração!

*Obrigatório

Bloco I - Identificação

https://docs.google.com/forms/d/1mlmSpkXyvTvXk1cTABahA2-Rul1_YFss9pD8oYtNkUI/edit 1/39

10/09/2021 Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial nos municípios mineiros

1. 1 - Município *

Marcar apenas uma oval.

- ABADIA DOS DOURADOS
- ABAETE
- ABRE CAMPO
- ACAIACA
- ACUCENA
- AGUA BOA
- AGUA COMPRIDA
- AGUANIL
- AGUAS FORMOSAS
- AGUAS VERMELHAS
- AIMORES
- AIURUOCA
- ALAGOA
- ALBERTINA
- ALEM PARAIBA
- ALFENAS
- ALFREDO VASCONCELOS
- ALMENARA
- ALPERCATA
- ALPINOPOLIS
- ALTEROSA
- ALTO CAPARAO
- ALTO JEQUITIBA
- ALTO RIO DOCE
- ALVARENGA
- ALVINOPOLIS
- ALVORADA DE MINAS
- AMPARO DO SERRA
- ANDRADAS
- ANDRELANDIA
- ANGELANDIA
- ANTONIO CARLOS
- ANTONIO DIAS

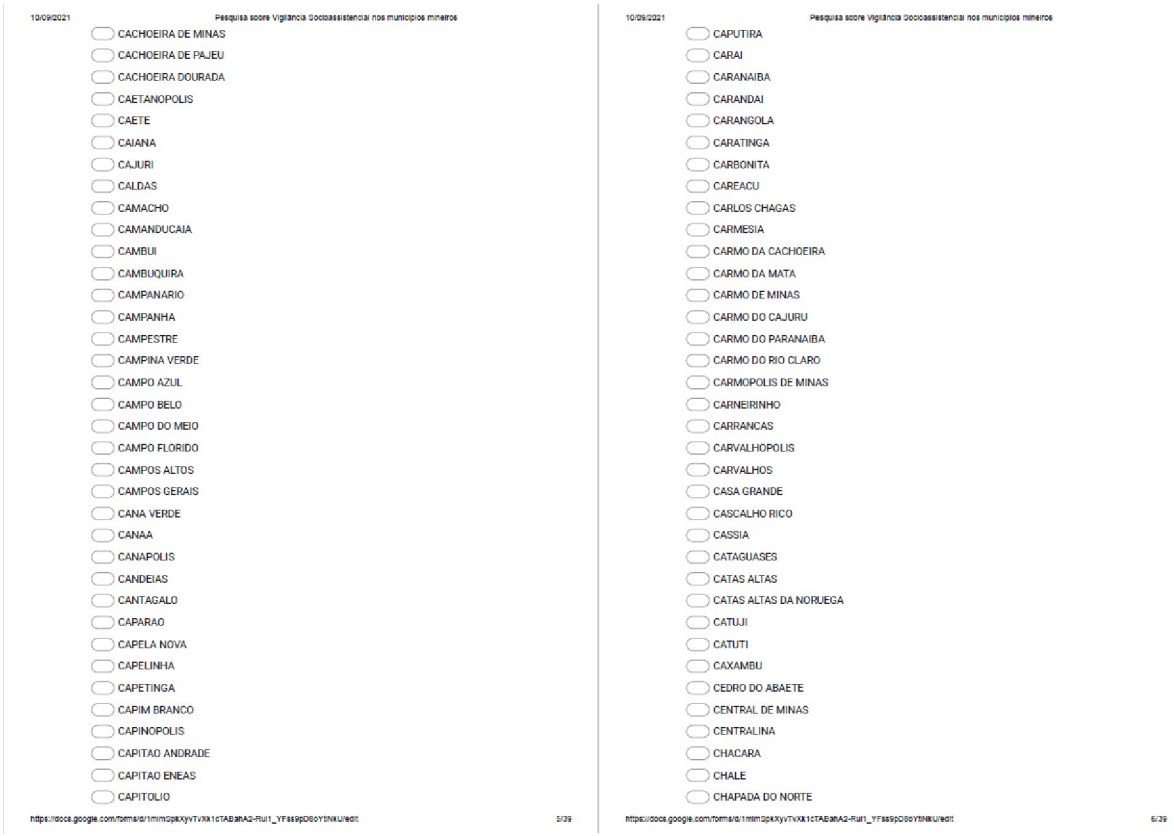
https://docs.google.com/forms/d/1mlmSpkXyvTvXk1cTABahA2-Rul1_YFss9pD8oYtNkUI/edit 2/39

Fonte: Elaboração própria em parceria com a DVS- SEDESE/MG por meio do *Google Forms*. 2021

Figura 2. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 3-4)

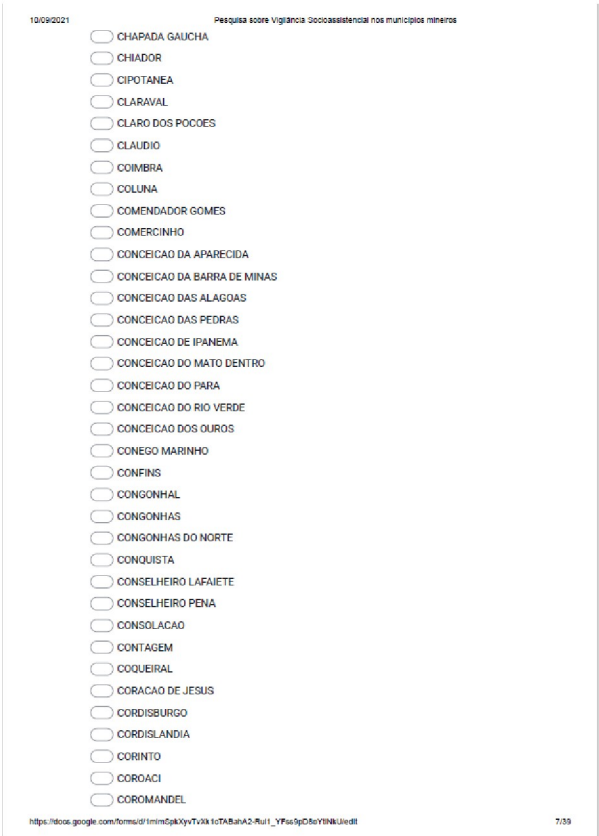
Fonte: Elaboração própria em parceria com a DVS- SEDESE/MG por meio do *Google Forms*. 2021

Figura 3. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 5-6)



Fonte: Elaboração própria em parceria com a DVS- SEDESE/MG por meio do *Google Forms*. 2021

Figura 4. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 7-8)


10/09/2021 Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial nos municípios mineiros

- CHAPADA GAUCHA
- CHIADOR
- CIPOTANEA
- CLARAVAL
- CLARO DOS POCOES
- CLAUDIO
- COIMBRA
- COLUNA
- COMENDADOR GOMES
- COMERCINHO
- CONCEICAO DA APARECIDA
- CONCEICAO DA BARRA DE MINAS
- CONCEICAO DAS ALAGOAS
- CONCEICAO DAS PEDRAS
- CONCEICAO DE IPANEMA
- CONCEICAO DO MATO DENTRO
- CONCEICAO DO PARA
- CONCEICAO DO RIO VERDE
- CONCEICAO DOS OUROS
- CONEGO MARINHO
- CONFINS
- CONGONHAL
- CONGONHAS
- CONGONHAS DO NORTE
- CONQUISTA
- CONSELHEIRO LAFAIETE
- CONSELHEIRO PENA
- CONSOLACAO
- CONTAGEM
- COQUEIRAL
- CORACAO DE JESUS
- CORDISBURGO
- CORDISLANDIA
- CORINTO
- COROACI
- COROMANDEL

https://docs.google.com/forms/d/1mimSpkXyvTvXk1cTABahA2-Rul1_YFss9pD8oYlINkUiedit 7/39

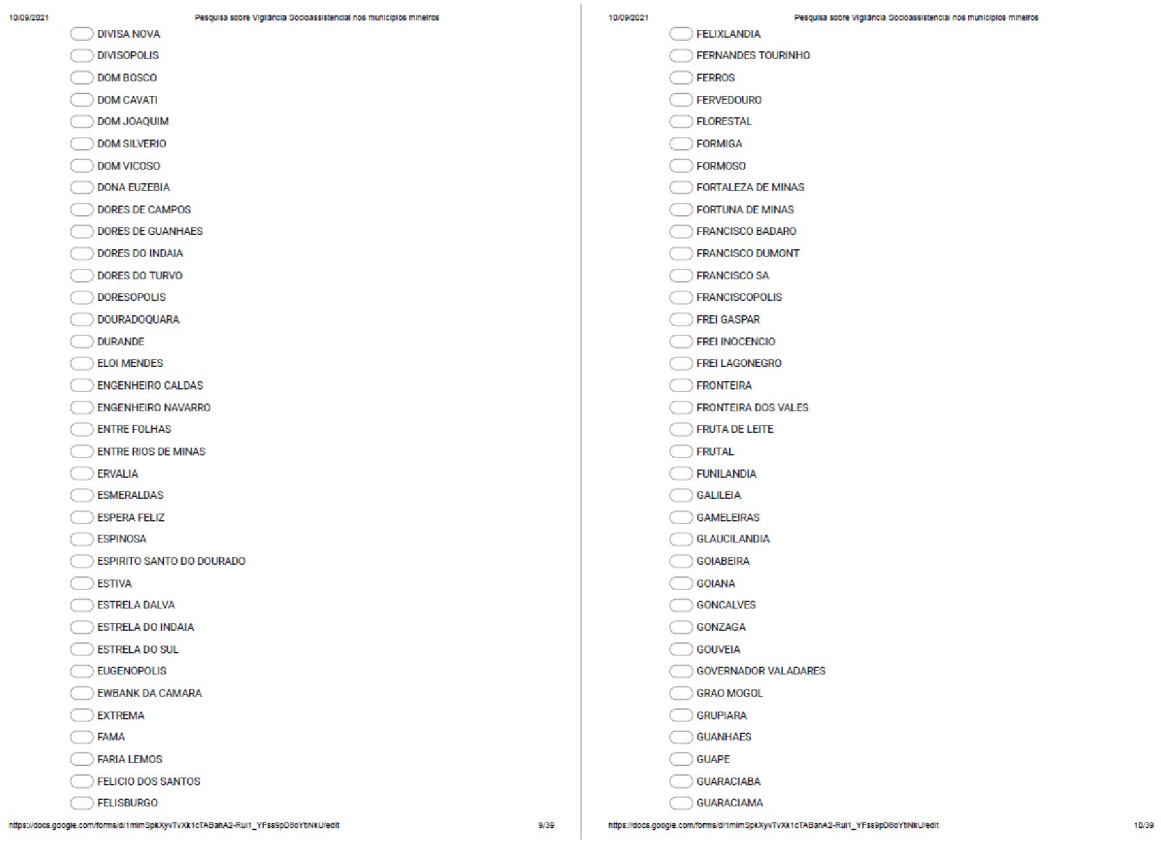
10/09/2021 Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial nos municípios mineiros

- CORONEL FABRICIANO
- CORONEL MURTA
- CORONEL PACHECO
- CORONEL XAVIER CHAVES
- CORREGO DANTA
- CORREGO DO BOM JESUS
- CORREGO FUNDO
- CORREGO NOVO
- COUTO DE MAGALHAES DE MINAS
- CRISOLITA
- CRISTAIS
- CRISTALIA
- CRISTIANO OTONI
- CRISTINA
- CRUCILANDIA
- CRUZEIRO DA FORTALEZA
- CRUZILIA
- CUPARAQUE
- CURRAL DE DENTRO
- CURVELO
- DATAS
- DELFIM MOREIRA
- DELFINOPOLIS
- DELTA
- DESCOBERTO
- DESTERRO DE ENTRE RIOS
- DESTERRO DO MELO
- DIAMANTINA
- DIOGO DE VASCONCELOS
- DIONISIO
- DIVINESIA
- DIVINO
- DIVINO DAS LARANJEIRAS
- DIVINOLANDIA DE MINAS
- DIVINOPOLIS
- DIVISA ALEGRE

https://docs.google.com/forms/d/1mimSpkXyvTvXk1cTABahA2-Rul1_YFss9pD8oYlINkUiedit 8/39

Fonte: Elaboração própria em parceria com a DVS- SEDESE/MG por meio do *Google Forms*. 2021

Figura 5. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 9-10)



10/09/2021 Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial nos municípios mineiros

- DIVISA NOVA
- DIVISOPOLIS
- DOM BOSCO
- DOM CAVATI
- DOM JOAQUIM
- DOM SILVERIO
- DOM VICOSO
- DONA EUZEBIA
- DORES DE CAMPOS
- DORES DE GUANHAES
- DORES DO INDAIA
- DORES DO TURVO
- DORESOPOLIS
- DOURADOQUARA
- DURANDE
- ELOI MENDES
- ENGENHEIRO CALDAS
- ENGENHEIRO NAVARRO
- ENTRE FOLHAS
- ENTRE RIOS DE MINAS
- ERVALIA
- ESMERALDAS
- ESPERA FELIZ
- ESPINOSA
- ESPIRITO SANTO DO DOURADO
- ESTIVA
- ESTRELA DALVA
- ESTRELA DO INDAIA
- ESTRELA DO SUL
- EUGENOPOLIS
- EWBANK DA CAMARA
- EXTREMA
- FAMA
- FARIA LEMOS
- FELICIO DOS SANTOS
- FELISBURGO

https://docs.google.com/forms/d/1mimSpkXyvTvXk1cTABahA2-Rui1_YFss9pD8oYtNkUI/edit 9/39

10/09/2021 Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial nos municípios mineiros

- FELIXLANDIA
- FERNANDES TOURINHO
- FERROS
- FERVEDOURO
- FLORESTAL
- FORMIGA
- FORMOSO
- FORTALEZA DE MINAS
- FORTUNA DE MINAS
- FRANCISCO BADARO
- FRANCISCO DUMONT
- FRANCISCO SA
- FRANCISCOPOLIS
- FREI GASPAR
- FREI INOCENCIO
- FREI LAGONEGRO
- FRONTEIRA
- FRONTEIRA DOS VALES
- FRUTA DE LEITE
- FRUTAL
- FUNILANDIA
- GALILEIA
- GAMELEIRAS
- GLAUCILANDIA
- GOIABEIRA
- GOIANA
- GONCALVES
- GONZAGA
- GOUVEIA
- GOVERNADOR VALADARES
- GRAO MOGOL
- GRUPIARA
- GUANHAES
- GUAPE
- GUARACIABA
- GUARACIAMA

https://docs.google.com/forms/d/1mimSpkXyvTvXk1cTABahA2-Rui1_YFss9pD8oYtNkUI/edit 10/39

Fonte: Elaboração própria em parceria com a DVS- SEDESE/MG por meio do *Google Forms*. 2021

Figura 6. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 11-12)

Fonte: Elaboração própria em parceria com a DVS- SEDESE/MG por meio do *Google Forms*. 2021

Figura 7. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 13-14)

10/09/2021 Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial nos municípios mineiros

- JACUTINGA
- JAGUARACU
- JAIBA
- JAMPRUCA
- JANAUBA
- JANUARIA
- JAPARAIBA
- JAPONVAR
- JECEABA
- JENIPAPO DE MINAS
- JEQUERI
- JEQUITAI
- JEQUITIBA
- JEQUITINHONHA
- JESUANIA
- JOAIMA
- JOANESIA
- JOAO MONLEVADE
- JOAO PINHEIRO
- JOAQUIM FELICIO
- JORDANIA
- JOSE GONCALVES DE MINAS
- JOSE RAYDAN
- JOSENOPOLIS
- JUATUBA
- JUIZ DE FORA
- JURAMENTO
- JURUAIA
- JUVENILIA
- LADAINHA
- LAGAMAR
- LAGOA DA PRATA
- LAGOA DOS PATOS
- LAGOA DOURADA
- LAGOA FORMOSA
- LAGOA GRANDE

https://docs.google.com/forms/d/1mimSpkXyvTvXk1cTABahA2-Rut1_YFss9pD8oYSNkUI/edit 13/39

10/09/2021 Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial nos municípios mineiros

- LAGOA SANTA
- LAJINHA
- LAMBARI
- LAMIM
- LARANJAL
- LASSANCE
- LAVRAS
- LEANDRO FERREIRA
- LEME DO PRADO
- LEOPOLDINA
- LIBERDADE
- LIMA DUARTE
- LIMEIRA DO OESTE
- LONTRA
- LUISBURGO
- LUISLANDIA
- LUMINARIAS
- LUZ
- MACHACALIS
- MACHADO
- MADRE DE DEUS DE MINAS
- MALACACHETA
- MAMONAS
- MANGA
- MANHUACU
- MANHUMIRIM
- MANTENA
- MAR DE ESPANHA
- MARAVILHAS
- MARIA DA FE
- MARIANA
- MARILAC
- MARIO CAMPOS
- MARIPA DE MINAS
- MARLIERIA
- MARMELOPOLIS

https://docs.google.com/forms/d/1mimSpkXyvTvXk1cTABahA2-Rut1_YFss9pD8oYSNkUI/edit 14/39

Fonte: Elaboração própria em parceria com a DVS- SEDESE/MG por meio do *Google Forms*. 2021

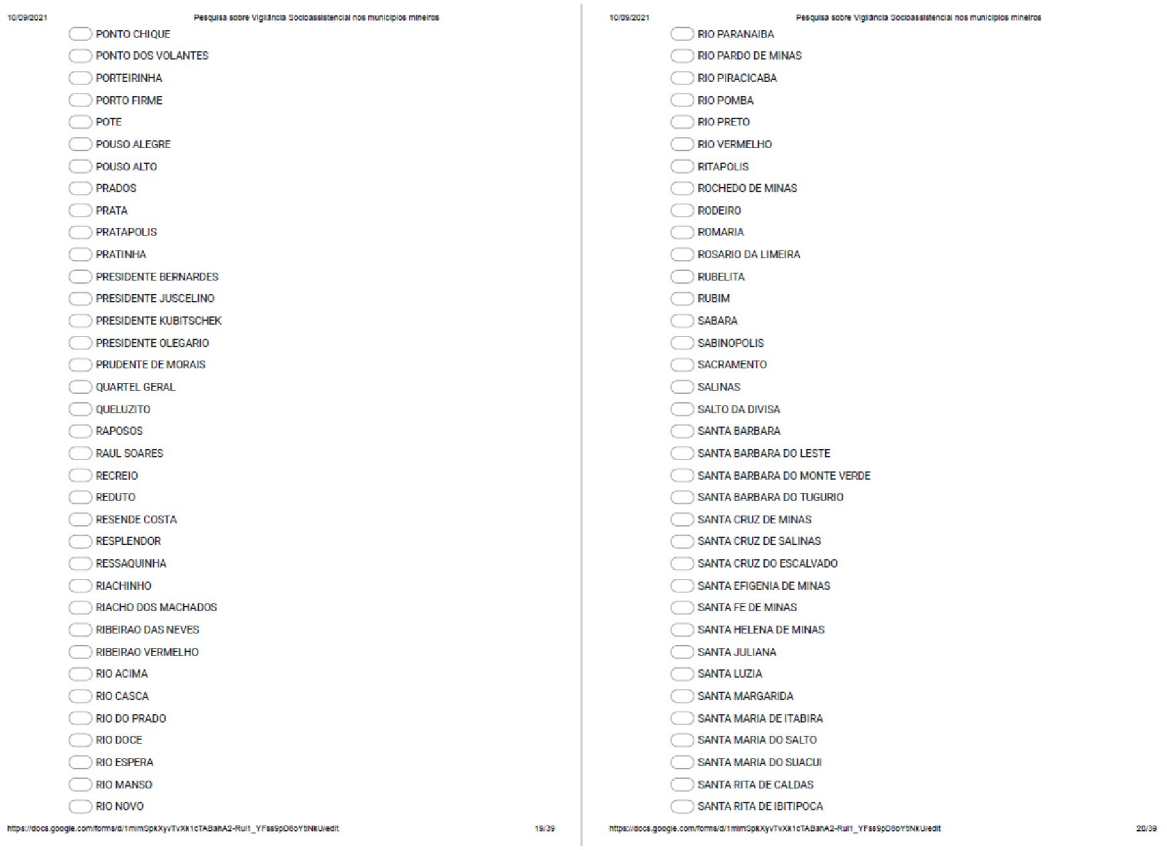
Figura 8. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 15-16)

Fonte: Elaboração própria em parceria com a DVS- SEDESE/MG por meio do *Google Forms*. 2021

Figura 9. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 17-18)

Fonte: Elaboração própria em parceria com a DVS- SEDESE/MG por meio do *Google Forms*. 2021

Figura 10. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Página 19-20)



Fonte: Elaboração própria em parceria com a DVS- SEDESE/MG por meio do *Google Forms*. 2021

Figura 11. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 21-22)

10/09/2021 Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial nos municípios mineiros

- SANTA RITA DE JACUTINGA
- SANTA RITA DE MINAS
- SANTA RITA DO ITUETO
- SANTA RITA DO SAPUCAI
- SANTA ROSA DA SERRA
- SANTA VITORIA
- SANTANA DA VARGEM
- SANTANA DE CATAGUASES
- SANTANA DE PIRAPAMA
- SANTANA DO DESERTO
- SANTANA DO GARAMBEU
- SANTANA DO JACARE
- SANTANA DO MANHUACU
- SANTANA DO PARAISO
- SANTANA DO RIACHO
- SANTANA DOS MONTES
- SANTO ANTONIO DO AMPARO
- SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO
- SANTO ANTONIO DO GRAMA
- SANTO ANTONIO DO ITAMBE
- SANTO ANTONIO DO JACINTO
- SANTO ANTONIO DO MONTE
- SANTO ANTONIO DO RETIRO
- SANTO ANTONIO DO RIO ABAIXO
- SANTO HIPOLITO
- SANTOS DUMONT
- SAO BENTO ABADE
- SAO BRAS DO SUACUI
- SAO DOMINGOS DAS DORES
- SAO DOMINGOS DO PRATA
- SAO FELIX DE MINAS
- SAO FRANCISCO
- SAO FRANCISCO DE PAULA
- SAO FRANCISCO DE SALES
- SAO FRANCISCO DO GLORIA
- SAO GERALDO

https://docs.google.com/forms/d/1mlm5pkXyvTvXk1cTABahA2-Rul1_YFss5pD8oYINkUI/edit 21/39

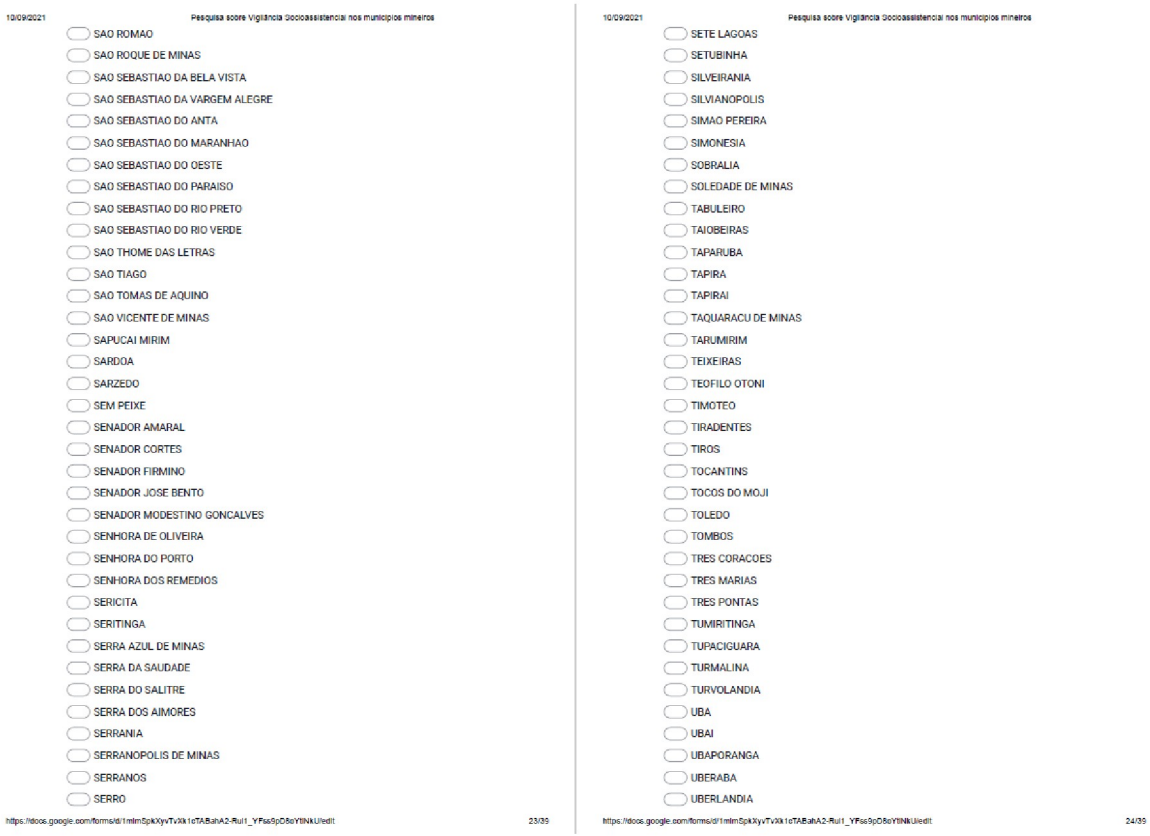
10/09/2021 Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial nos municípios mineiros

- SAO GERALDO DA PIEDADE
- SAO GERALDO DO BAIXIO
- SAO GONCALO DO ABAETE
- SAO GONCALO DO PARA
- SAO GONCALO DO RIO ABAIXO
- SAO GONCALO DO RIO PRETO
- SAO GONCALO DO SAPUCAI
- SAO GOTARDO
- SAO JOAO BATISTA DO GLORIA
- SAO JOAO DA LAGOA
- SAO JOAO DA MATA
- SAO JOAO DA PONTE
- SAO JOAO DAS MISSOES
- SAO JOAO DEL REI
- SAO JOAO DO MANHUACU
- SAO JOAO DO MANTENINHA
- SAO JOAO DO ORIENTE
- SAO JOAO DO PACUI
- SAO JOAO DO PARAISO
- SAO JOAO EVANGELISTA
- SAO JOAO NEPOMUCENO
- SAO JOAQUIM DE BICAS
- SAO JOSE DA BARRA
- SAO JOSE DA LAPA
- SAO JOSE DA SAFIRA
- SAO JOSE DA VARGINHA
- SAO JOSE DO ALEGRE
- SAO JOSE DO DIVINO
- SAO JOSE DO GOIABAL
- SAO JOSE DO JACURI
- SAO JOSE DO MANTIMENTO
- SAO LOURENCO
- SAO MIGUEL DO ANTA
- SAO PEDRO DA UNIAO
- SAO PEDRO DO SUACUI
- SAO PEDRO DOS FERROS

https://docs.google.com/forms/d/1mlm5pkXyvTvXk1cTABahA2-Rul1_YFss5pD8oYINkUI/edit 22/39

Fonte: Elaboração própria em parceria com a DVS- SEDESE/MG por meio do *Google Forms*. 2021

Figura 12. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 23-24)



10/09/2021 Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial nos municípios mineiros

- SAO ROMAO
- SAO ROQUE DE MINAS
- SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA
- SAO SEBASTIAO DA VARGEM ALEGRE
- SAO SEBASTIAO DO ANTA
- SAO SEBASTIAO DO MARANHAO
- SAO SEBASTIAO DO OESTE
- SAO SEBASTIAO DO PARAISO
- SAO SEBASTIAO DO RIO PRETO
- SAO SEBASTIAO DO RIO VERDE
- SAO THOME DAS LETRAS
- SAO TIAGO
- SAO TOMAS DE AQUINO
- SAO VICENTE DE MINAS
- SAPUCAI MIRIM
- SARDOA
- SARZEDO
- SEM PEIXE
- SENADOR AMARAL
- SENADOR CORTES
- SENADOR FIRMINO
- SENADOR JOSE BENTO
- SENADOR MODESTINO GONCALVES
- SENHORA DE OLIVEIRA
- SENHORA DO PORTO
- SENHORA DOS REMEDIOS
- SERICITA
- SERITINGA
- SERRA AZUL DE MINAS
- SERRA DA SAUDADE
- SERRA DO SALITRE
- SERRA DOS AIMORES
- SERRANIA
- SERRANOPOLIS DE MINAS
- SERRANOS
- SERRO

https://docs.google.com/forms/d/1mlmSpkXyvTvXk1eTABahA2-Rul1_YFsc9pD8eYtlNkU/edit 23/39

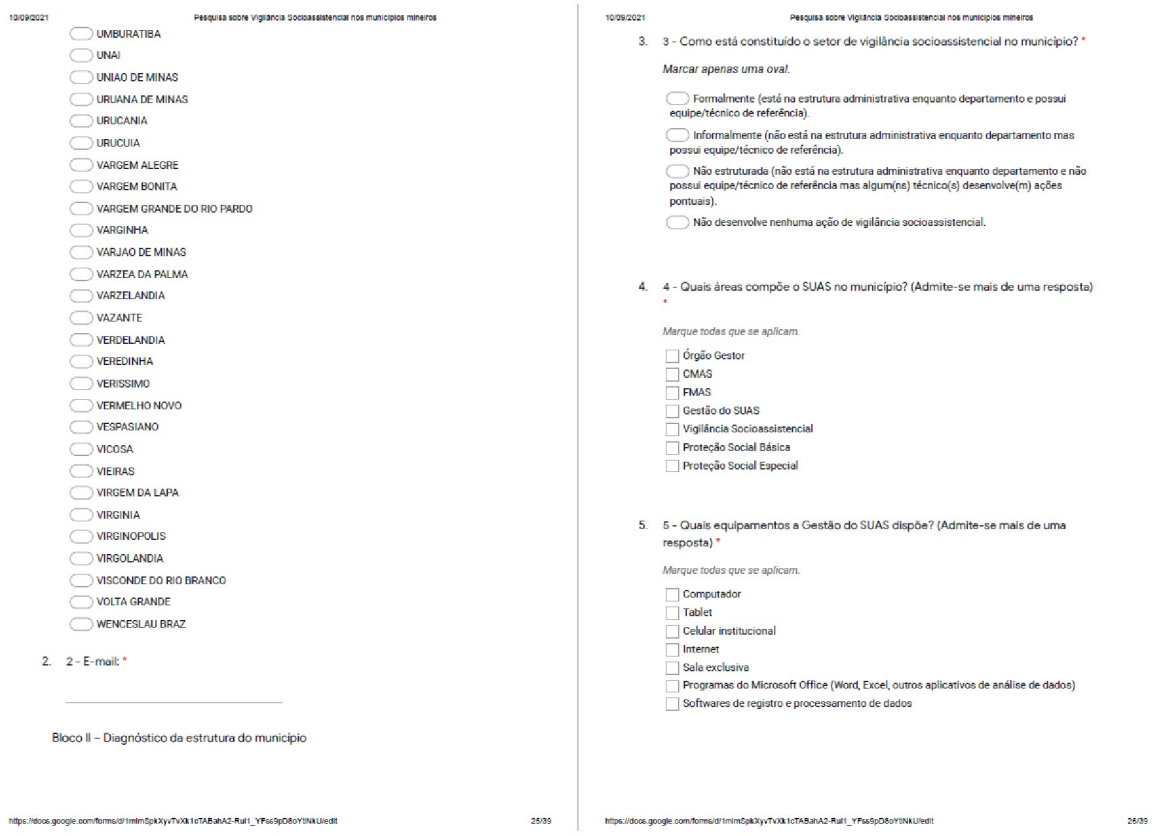
10/09/2021 Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial nos municípios mineiros

- SETE LAGOAS
- SETUBINHA
- SILVEIRANIA
- SILVIANOPOLIS
- SIMAO PEREIRA
- SIMONESIA
- SOBRALIA
- SOLEDADE DE MINAS
- TABULEIRO
- TAIOBEIRAS
- TAPARUBA
- TAPIRA
- TAPIRAI
- TAQUARACU DE MINAS
- TARUMIRIM
- TEIXEIRAS
- TEOFILO OTONI
- TIMOTEO
- TIRADENTES
- TIROS
- TOCANTINS
- TOCOS DO MOJI
- TOLEDO
- TOMBOS
- TRES CORACOES
- TRES MARIAS
- TRES PONTAS
- TUMIRITINGA
- TUPACIGUARA
- TURMALINA
- TURVOLANDIA
- UBA
- UBAI
- UBAPORANGA
- UBERABA
- UBERLANDIA

https://docs.google.com/forms/d/1mlmSpkXyvTvXk1eTABahA2-Rul1_YFsc9pD8eYtlNkU/edit 24/39

Fonte: Elaboração própria em parceria com a DVS- SEDESE/MG por meio do *Google Forms*. 2021

Figura 13. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 25-26)



10/09/2021 Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial nos municípios mineiros

- UMBURATIBA
- UNAI
- UNIAO DE MINAS
- URUANA DE MINAS
- URUCANIA
- URUCUIA
- VARGEM ALEGRE
- VARGEM BONITA
- VARGEM GRANDE DO RIO PARDO
- VARGINHA
- VARJAO DE MINAS
- VARZEA DA PALMA
- VARZELANDIA
- VAZANTE
- VERDELANDIA
- VEREDINHA
- VERISSIMO
- VERMELHO NOVO
- VESPASIANO
- VICOSA
- VIEIRAS
- VIRGEM DA LAPA
- VIRGINIA
- VIRGINOPOLIS
- VIRGOLANDIA
- VISCONDE DO RIO BRANCO
- VOLTA GRANDE
- WENCESLAU BRAZ

2. 2 - E-mail: *

Bloco II – Diagnóstico da estrutura do município

https://docs.google.com/forms/d/1mImSpk3yvTvXk1cTABahA2-Rut1_YFss9pD8oYtNkUI/edit 25/39

10/09/2021 Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial nos municípios mineiros

3. 3 - Como está constituído o setor de vigilância socioassistencial no município? *

Marcar apenas uma oval.

- Formalmente (está na estrutura administrativa enquanto departamento e possui equipe/técnico de referência).
- Informalmente (não está na estrutura administrativa enquanto departamento mas possui equipe/técnico de referência).
- Não estruturada (não está na estrutura administrativa enquanto departamento e não possui equipe/técnico de referência mas algum(ns) técnico(s) desenvolve(m) ações pontuais).
- Não desenvolve nenhuma ação de vigilância socioassistencial.

4. 4 - Quais áreas compõe o SUAS no município? (Admite-se mais de uma resposta) *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Órgão Gestor
- [ ] CMAS
- [ ] FMAS
- [ ] Gestão do SUAS
- [ ] Vigilância Socioassistencial
- [ ] Proteção Social Básica
- [ ] Proteção Social Especial

5. 5 - Quais equipamentos a Gestão do SUAS dispõe? (Admite-se mais de uma resposta) *

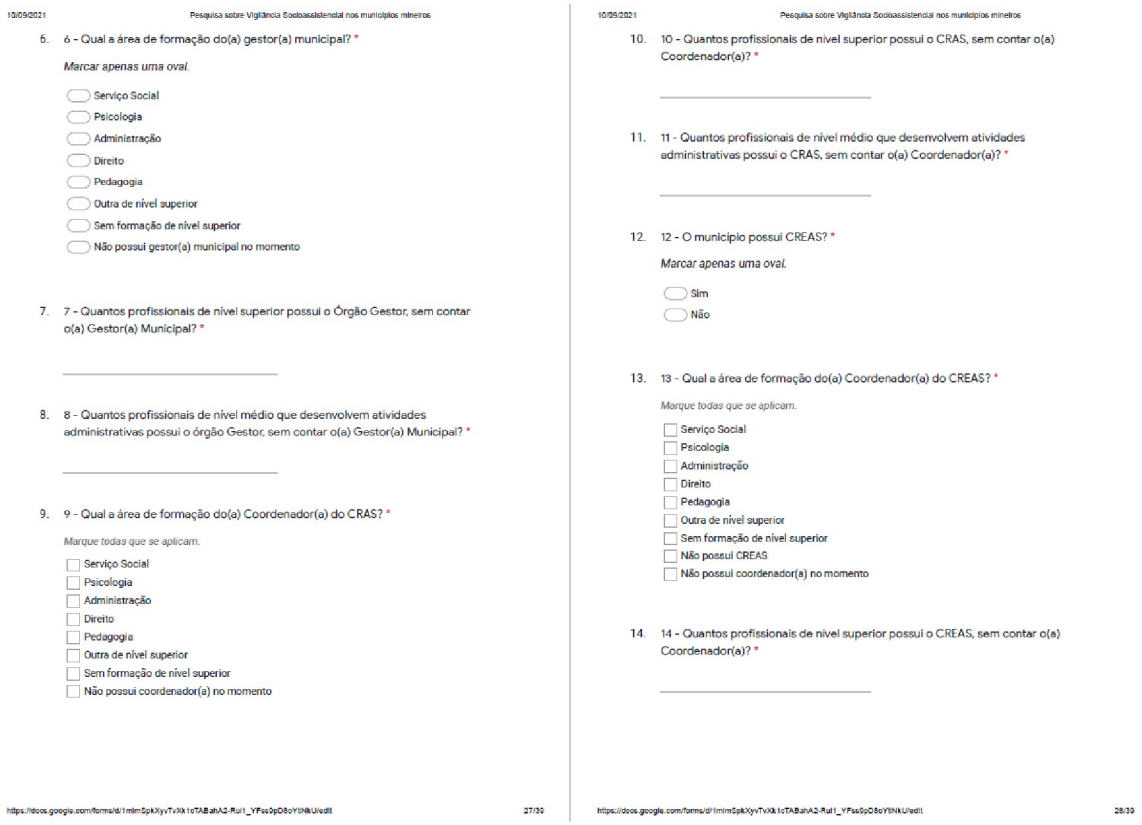
Marque todas que se aplicam.

- [ ] Computador
- [ ] Tablet
- [ ] Celular institucional
- [ ] Internet
- [ ] Sala exclusiva
- [ ] Programas do Microsoft Office (Word, Excel, outros aplicativos de análise de dados)
- [ ] Softwares de registro e processamento de dados

https://docs.google.com/forms/d/1mImSpk3yvTvXk1cTABahA2-Rut1_YFss9pD8oYtNkUI/edit 26/39

Fonte: Elaboração própria em parceria com a DVS- SEDESE/MG por meio do *Google Forms*. 2021

Figura 14. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 27-28)



10/09/2021 Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial nos municípios mineiros

6. 6 - Qual a área de formação do(a) gestor(a) municipal? *

Marcar apenas uma oval.

- Serviço Social
- Psicologia
- Administração
- Direito
- Pedagogia
- Outra de nível superior
- Sem formação de nível superior
- Não possui gestor(a) municipal no momento

7. 7 - Quantos profissionais de nível superior possui o Órgão Gestor, sem contar o(a) Gestor(a) Municipal? *

8. 8 - Quantos profissionais de nível médio que desenvolvem atividades administrativas possui o órgão Gestor, sem contar o(a) Gestor(a) Municipal? *

9. 9 - Qual a área de formação do(a) Coordenador(a) do CRAS? *

Marque todas que se aplicam.

- Serviço Social
- Psicologia
- Administração
- Direito
- Pedagogia
- Outra de nível superior
- Sem formação de nível superior
- Não possui coordenador(a) no momento

https://docs.google.com/forms/d/1mlmSpkXyvTvXk1cTABahA2-Rul1_YFss9pD8oYtNkU/edit 27/39

10/09/2021 Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial nos municípios mineiros

10. 10 - Quantos profissionais de nível superior possui o CRAS, sem contar o(a) Coordenador(a)? *

11. 11 - Quantos profissionais de nível médio que desenvolvem atividades administrativas possui o CRAS, sem contar o(a) Coordenador(a)? *

12. 12 - O município possui CREAS? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

13. 13 - Qual a área de formação do(a) Coordenador(a) do CREAS? *

Marque todas que se aplicam.

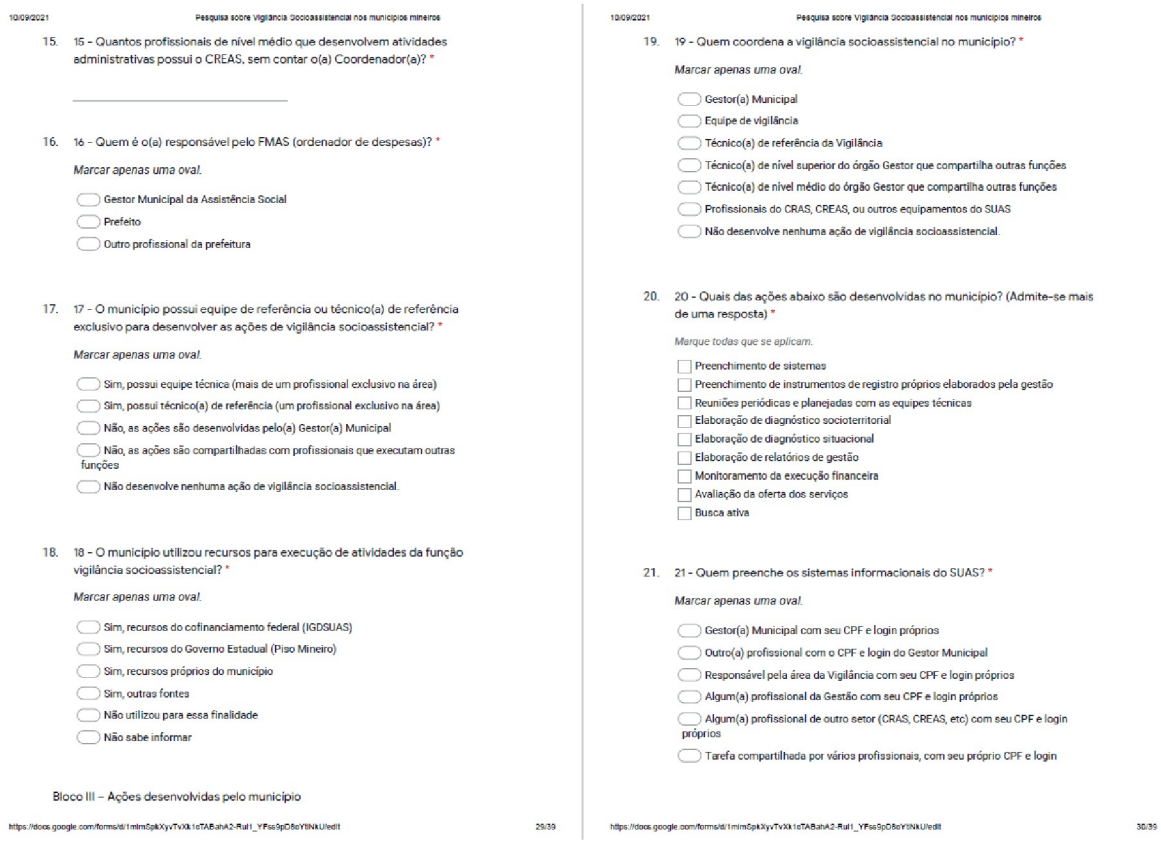
- Serviço Social
- Psicologia
- Administração
- Direito
- Pedagogia
- Outra de nível superior
- Sem formação de nível superior
- Não possui CREAS
- Não possui coordenador(a) no momento

14. 14 - Quantos profissionais de nível superior possui o CREAS, sem contar o(a) Coordenador(a)? *

https://docs.google.com/forms/d/1mlmSpkXyvTvXk1cTABahA2-Rul1_YFss9pD8oYtNkU/edit 28/39

Fonte: Elaboração própria em parceria com a DVS- SEDESE/MG por meio do *Google Forms*. 2021

Figura 15. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 29-30)



10/09/2021 Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial nos municípios mineiros

15. 15 - Quantos profissionais de nível médio que desenvolvem atividades administrativas possui o CREAS, sem contar o(a) Coordenador(a)? *

16. 16 - Quem é o(a) responsável pelo FMAS (ordenador de despesas)? *

Marcar apenas uma oval.

- Gestor Municipal da Assistência Social
- Prefeito
- Outro profissional da prefeitura

17. 17 - O município possui equipe de referência ou técnico(a) de referência exclusivo para desenvolver as ações de vigilância socioassistencial? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, possui equipe técnica (mais de um profissional exclusivo na área)
- Sim, possui técnico(a) de referência (um profissional exclusivo na área)
- Não, as ações são desenvolvidas pelo(a) Gestor(a) Municipal
- Não, as ações são compartilhadas com profissionais que executam outras funções
- Não desenvolve nenhuma ação de vigilância socioassistencial.

18. 18 - O município utilizou recursos para execução de atividades da função vigilância socioassistencial? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, recursos do cofinanciamento federal (IGDSUAS)
- Sim, recursos do Governo Estadual (Piso Mineiro)
- Sim, recursos próprios do município
- Sim, outras fontes
- Não utilizou para essa finalidade
- Não sabe informar

Bloco III – Ações desenvolvidas pelo município

https://docs.google.com/forms/d/1mlm5pkXyvTvXk1cTABahA2-Rul1_YFss9pD8oYtlNkU/edit 29/39

10/09/2021 Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial nos municípios mineiros

19. 19 - Quem coordena a vigilância socioassistencial no município? *

Marcar apenas uma oval.

- Gestor(a) Municipal
- Equipe de vigilância
- Técnico(a) de referência da Vigilância
- Técnico(a) de nível superior do órgão Gestor que compartilha outras funções
- Técnico(a) de nível médio do órgão Gestor que compartilha outras funções
- Profissionais do CRAS, CREAS, ou outros equipamentos do SUAS
- Não desenvolve nenhuma ação de vigilância socioassistencial.

20. 20 - Quais das ações abaixo são desenvolvidas no município? (Admite-se mais de uma resposta) *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Preenchimento de sistemas
- [ ] Preenchimento de instrumentos de registro próprios elaborados pela gestão
- [ ] Reuniões periódicas e planejadas com as equipes técnicas
- [ ] Elaboração de diagnóstico socioterritorial
- [ ] Elaboração de diagnóstico situacional
- [ ] Elaboração de relatórios de gestão
- [ ] Monitoramento da execução financeira
- [ ] Avaliação da oferta dos serviços
- [ ] Busca ativa

21. 21 - Quem preenche os sistemas informacionais do SUAS? *

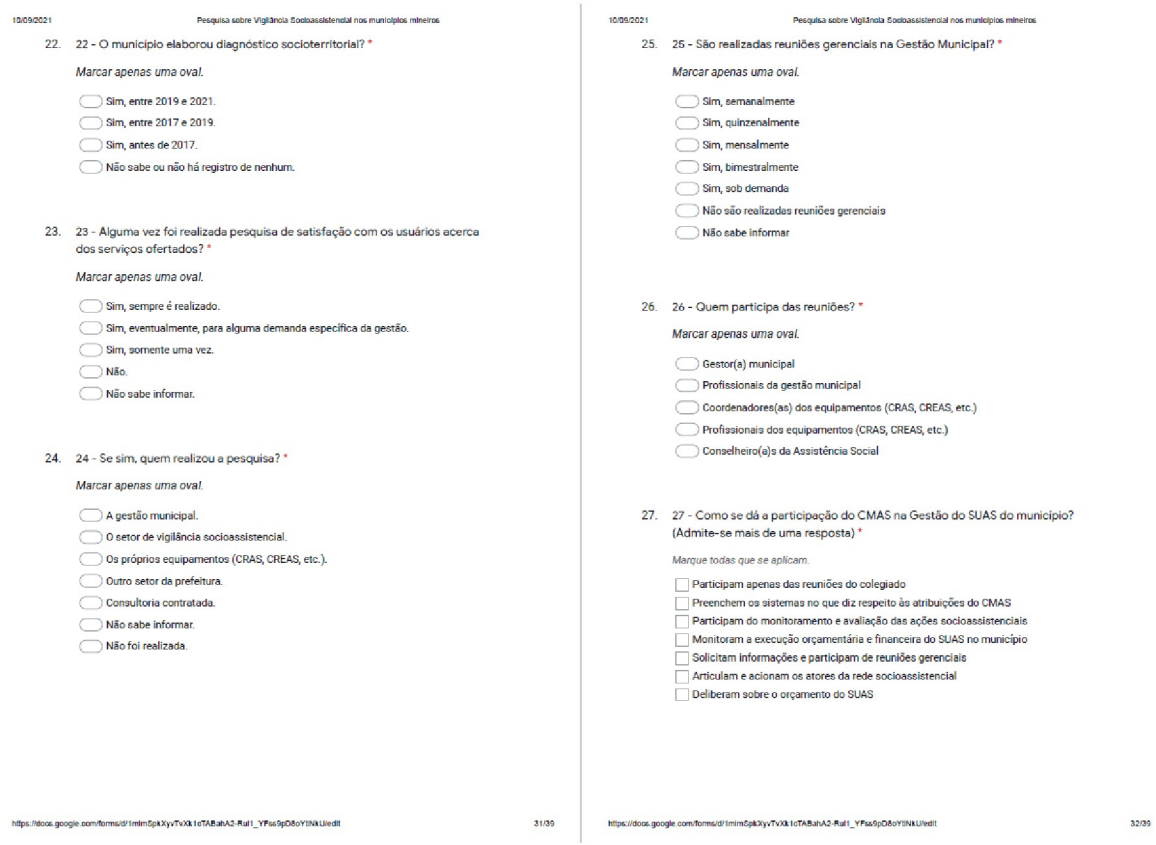
Marcar apenas uma oval.

- Gestor(a) Municipal com seu CPF e login próprios
- Outro(a) profissional com o CPF e login do Gestor Municipal
- Responsável pela área da Vigilância com seu CPF e login próprios
- Algum(a) profissional da Gestão com seu CPF e login próprios
- Algum(a) profissional de outro setor (CRAS, CREAS, etc) com seu CPF e login próprios
- Tarefa compartilhada por vários profissionais, com seu próprio CPF e login

https://docs.google.com/forms/d/1mlm5pkXyvTvXk1cTABahA2-Rul1_YFss9pD8oYtlNkU/edit 30/39

Fonte: Elaboração própria em parceria com a DVS- SEDESE/MG por meio do *Google Forms*. 2021

Figura 16. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 31-32)



10/09/2021 Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial nos municípios mineiros

22. 22 - O município elaborou diagnóstico socioterritorial? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, entre 2019 e 2021.
- Sim, entre 2017 e 2019.
- Sim, antes de 2017.
- Não sabe ou não há registro de nenhum.

23. 23 - Alguma vez foi realizada pesquisa de satisfação com os usuários acerca dos serviços ofertados? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, sempre é realizado.
- Sim, eventualmente, para alguma demanda específica da gestão.
- Sim, somente uma vez.
- Não.
- Não sabe informar.

24. 24 - Se sim, quem realizou a pesquisa? *

Marcar apenas uma oval.

- A gestão municipal.
- O setor de vigilância socioassistencial.
- Os próprios equipamentos (CRAS, CREAS, etc.).
- Outro setor da prefeitura.
- Consultoria contratada.
- Não sabe informar.
- Não foi realizada.

https://docs.google.com/forms/d/1mImSpk3yvTvXk1oTABahA2-Rul1_YFss5pD8oY1NkUI/edit 31/39

10/09/2021 Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial nos municípios mineiros

25. 25 - São realizadas reuniões gerenciais na Gestão Municipal? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, semanalmente
- Sim, quinzenalmente
- Sim, mensalmente
- Sim, bimestralmente
- Sim, sob demanda
- Não são realizadas reuniões gerenciais
- Não sabe informar

26. 26 - Quem participa das reuniões? *

Marcar apenas uma oval.

- Gestor(a) municipal
- Profissionais da gestão municipal
- Coordenadores(as) dos equipamentos (CRAS, CREAS, etc.)
- Profissionais dos equipamentos (CRAS, CREAS, etc.)
- Conselheiro(a)s da Assistência Social

27. 27 - Como se dá a participação do CMAS na Gestão do SUAS do município? (Admite-se mais de uma resposta) *

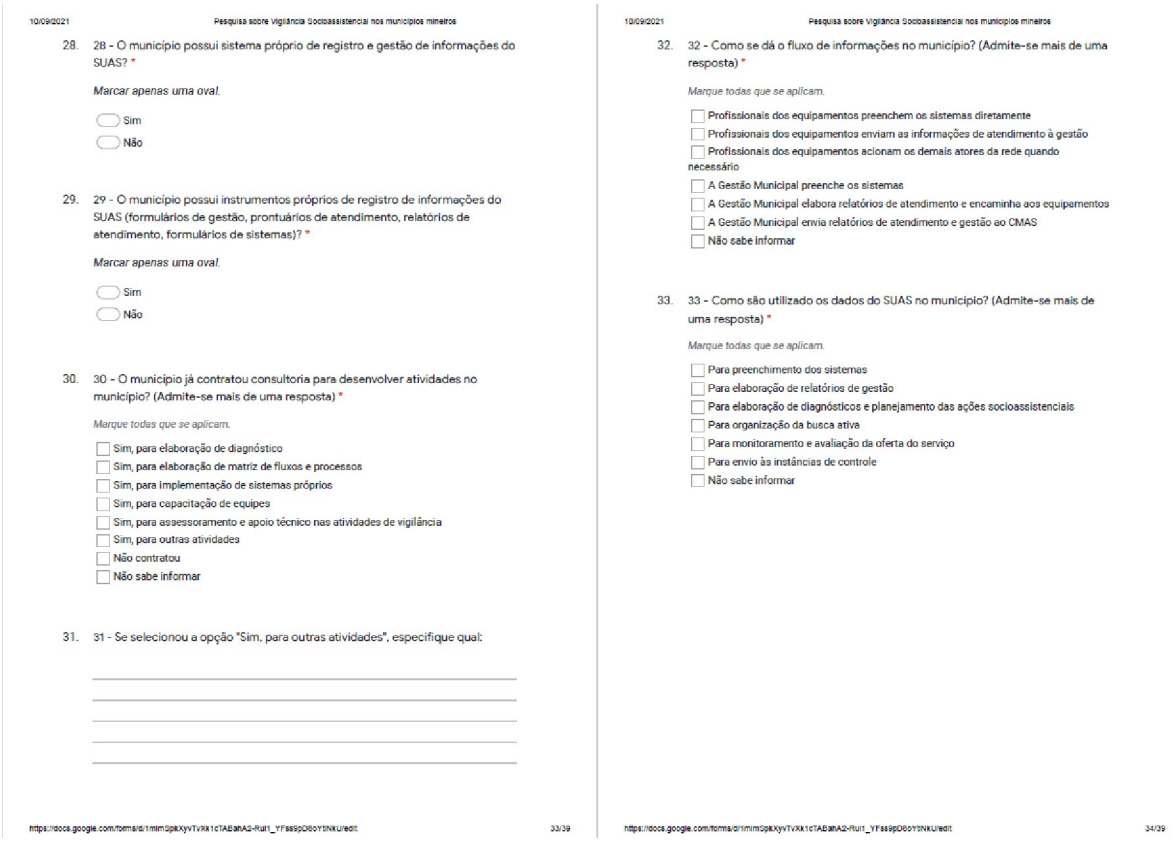
Marque todas que se aplicam.

- [ ] Participam apenas das reuniões do colegiado
- [ ] Preenchem os sistemas no que diz respeito às atribuições do CMAS
- [ ] Participam do monitoramento e avaliação das ações socioassistenciais
- [ ] Monitoram a execução orçamentária e financeira do SUAS no município
- [ ] Solicitam informações e participam de reuniões gerenciais
- [ ] Articulam e acionam os atores da rede socioassistencial
- [ ] Deliberam sobre o orçamento do SUAS

https://docs.google.com/forms/d/1mImSpk3yvTvXk1oTABahA2-Rul1_YFss5pD8oY1NkUI/edit 32/39

Fonte: Elaboração própria em parceria com a DVS- SEDESE/MG por meio do *Google Forms*. 2021

Figura 17. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 33-34)



10/09/2021 Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial nos municípios mineiros

28. 28 - O município possui sistema próprio de registro e gestão de informações do SUAS? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

29. 29 - O município possui instrumentos próprios de registro de informações do SUAS (formulários de gestão, prontuários de atendimento, relatórios de atendimento, formulários de sistemas)? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

30. 30 - O município já contratou consultoria para desenvolver atividades no município? (Admite-se mais de uma resposta) *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Sim, para elaboração de diagnóstico
- [ ] Sim, para elaboração de matriz de fluxos e processos
- [ ] Sim, para implementação de sistemas próprios
- [ ] Sim, para capacitação de equipes
- [ ] Sim, para assessoramento e apoio técnico nas atividades de vigilância
- [ ] Sim, para outras atividades
- [ ] Não contratou
- [ ] Não sabe informar

31. 31 - Se selecionou a opção "Sim, para outras atividades", especifique qual:

https://docs.google.com/forms/d/1mimSpkXyvTvXk1cTABahA2-Rui1_YFss9pD6oYtNkU/edit 33/39

10/09/2021 Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial nos municípios mineiros

32. 32 - Como se dá o fluxo de informações no município? (Admite-se mais de uma resposta) *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Profissionais dos equipamentos preenchem os sistemas diretamente
- [ ] Profissionais dos equipamentos enviam as informações de atendimento à gestão
- [ ] Profissionais dos equipamentos acionam os demais atores da rede quando necessário
- [ ] A Gestão Municipal preenche os sistemas
- [ ] A Gestão Municipal elabora relatórios de atendimento e encaminha aos equipamentos
- [ ] A Gestão Municipal envia relatórios de atendimento e gestão ao CMAS
- [ ] Não sabe informar

33. 33 - Como são utilizado os dados do SUAS no município? (Admite-se mais de uma resposta) *

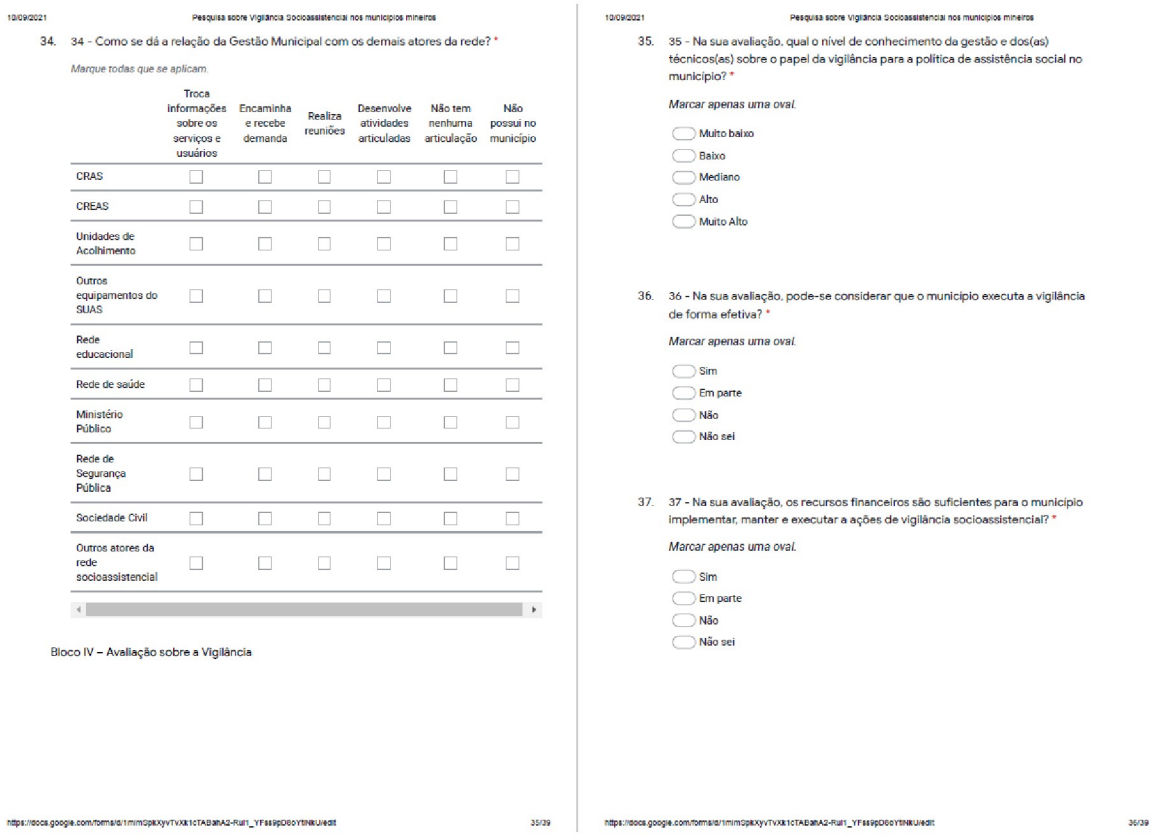
Marque todas que se aplicam.

- [ ] Para preenchimento dos sistemas
- [ ] Para elaboração de relatórios de gestão
- [ ] Para elaboração de diagnósticos e planejamento das ações socioassistenciais
- [ ] Para organização da busca ativa
- [ ] Para monitoramento e avaliação da oferta do serviço
- [ ] Para envio às instâncias de controle
- [ ] Não sabe informar

https://docs.google.com/forms/d/1mimSpkXyvTvXk1cTABahA2-Rui1_YFss9pD6oYtNkU/edit 34/39

Fonte: Elaboração própria em parceria com a DVS- SEDESE/MG por meio do *Google Forms*. 2021

Figura 18. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 35-36)



10/09/2021 Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial nos municípios mineiros

34. 34 - Como se dá a relação da Gestão Municipal com os demais atores da rede? *

Marque todas que se aplicam.

	Troca informações sobre os serviços e usuários	Encaminha e recebe demanda	Realiza reuniões	Desenvolve atividades articuladas	Não tem nenhuma articulação	Não possui no município
CRAS	☐	☐	☐	☐	☐	☐
CREAS	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Unidades de Acolhimento	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outros equipamentos do SUAS	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Rede educacional	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Rede de saúde	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Ministério Público	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Rede de Segurança Pública	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Sociedade Civil	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outros atores da rede socioassistencial	☐	☐	☐	☐	☐	☐

Bloco IV – Avaliação sobre a Vigilância

https://docs.google.com/forms/d/1mimSpkXyvTvXk1cTABahA2-Rul1_YFss9pD6oYtNkU/edit 35/39

10/09/2021 Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial nos municípios mineiros

35. 35 - Na sua avaliação, qual o nível de conhecimento da gestão e dos(as) técnicos(as) sobre o papel da vigilância para a política de assistência social no município? *

Marcar apenas uma oval.

- Muito baixo
- Baixo
- Mediano
- Alto
- Muito Alto

36. 36 - Na sua avaliação, pode-se considerar que o município executa a vigilância de forma efetiva? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Em parte
- Não
- Não sei

37. 37 - Na sua avaliação, os recursos financeiros são suficientes para o município implementar, manter e executar a ações de vigilância socioassistencial? *

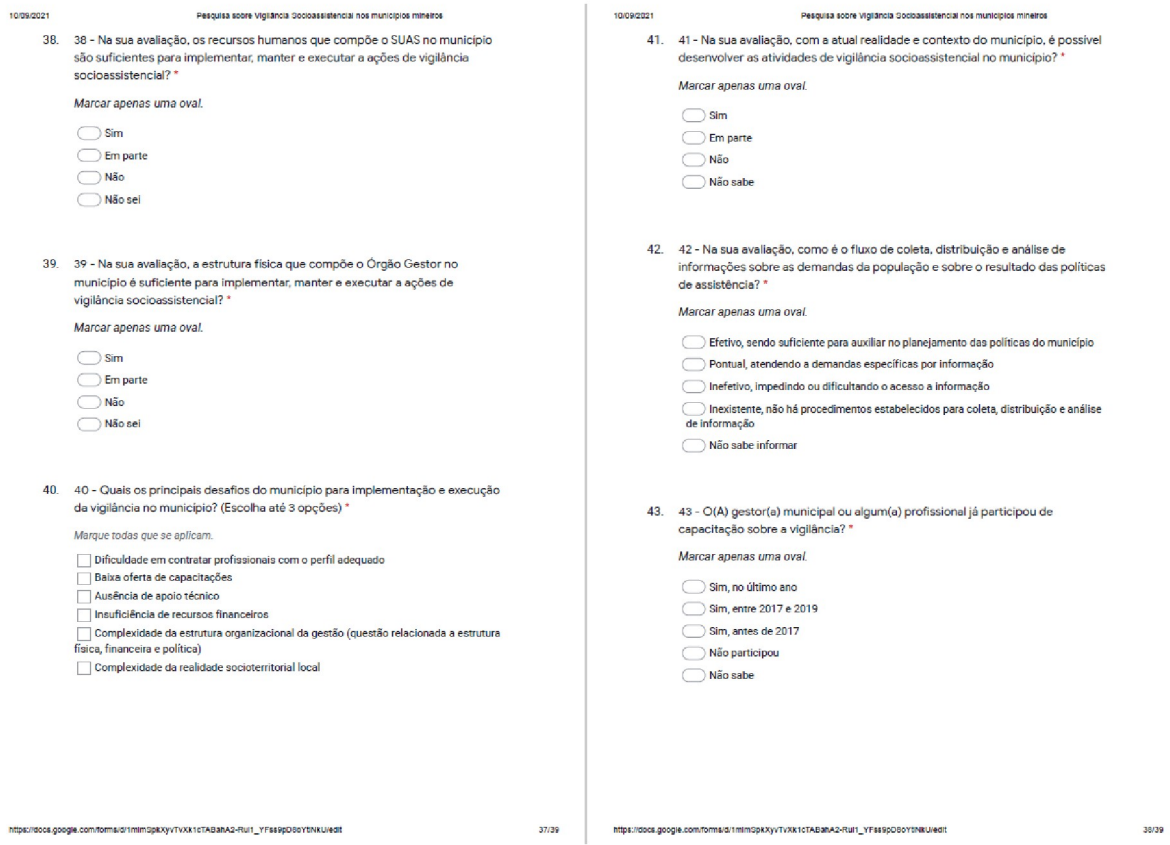
Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Em parte
- Não
- Não sei

https://docs.google.com/forms/d/1mimSpkXyvTvXk1cTABahA2-Rul1_YFss9pD6oYtNkU/edit 36/39

Fonte: Elaboração própria em parceria com a DVS- SEDESE/MG por meio do *Google Forms*. 2021

Figura 19. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 37-38)



10/09/2021 Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial nos municípios mineiros

38. 38 - Na sua avaliação, os recursos humanos que compõe o SUAS no município são suficientes para implementar, manter e executar a ações de vigilância socioassistencial? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Em parte
- Não
- Não sei

39. 39 - Na sua avaliação, a estrutura física que compõe o Órgão Gestor no município é suficiente para implementar, manter e executar a ações de vigilância socioassistencial? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Em parte
- Não
- Não sei

40. 40 - Quais os principais desafios do município para implementação e execução da vigilância no município? (Escolha até 3 opções) *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Dificuldade em contratar profissionais com o perfil adequado
- [ ] Baixa oferta de capacitações
- [ ] Ausência de apoio técnico
- [ ] Insuficiência de recursos financeiros
- [ ] Complexidade da estrutura organizacional da gestão (questão relacionada a estrutura física, financeira e política)
- [ ] Complexidade da realidade socioterritorial local

https://docs.google.com/forms/d/1mlmSpkXyvTvXk1cTABahA2-Rul1_YFss9pD8oYtNkU/edit 37/39

10/09/2021 Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial nos municípios mineiros

41. 41 - Na sua avaliação, com a atual realidade e contexto do município, é possível desenvolver as atividades de vigilância socioassistencial no município? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Em parte
- Não
- Não sabe

42. 42 - Na sua avaliação, como é o fluxo de coleta, distribuição e análise de informações sobre as demandas da população e sobre o resultado das políticas de assistência? *

Marcar apenas uma oval.

- Efetivo, sendo suficiente para auxiliar no planejamento das políticas do município
- Pontual, atendendo a demandas específicas por informação
- Inefetivo, impedindo ou dificultando o acesso a informação
- Inexistente, não há procedimentos estabelecidos para coleta, distribuição e análise de informação
- Não sabe informar

43. 43 - O(A) gestor(a) municipal ou algum(a) profissional já participou de capacitação sobre a vigilância? *

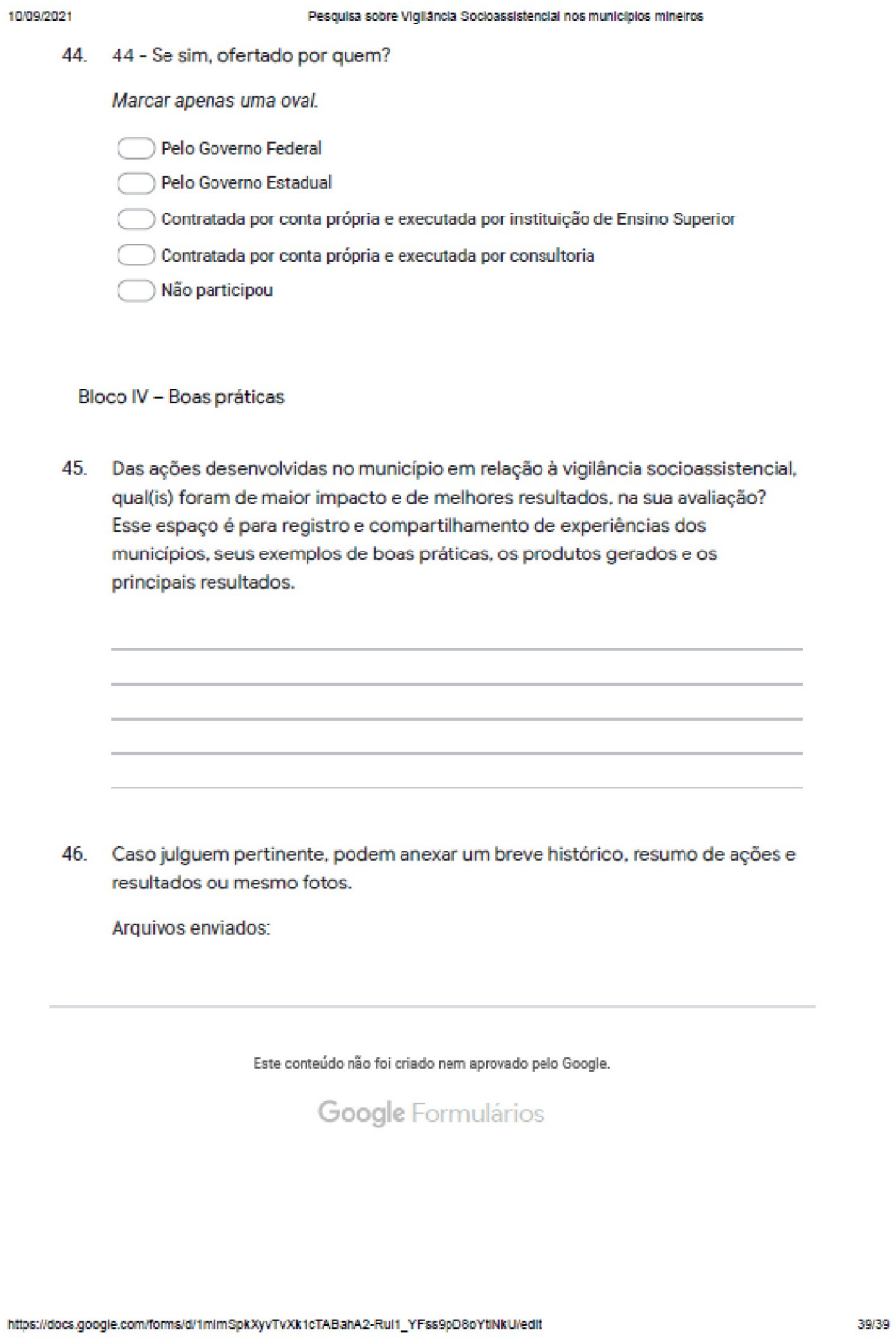
Marcar apenas uma oval.

- Sim, no último ano
- Sim, entre 2017 e 2019
- Sim, antes de 2017
- Não participou
- Não sabe

https://docs.google.com/forms/d/1mlmSpkXyvTvXk1cTABahA2-Rul1_YFss9pD8oYtNkU/edit 38/39

Fonte: Elaboração própria em parceria com a DVS- SEDESE/MG por meio do *Google Forms*. 2021

Figura 20. Formulário eletrônico – Pesquisa Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Página 39)



10/09/2021 Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial nos municípios mineiros

44. 44 - Se sim, ofertado por quem?

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Pelo Governo Federal
- ◯ Pelo Governo Estadual
- ◯ Contratada por conta própria e executada por instituição de Ensino Superior
- ◯ Contratada por conta própria e executada por consultoria
- ◯ Não participou

Bloco IV – Boas práticas

45. Das ações desenvolvidas no município em relação à vigilância socioassistencial, qual(is) foram de maior impacto e de melhores resultados, na sua avaliação? Esse espaço é para registro e compartilhamento de experiências dos municípios, seus exemplos de boas práticas, os produtos gerados e os principais resultados.

46. Caso julguem pertinente, podem anexar um breve histórico, resumo de ações e resultados ou mesmo fotos.

Arquivos enviados:

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

https://docs.google.com/forms/d/1mImSpkXyvTvXk1cTABahA2-Rul1_YFss9pD8oYtlNkU/edit 39/39

Fonte: Elaboração própria em parceria com a DVS- SEDESE/MG por meio do *Google Forms*. 2021

Apêndice B – Mapa dos municípios participantes da Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial

Mapeamento dos municípios que responderam à Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial, elaborado por meio do *Google MyMaps*.

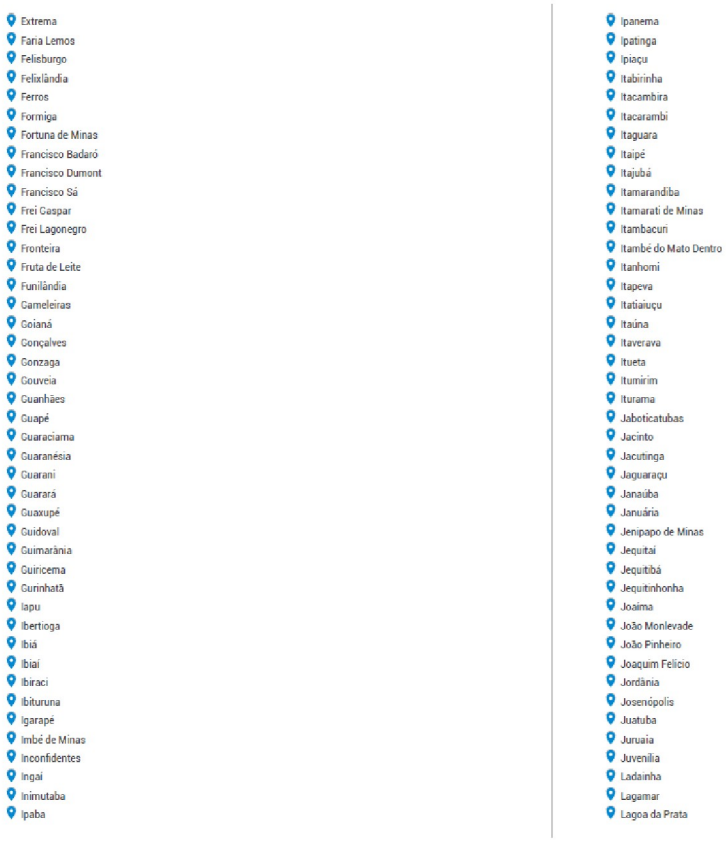
Figura 21. Mapa e listagem dos municípios que responderam à Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 1-2)

Fonte: Elaboração própria por meio do *Google MyMaps*. 2021

Figura 22. Mapa e listagem dos municípios que responderam à Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 3-4)

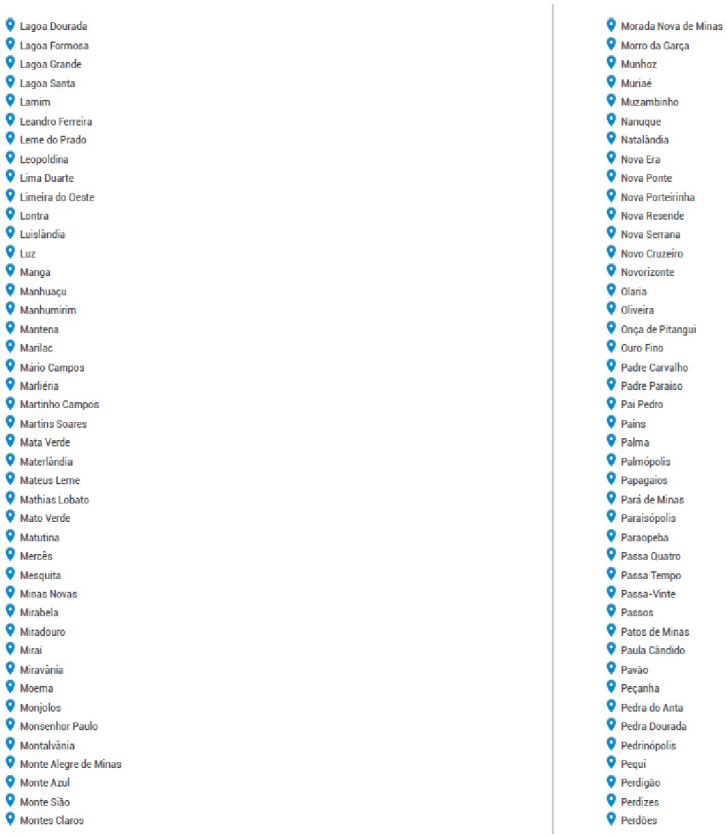
Fonte: Elaboração própria por meio do *Google MyMaps*. 2021

Figura 23. Mapa e listagem dos municípios que responderam à Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 5-6)



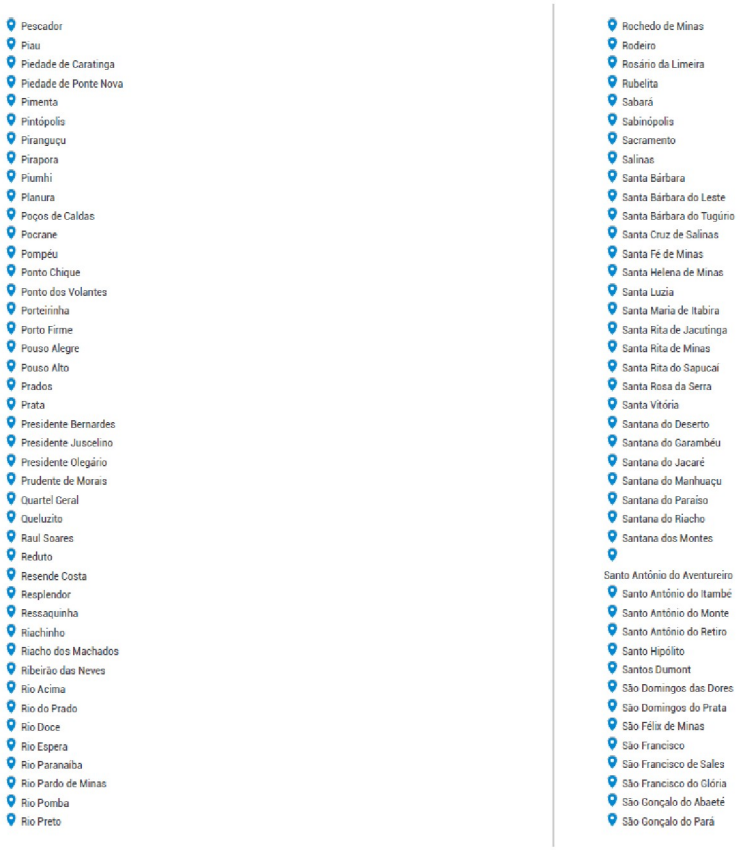
Fonte: Elaboração própria por meio do *Google MyMaps*. 2021

Figura 24. Mapa e listagem dos municípios que responderam à Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 7-8)



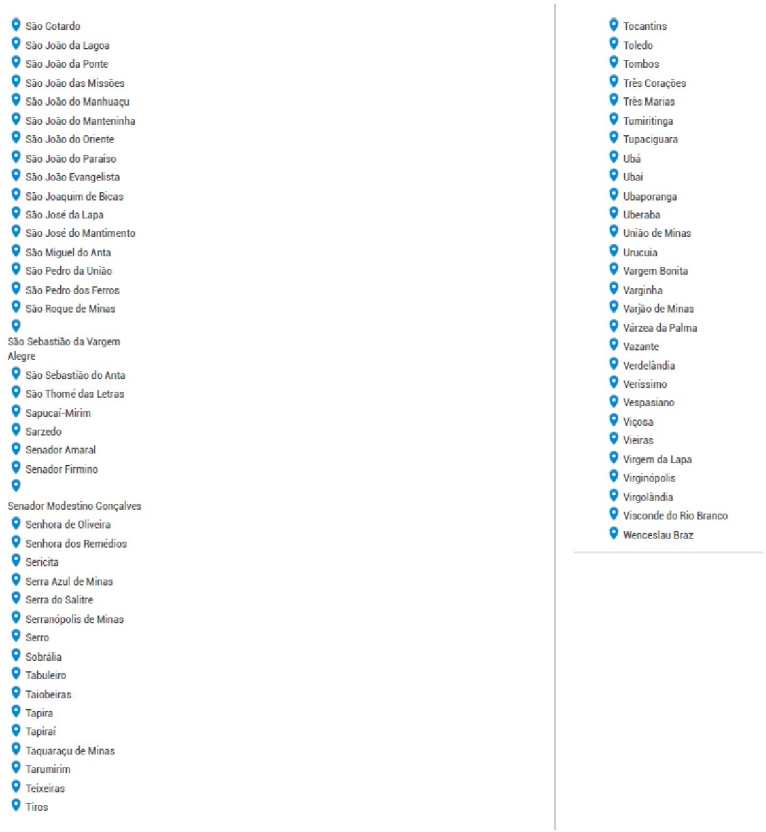
Fonte: Elaboração própria por meio do *Google MyMaps*. 2021

Figura 25. Mapa e listagem dos municípios que responderam à Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 9-10)



Fonte: Elaboração própria por meio do *Google MyMaps*. 2021

Figura 26. Mapa e listagem dos municípios que responderam à Pesquisa sobre Vigilância Socioassistencial. MG, 2021. (Páginas 11-12)



Fonte: Elaboração própria por meio do *Google MyMaps*. 2021